

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL –
PPG/CDS

O boi pelo berro, o homem pela palavra:
relações entre a comunidade Kalunga da Prata e o meio ambiente

Francisco Octávio Bittencourt de Sousa

Brasília, 2023

Francisco Octávio Bittencourt de Sousa

O boi pelo berro, o homem pela palavra:
relações entre a comunidade Kalunga da Prata e o meio ambiente

Dissertação submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão da Sustentabilidade
Orientador: Prof. Dr. José Luiz de Andrade Franco

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a comunidade Kalunga da Prata e a Associação Quilombo Kalunga (AQK), em nome do meu companheiro de campo Alessandro José Alves e toda sua família. Sem vocês este trabalho não seria possível.

Agradeço aos companheiros do Programa de Conservação dos Mamíferos da Chapada dos Veadeiros e do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), em nome do meu orientador José Luiz de Andrade Franco. Obrigado por acreditar e apoiar os sonhos de um antropólogo a procura de um caminho nos estudos ambientais.

Agradeço à banca, professores Ana Marcela França de Oliveira e Guilherme José da Silva e Sá, pela leitura atenciosa e todas as contribuições para a melhoria deste trabalho. Lembrando que se não fosse você, Ana, provavelmente eu nem estaria no CDS.

Agradeço aos amigos que fiz durante essa jornada, em especial a Fernanda Pereira de Mesquita Nora, pela parceria e apoio na construção deste projeto.

Agradeço a minha família, em nome da minha mãe Elenária Bittencourt de Oliveira Sousa, pelo suporte durante essa trajetória.

Dedico essa obra a Ruth Aparecida Viana da Silva e família. Sem vocês eu não teria percorrido nem metade dessa jornada.

RESUMO

Este trabalho é uma etnografia das relações entre humanos e não-humanos no núcleo populacional da Prata, Quilombo Kalunga, Goiás. Busquei abranger uma diversidade de atuações, motivações e perfis distintos, tanto humanos quanto não humanos, proporcionando a construção de uma imagem mais robusta de uma das comunidades que compõem o Quilombo Kalunga. Isso foi feito a partir de três anos de parceria com a Associação Quilombo Kalunga (AQK) e uma imersão em campo durante o segundo semestre de 2023, a partir de uma estratégia simétrica de observação participante. No primeiro capítulo da dissertação analiso a "Época do Projeto", forma local de se referir ao período do Projeto Kalunga - Povo da Terra (1970-1990). Essa fase é crucial para compreender a temática Kalunga, sendo academicamente essencial referenciar os resultados desse projeto. Posteriormente, são explorados detalhes do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK), características do território, flora e fauna, além de uma análise do núcleo populacional da Prata, com ênfase na atividade de criação de bovinos. No segundo capítulo, aprofundo a análise da relação da comunidade quilombola da Prata com o meio ambiente, centrando-me no papel crucial do gado nesse contexto, revelando experiências acumuladas ao longo do tempo e contribuindo para a construção do *ethos* característico da comunidade rural. A narrativa abrange a história do gado na região, com ênfase na "Era do Curraleiro". Estratégias de criação são discutidas, considerando vantagens e desvantagens, variações nas fases de crescimento, raça e método de criação. O capítulo explora o mercado local de gado na comunidade Kalunga, destacando a complexa rede de relações comerciais e as escolhas enfrentadas pelos criadores. Concluindo o capítulo, exploro a relação entre a construção da memória do curraleiro e a coesão social da comunidade. No terceiro e último capítulo, adentro o universo da convivência da comunidade Kalunga com a fauna selvagem, no "Período da Onça". Faço uma descrição dos animais selvagens mencionados pelos interlocutores e exponho os conflitos locais. No desdobramento do capítulo, detalho as estratégias para lidar com os desafios apresentados pela vida selvagem. Comparo essas estratégias com métodos de redução de conflito espalhados pelo mundo, evidenciando as distintas formas de convívio com grandes carnívoros. Esta etnografia visa ocupar espaço em um campo de trabalho multidisciplinar centrado nas populações humanas e em suas interações com os demais seres que habitam o planeta Terra. A abordagem centrada na ação e nas escolhas e a perspectiva simétrica visam contribuir para a reflexão sobre processos de pesquisa mais eficazes para esse campo.

Palavras-chave: relações humano e não humano, Quilombo Kalunga, conflitos humano-fauna.

ABSTRACT

This work is an ethnography of the relationships between humans and non-humans in the Prata population nucleus, Quilombo Kalunga, Goiás. I sought to encompass a diversity of actions, motivations, and distinct profiles, both human and non-human, providing the construction of a more robust image of one of the communities that make up the Quilombo Kalunga. This was done through a 3-year partnership with the Kalunga Quilombo Association (AQK) and field immersion during the second semester of 2023, based on a symmetrical strategy of participant observation. In the first chapter of the dissertation, I analyze the "Project Era," a local term referring to the period of the Kalunga Project - People of the Earth (1970-1990). This phase is crucial for understanding the Kalunga theme, and it is academically essential to reference the results of this project. Subsequently, details of the Kalunga Historical and Cultural Heritage Site (SHPCCK), characteristics of the territory, flora and fauna, are explored, along with an analysis of the Prata population nucleus, with an emphasis on cattle breeding activity. In the second chapter, I deepen the analysis of the relationship between the Quilombola community of Prata and the environment, focusing on the crucial role of cattle in this context, revealing accumulated experiences over time and contributing to the construction of the community's characteristic ethos. The narrative covers the history of cattle in the region, with an emphasis on the "Curraleiro Era." Breeding strategies are discussed, considering advantages and disadvantages, considering variations in growth phases, breed, and breeding method. The chapter explores the local cattle market in the Kalunga community, highlighting the complex network of commercial relationships and the choices faced by breeders. Concluding the chapter, I explore the relationship between the construction of the curraleiro's memory and the social cohesion of the community. In the third and final chapter, I delve into the universe of the Kalunga community's coexistence with wildlife, in the "Jaguar Period." I provide a detailed description of the wild animals mentioned by the interlocutors and expose local conflicts. In the unfolding of the chapter, I detail the strategies to deal with the challenges presented by wildlife. I compare these strategies with conflict reduction methods spread worldwide, highlighting the distinct forms of coexistence with large carnivores. This ethnography aims to occupy space in a multidisciplinary field of work centered on human populations and their interactions with other beings that inhabit the planet Earth. The action-centered and choice-centered approach, along with the symmetrical perspective, aims to contribute to reflection on more effective research processes in this field.

Keywords: human-non-human relations, Kalunga Quilombo, human-wildlife conflicts.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01 - Mapa de UCs próximas ao território, 42
- Figura 02 - Ilustração da ocupação e dos espaços da Prata, 63
- Figura 03 - Exemplo de cálculo para venda, 77
- Figura 04 - Ilustração de unidade de produção na Prata, 78
- Figura 05 - Ilustração de um organograma das escolhas do criador, 80
- Figura 06 - Ilustração das pegadas orientada pelos interlocutores, 101
- Figura 07 - Ilustração das áreas de maior incidência, 108
- Figura 08 - Ilustração das pegadas orientada pelos interlocutores, 110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Média dos preços do gado na Prata, no segundo semestre de 2023, 79

Tabela 2 - Resumo das características da criação de gado na Prata Kalunga, 85

Tabela 3 - Sistema de classificação local dos riscos do gado, 105

Tabela 4 - Categorias de desafio das onças, 111

Tabela 5 - Métodos locais de redução de conflitos, 116

Tabela 6 - Desafios associados a esquemas de compensação, 118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
APA	Área de Proteção Ambiental
AQK	Associação Quilombo Kalunga
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CRQ	Comunidade Remanescente de Quilombo
FCP	Fundação Cultural Palmares
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAGO	Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNCV	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SHPCK	Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga
TICCA	Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais
TQ	Território Quilombola
UC	Unidade de Conservação
UFG	Universidade Federal de Goiás
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

Introdução,	11
Capítulo I - Legados da Época do Projeto,	22
1.1. Conceitos de quilombo,	23
1.2. Perspectivas de ‘eternos estrangeiros’ em Goiás,	31
1.3. Mitos acadêmicos sobre a comunidade Kalunga,	36
1.4. O Kalunga e a conservação do Cerrado,	41
1.5. Onde o turismo (quase) não chega,	48
Capítulo II - O passado presente do Tempo do Curraleiro,	56
2.1. Breve introdução,	56
2.2. A importância da antropologia,	66
2.3. O campesinato na Prata,	70
2.4. O mercado de gado local,	76
2.5. Ajustes locais ao contexto atual,	82
2.6. A construção da memória,	86
2.7. Conclusão,	89
Capítulo III - Os desafios do Período das Onças,	92
3.1. Introdução,	92
3.2. Alguns pontos de conflito,	99
3.3. O desafio,	107
3.4. Métodos locais de redução de conflitos,	114
3.5. Conclusão,	120
Discussão e considerações finais,	125
Bibliografia,	132

Introdução

Quando não estamos satisfeitos nem conosco nem
com a sociedade, tornamo-nos antropólogos.
(Margaret Mead, no livro “Meio Ambiente e Antropologia”)

Lembro-me com clareza de 2019, um tempo que agora parece distante diante dos desafios impostos pela pandemia de Covid-19. Durante esse período, desenvolvi o esboço inicial de um texto intitulado "Raízes de um Evolucionismo Brasileiro", que nunca foi publicado. Esse trabalho teve sua origem nos estudos de Couto de Magalhães e seus ensaios sobre "anthropologia", durante minha participação em um projeto de iniciação científica orientado pelo professor José Inaldo Chaves. A conclusão desse trabalho apontava para três pontos centrais na teoria evolucionista de Couto: (1) uma abordagem crítica ao evolucionismo darwinista, alinhada com as limitações de Lyell e Agassiz; (2) a crença na degradação ou degeneração, seguindo as perspectivas anteriores de Lamarck e Quatrefages; e (3) a defesa da unidade da espécie humana, ou seja, o monogenismo.

A leitura desses polímatas que moldaram diversas áreas do conhecimento despertou meu interesse nas teorias evolucionistas e neoevolucionistas, ainda durante as aulas de teoria antropológica e disciplinas afins, mesmo reconhecendo as inúmeras críticas. O que me intrigava era a abordagem de investigação que transcendia a divisão entre ciências naturais e humanidades, observando os seres humanos em contextos diversos. Como propostas de pesquisas interessadas nessa abordagem - por imaturidade ou ignorância - pareciam não florescer no Departamento de Antropologia, refugiei-me na história ambiental e indigenista puxada pelo professor José Inaldo no Departamento de História, focando nas interações entre humanos e natureza¹.

Após o estudo sobre Couto de Magalhães, direcionei meu interesse para as interações com o ambiente, fortemente influenciado pela pesquisa do professor Guilherme Moura Fagundes sobre o fogo, que representava simultaneamente um instrumento de controle ambiental e um sinônimo de destruição². Junto com a leitura de suas produções, me encantava também com os escritos de Tim Ingold, especialmente em "Evolução e Vida Social"³, onde o

¹ WORSTER, D. (1991). Para fazer História Ambiental. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 04, n. 08, p. 198-215.

² FAGUNDES, G. M. (2019). Fogos gerais: transformações tecnopolíticas na conservação do Cerrado (Jalapão, TO). Tese (Doutorado em Antropologia)—Universidade de Brasília, Brasília.

³ INGOLD, T. (2019). Evolução e vida social. Tradução de Adail Sobral. Petrópolis: Vozes, 454p.

antropólogo desmistificava o evolucionismo e enfatizava a necessidade de integração entre ciências humanas e exatas.

Em seguida, envolvi-me em uma pesquisa sobre grilagem no território Kalunga⁴, que abriga uma das maiores comunidades quilombolas do Brasil, que está localizado no nordeste de Goiás, que abrange mais de 260 mil hectares e que possui uma história com mais de 270 anos. Formada por descendentes de africanos escravizados que fugiram no século XVIII e escravizados abandonados durante a crise aurífera, a comunidade preserva uma cultura rica, enraizada em tradições africanas e elementos brasileiros, destacando-se na música, dança e culinária. Após a abolição da escravatura, os Kalunga mantiveram seu modo de vida baseado na agricultura, criação de animais e técnicas próprias de caça⁵.

Neste território construí os laços que permitiram esta pesquisa e encontrei referências fundamentais para o primeiro capítulo desta dissertação. A metodologia proposta à época da graduação, que chamei de "análise vertical da grilagem", não tinha nenhuma inovação; representava apenas uma tentativa precária de defender-me contra acusações de determinismo ao cruzar dados ambientais com modos de vida e ameaças do processo de grilagem. Percebi que esse processo de concentração fundiária estava associado aos fatores que têm levado à perda de habitats naturais e à fragmentação do bioma, tais como: expansão da agricultura, pecuária, mineração, urbanização desordenada, altas taxas de desmatamento, incêndios florestais e uso insustentável dos recursos naturais.

E a riqueza do território não estava apenas na cultura da comunidade, estava também na conservação do Cerrado brasileiro, considerado uma das áreas com maior diversidade biológica do mundo, apresentando uma combinação única de savanas, matas, campos, rios e veredas. Com 11.627 espécies de plantas nativas catalogadas, 199 espécies de mamíferos, 837 espécies de aves, 1200 espécies de peixes, 180 espécies de répteis e 150 espécies de anfíbios, o Cerrado apresenta elevadas porcentagens de espécies endêmicas, especialmente para anfíbios (28%) e répteis (17%)⁶. No entanto, o estudo apontava para o fato de que a trajetória histórica da economia brasileira, sob o pretexto da concentração fundiária, coloca em risco povos e muitas espécies vegetais e animais no Cerrado. Não era aleatório o fato de o território Kalunga, com dezenove espécies ameaçadas, estar no olho do furacão.

⁴ SOUSA, F. O. B. de. (2022). Se o grileiro vem, pedra vai: redes de solidariedade e suborno na Fazenda Bonito, território Kalunga. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) — Universidade de Brasília, Brasília.

⁵ BAIOCCHI, M. N. (1999). Kalunga: povo da terra. Brasília: Ministério da Justiça.

⁶ FRANCO, J. L. de A.; GANEM, R. S.; BARRETO, C. (2016). Devastação e Conservação no Bioma Cerrado: Duas Dinâmicas de Fronteira. Expedições: Teoria da História & Historiografia, Ano 7 – N. 2 – agosto-dezembro.

Durante esse estudo, explorei as obras do professor Ariovaldo Oliveira, responsável pela coleção "Caminhos da Geografia", onde encontrei o livro "Ecologia e Lutas Sociais no Brasil"⁷, de Maurício Waldman, antropólogo engajado nas questões ambientais. Para o autor, a interação entre o ser humano e a natureza é social e histórica, algo próximo do que li nos textos de história ambiental e nas premissas de Ingold. Além disso, Waldman destacou o papel e a dinâmica de luta singular de populações que foram marginalizadas ao longo de séculos na defesa de perspectivas menos destrutivas do planeta. Esta dissertação, na esteira dos pressupostos do professor, busca oferecer uma leitura alternativa da questão ambiental, a partir de uma perspectiva simétrica com interlocutores quilombolas. Não se trata de um olhar de cima ou de baixo, mas entre: entre pesquisadores, agricultores, criadores, animais domésticos, animais selvagens, solo, água, plantas e documentos. Esta proposta promove uma discussão aprofundada, identificando atores sociais e formas de existir particulares implicados em um processo de degradação ambiental.

Por meio desses escritos, especialmente "Meio Ambiente e Antropologia"⁸, também de Waldman, aproximei-me da ecologia cultural⁹, da antropologia ecológica¹⁰, dos estudos de adaptabilidade¹¹ e, por fim, da antropologia da natureza ou ambiental¹², pilares para o segundo capítulo desta dissertação. Na época, eu mal sabia que estava preparando o terreno para uma pesquisa mais aprofundada na área de Antropologia e Meio Ambiente, que tem marcado significativamente minha trajetória acadêmica e profissional nos últimos anos.

Já no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), sob orientação do professor José Luiz Franco, não demorei a concluir que num período onde muitos decretaram o fim das utopias e o triunfo incontestável da economia de mercado, a ecologia, representada por pensadores como Aldo Leopold¹³, Edward O. Wilson¹⁴ e Michael Soulé¹⁵, desafia essa narrativa, demonstrando a necessidade e a viabilidade de novos projetos e valores em relação ao nosso entorno. Projetos que rejeitam uma visão puramente utilitária do mundo, buscando transformar

⁷ WALDMAN, M. (1992). *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Contexto (Col. Caminhos da Geografia).

⁸ WALDMAN, M. (2006). *Meio Ambiente e Antropologia*. São Paulo: Ed Senac.

⁹ VIERTLER, R. B. (1988). *Ecologia cultural: uma antropologia da mudança*. São Paulo: Editora Ática.

¹⁰ NEVES, W. A. (1996). *Antropologia ecológica: um olhar materialista sobre as sociedades humanas*. São Paulo: Cortez.

¹¹ MORAN, E. F. (1994). *Adaptabilidade Humana: Uma Introdução à Antropologia Ecológica*. São Paulo: EDUSP.

¹² DESCOLA, P. (2016). *Outras Naturezas, outras culturas*. São Paulo: Editora 34.

¹³ LEOPOLD, A. ([1949] 2008). *Pensar como uma montanha*. Águas Santas: Edições Sempre-em-Pé.

¹⁴ WILSON, E. O. (2016). *Half-Earth: Our Planet's Fight for Life*. Liveright Publishing Corporation.

¹⁵ SOULÉ, M. E. (2014). *Collected Papers of Michael E. Soulé: Early Years in Modern Conservation Biology*. Washington, DC: Island Press.

as relações humano e não humano em algo além de simples transações mercantis. A ecologia, nesse contexto, emerge como uma referência para resgatar lutas sociais e para refletir sobre dimensões de liberdade e democracia no presente e no futuro¹⁶.

Nesse contexto, preciso afirmar que esta dissertação representa, sem dúvida, minha empreitada mais desafiadora e ambiciosa até o momento. Não que ler Lamarck e Quatrefages aos 19 anos tenha sido exatamente simples, mas não tinha nem de longe a mesma responsabilidade que um trabalho como este exige. Em muitas ocasiões, na qualificação ou ao dialogar com colegas de diversas áreas, especialmente Fernanda Mesquita Nora e Luana Carvalho Oliveira, senti-me notavelmente despreparado para enfrentar a tarefa que me propus. Contudo, ao refletir sobre minha breve trajetória, os escritos, rabiscos e desenhos, publicados ou não, revelaram uma jornada intelectual repleta de descobertas inspiradoras que eu não trocava por nada. Apresento, assim, esta dissertação como relato de uma parte dessa jornada, na esperança de que outros possam desfrutar tanto quanto eu ao percorrer caminhos semelhantes.

Na etapa de qualificação, foram apontadas duas abordagens possíveis. A primeira consistia em aprofundar a imersão na leitura de teóricos, explorando a história ambiental e dos animais no contexto brasileiro, buscando ampliar as discussões nesse âmbito. O segundo caminho proposto envolvia a formulação de uma teoria própria, identificando conceitos locais que auxiliam a ordenar a realidade observada. Optei pelo segundo caminho, dedicando-me a uma análise detalhada e profunda da forma como os interlocutores ordenam a realidade. Ao revisitar o projeto com a dissertação concluída, percebo significativas transformações. A chave de pensamento saiu das representações para as relações. Com isso, a estrutura do texto mudou radicalmente, respaldada na experiência em campo. Por exemplo, o tema do turismo, inicialmente considerado crucial, foi relegado a segundo plano devido à sua baixa relevância durante a pesquisa de campo.

A dissertação tornou-se mais específica em seu enfoque, especialmente nos capítulos 2 e 3, em resposta às provocações sobre onde afinal estavam os animais. A caracterização e descrição desses, embora presentes, concentram-se em espécies específicas, conduzidas pelo que foi mais frequente nos diálogos em campo. No que diz respeito ao referencial teórico, adotei uma abordagem mais concisa, preservando algumas âncoras para não me perder em meio ao mar de obras que debatem a temática ambiental. A ênfase em uma teoria etnográfica local permeou toda a revisão, inclusive a decisão consciente de não incluir fotos neste momento,

¹⁶ WALDMAN, 1992.

considerando o grau de proximidade com diferentes famílias e a sensibilidade dos temas abordados. O uso restrito de dispositivos como celulares e gravadores de áudio já se mostrou desafiador, e a introdução de câmeras poderia prejudicar ainda mais a relação sensível estabelecida durante o trabalho de campo.

Se, como escreveu Ingold¹⁷, a sabedoria surge do reconhecimento da própria ignorância, então, graças às revisões deste texto, sinto-me cada dia mais sábio. Inicialmente, acreditava saber a melhor maneira de transitar entre a antropologia, história ambiental, ecologia e outras disciplinas, presumindo que bastasse transferir as ideias e experiências para o papel. Cansei de dizer para meu orientador das semelhanças que percebia entre seu pensamento e o de Latour¹⁸, por exemplo. No entanto, descobri-me em uma canoa em águas profundas, cercado por tubarões em meio a uma tempestade. Não à toa busquei referência entre antropólogos de ontem e de hoje, biólogos, engenheiros e mesmo filósofos, poetas e romancistas. Esse esforço resultou em pelo menos algumas questões articuladas, indicando algum progresso¹⁹.

Alguns dos desafios enfrentados por aqueles que se dedicam ao estudo da temática ambiental estão ligados à constatação de que há pouco de verdadeiramente novo a ser acrescentado. Nossa ignorância, conforme destacado por Ingold²⁰, reside na limitação de perspectiva, revelando o pouco que sabemos sobre o que já foi produzido. Isso resulta em descobertas do passado sendo apresentadas como novidades no presente.

Tim Ingold²¹ e Emílio Moran²² servem como uma bússola para transpor esse limite, especialmente na antropologia. Primeiro é preciso abandonar alguns preceitos de um processo de pesquisa convencional. Um desses preceitos sugere iniciar com uma revisão de literatura focada, o que, em outras palavras, implica permanecer dentro de sua própria "caixinha" temática, sem dar muita atenção às demais "caixinhas" ao redor. Contudo, quando o objetivo é justamente abrir buracos entre as caixinhas, esse conselho parece bastante limitado. É necessário estar aberto a trilhar diferentes caminhos, ciente de que cada escolha pode resultar na negligência de informações capazes de transformar radicalmente a perspectiva do trabalho.

Não é por acaso que muitas das obras que influenciaram este projeto foram descobertas de maneira aleatória, formando uma rede que conecta Guimarães Rosa e Maurício Waldman à grilagem de terras no território Kalunga e aos ataques de onças ao gado na fazenda de seu

¹⁷ INGOLD, 2019.

¹⁸ LATOUR, B. (2004). Políticas da natureza. Como fazer ciência na democracia. Bauru, SP: Edusc, 411p.

¹⁹ INGOLD, 2019.

²⁰ Ibidem.

²¹ Ibidem.

²² MORAN, E. F. (2011). Meio ambiente e ciências sociais: interações homem-ambiente e sustentabilidade. São Paulo: Editora Senac São Paulo.

Antônio, quilombola do Tocantins. Isso diz muito sobre o cosmopolitismo há muito perdido nas ciências e é o pesadelo dos superespecialistas, representados pelo "especialista na cutícula da unha do dedo mindinho da mão esquerda de homens entre 18 e 29 anos", como ironizava meu professor de sociologia do ensino médio.

Um outro cânone da pesquisa tradicional que deve ser abandonado é aquele que demanda familiaridade e proximidade com todos os trabalhos mais recentes do campo, pelos mesmos motivos apresentados anteriormente. Já há tanto conhecimento produzido e em processo de elaboração que manter-se familiarizado com tudo é uma tarefa de Sísifo, ainda mais quando o objetivo é cruzar a fronteira das disciplinas. Uma abordagem para estar, de certa forma, um passo à frente dos demais é revisitar os trabalhos daqueles que escreveram em um período imediatamente posterior aos contemporâneos. Pesquisadores muitas vezes têm uma memória tão breve quanto a personagem Dorothy do filme "Procurando Nemo", e tendem a gastar muita energia na direção de conclusões já elaboradas por seus predecessores²³. Por essa razão, examinei de perto o que alguns autores considerados "ultrapassados" escreveram nas últimas décadas²⁴.

Em resumo, este trabalho pode ser caracterizado por colegas pesquisadores como carente de foco, sugerindo que a dissertação desafia, em certa medida, as convenções estabelecidas. Nesse caso, vale lembrar que é um trabalho elaborado no CDS, o que garante algumas liberdades que mestrandos e doutorandos de outros programas de pós-graduação não possuem. Confesso que muito do que está elaborado aqui é novo para mim, uma vez que meus esforços anteriores se limitaram às tarefas mais corriqueiras de analisar observações diretas de campo e realizar análises com materiais secundários, mesmo que com alguma rebeldia²⁵. Uma ciência que evita abordar as questões complexas e urgentes, contentando-se em conceber análises de populações "flutuantes", desvinculadas do contexto ambiental, parece-me insuficiente. Daí a dificuldade enfrentada por profissionais de diversas áreas e, por vezes, pelos próprios antropólogos em formação, de visualizar um propósito para a antropologia. Apesar de repetirmos diariamente que estamos além do antropocentrismo, os objetivos de nossas pesquisas são os seres humanos e suas relações existentes ou potenciais. A partir das leituras e da convivência no CDS, a abordagem que orienta este estudo pressupõe a ideia de que nós, humanos, somos companheiros de viagem de inúmeros outros seres em um mesmo movimento,

²³ É relevante destacar que esses antecessores não foram nem demônios nem anjos, mas indivíduos curiosos que, assim como eu e você, escreviam com o propósito de promover o conhecimento. Negar a devida consideração a eles seria burrice.

²⁴ INGOLD, 2019.

²⁵ MORAN, 2011.

irreversível e progressivo²⁶. Afinal, o problema fundamental da antropologia reside no fato de lidarmos com uma espécie que vive, em termos de significado, em meio a um universo destituído de qualquer significado e completamente controlado por leis físicas²⁷.

Essas são algumas das premissas deste trabalho, dividido em três capítulos que contemplam períodos distintos de construção de memória, que refletem como as informações são temporalmente organizadas pelos interlocutores. No decorrer da pesquisa de campo, esses períodos emergiram como marcos significativos de organização do pensamento. O "Período do Curraleiro", abrangendo o início do século XX até meados da década de 1960, remete às memórias e histórias compartilhadas pelos entrevistados, refletindo suas experiências de infância e narrativas transmitidas por gerações passadas. O "Período do Projeto", situado no primeiro capítulo, abrange a década de 1980 até meados dos anos 2000 e coincide com o processo de reconhecimento da comunidade como quilombola e o acesso a políticas públicas. Este período é particularmente significativo não apenas pelos eventos históricos, mas também pelo legado acadêmico deixado. Por fim, o "Período das Onças", que compreende o intervalo de 2010 até os dias atuais, caracterizado por conflitos ambientais mais frequentes, expansão do turismo na área da Prata e especialização na criação de rebanhos maiores.

No primeiro capítulo, trago uma análise da "Época do Projeto", expressão utilizada pelos interlocutores para se referir ao período de concepção e execução do Projeto Kalunga - Povo da Terra. A principal figura central dessa iniciativa é Mari de Nasaré Baiocchi, cujo impacto se estendeu das décadas de 1970 a 1990. Academicamente, tornou-se impossível abordar a temática Kalunga sem fazer referência aos resultados desencadeados por esse projeto. Alguns dados coletados na época ainda permanecem como os mais atuais disponíveis. Esse período também é lembrado na memória coletiva pela formação da primeira associação no território e pela pioneira luta pelo reconhecimento da causa quilombola.

Trata-se de uma apresentação de conceitos chave e da área da pesquisa a partir de fontes secundárias. Realizo uma breve incursão na história e nos conceitos de quilombo, explorando as disputas que permeiam este termo nos campos da história, antropologia e na própria arena política do movimento quilombola. A contínua reconstrução desse conceito, moldada pelas conjunturas históricas específicas é destacada. A narrativa abrange diversos momentos políticos e acadêmicos da interação entre o poder público, acadêmicos e a comunidade Kalunga, desde a década de 1950, desdobrando-se em marcos significativos, a exemplo da primeira titulação pelo

²⁶ INGOLD, 2019.

²⁷ RAPPAPORT, R. A. (1990). Ecosystem, populations and people. In: Moran, E. F. (ed). The Ecosystem Approach in Anthropology. From Concept to Practice. Ann Arbor. The Univ. of Michigan Press, pp. 41-72.

Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) nos anos 1980, das denúncias de destruição ambiental na mesma década, da elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) nos anos 1990, da formação da primeira associação do território e do prosseguimento dos esforços de titulação e desintrusão.

Além disso, apresento um panorama sobre a criação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e seu impacto no movimento quilombola. Também trago os desdobramentos paralelos do processo de redemocratização e da criação da Constituição Federal de 1988, incluindo políticas direcionadas a povos e comunidades tradicionais já nos anos 2000. Na sequência, narro a história do movimento quilombola em Goiás, a partir de estudos históricos e antropológicos. Reflito sobre o processo lento de titulação e reconhecimento dos direitos, incluindo a lei específica de Goiás referente ao território quilombola da comunidade Kalunga. Analiso trabalhos acadêmicos sobre a comunidade, e uma atenção especial é dedicada aos mitos acadêmicos, iniciando com a polêmica em torno do trabalho de Mari Baiocchi. Sintetizo alguns dos trabalhos recentes sobre o território e os debates que emergiram desde os anos 2000, com uma crítica aos estudos sobre a fauna, destacando descrições pouco acuradas das paisagens e animais.

Depois, abordo o Estatuto Social local, explorando sua visão sobre a conservação da biodiversidade e fenômenos recentes que corroboram as escolhas conservacionistas feitas pela comunidade. Em seguida, discuto a relação estabelecida pelos Kalunga com o Cerrado, apresentando detalhadamente o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCCK). A descrição do território inclui áreas de preservação próximas ou sobrepostas, o número de nascentes, aptidões agrícolas, regime de chuvas e mudanças climáticas. Detalho a flora e a fauna, desde a fauna aquática até os mamíferos, apresentando espécies ameaçadas mapeadas pela comunidade.

Finalizo o capítulo com uma análise do núcleo populacional da Prata, onde o estudo foi conduzido. Detalho o tamanho da área, conflitos territoriais e a dificuldade de acesso. Descrevo características específicas do solo, declividade e aptidão agrícola, abordando os potenciais da região. O turismo é discutido em relação aos conflitos locais desencadeados. Destaco a criação de bovinos como a principal atividade produtiva na região.

No capítulo 2, aprofundo a análise sobre a relação da comunidade quilombola da Prata com o meio ambiente, destacando a fauna selvagem, cujo elo relacional central é o gado. Inspirado nos estudos de Emílio Moran²⁸ sobre a adaptabilidade humana, exploro a história da

²⁸ MORAN, 1994.

comunidade com sua fauna doméstica, oferecendo uma visão rica em experiências acumuladas ao longo do tempo. O estudo evidencia aspectos essenciais para a construção de um *ethos* característico da comunidade rural. As informações foram obtidas por meio de vivências e entrevistas, conduzidas com uma lógica simétrica.

Início o capítulo introduzindo o tema com uma breve contextualização sobre o Cerrado, explorando sua relação com grandes mamíferos ruminantes, como bois e búfalos. Destaco a importância desses animais na subsistência de diferentes populações pelo mundo, refletindo nas relações sociais e impactando a paisagem. Com isso, busco compreender a complexidade e sistematicidade da relação com o gado.

A narrativa afunila para a história do gado bovino no Brasil, desde o período colonial até o século 19, evidenciando seu papel crucial na formação territorial. Narro a história do gado na região alvo da pesquisa, com ênfase na “Era do Curraleiro”. Na sequência, descrevo as diversas raças de gado presentes no território, como Nelore, Tabapuã, Tabanel, Guzerá, Holandês e Gir, explorando as funções e características específicas atribuídas a cada uma pela própria comunidade. Detalho ainda o tipo Crioulo, o mais abundante na região da Prata, e exploro as escolhas feitas pelas famílias, relacionando-as ao regimento interno da comunidade.

Ao adentrar as estratégias de criação, destaco a criação fechada e solta (ou no agreste), ilustrando dinâmicas locais com desenhos de campo. Essas ilustrações, realizadas durante entrevistas, não apenas facilitaram a comunicação, mas também ajudaram a resumir informações complexas em figuras inteligíveis²⁹. Discuto vantagens e desvantagens de diferentes tipos de criação, além de abordar a inserção de equinos no território. Descrevo os desafios comuns enfrentados na criação de gado na comunidade, levando em consideração as fases de crescimento, que variam conforme raça, tipo e método de criação.

Além disso, exploro a história do Curraleiro, analisando tentativas recentes de reintrodução e seus desdobramentos. Conecto essa narrativa ao contexto nacional, destacando a inserção de grandes empresas de carne enlatada em Goiás, a partir da década de 1940, e o crescimento do consumo global de carne. Mergulho no mercado local de gado buscando compreender como essa mudança no mercado global afetou a dinâmica de venda interna, entre os membros da própria comunidade, e externa, fora da região. Para enriquecer a compreensão, incorporo ilustrações, como cálculos de vendas e representações da unidade produtiva local. Detalho a complexa teia de relações comerciais, destacando preços locais e as escolhas enfrentadas pelos criadores ao longo do processo de criação do gado.

²⁹ Esse recurso visual será recorrente nos capítulos subsequentes.

Ao abordar o mercado mais amplo e a crescente inserção dos Kalungas, principalmente nas cidades circunvizinhas, examino os reflexos positivos e negativos desse fenômeno na coesão social da comunidade. Descrevo brevemente as estratégias desenvolvidas em resposta a essa interferência, como a diversificação da criação para além do gado, envolvendo porcos e galinhas para consumo doméstico. Analiso os impactos dessa mudança na prática tradicional, que tem se tornado menos comum devido ao aumento populacional e às demandas específicas do mercado externo. Concluo o capítulo explorando a relação entre a construção da memória do curraleiro e a coesão social da comunidade. Destaco como esse elemento desempenha um papel fundamental na preservação da identidade dos Kalungas diante das transformações refletidas na criação de gado.

No terceiro e último capítulo, adentro o fascinante universo da convivência da comunidade Kalunga com os grandes carnívoros, no “Período da Onça”. Inicialmente, contextualizo o capítulo apresentando os desafios globais da coexistência entre humanos e grandes carnívoros, delineando as leis que ao longo da história buscavam eliminar tais animais e a atual luta pela sua preservação, reconhecendo seu papel vital nos ecossistemas. Em seguida, faço uma descrição detalhada dos animais selvagens mencionados pelos moradores, como a onça-pintada, sussuarana, veado-campeiro, porco-espinho, queixada, macaco-prego, tatu-canastra e algumas aves, destacando a diversidade singular do território. Prosseguindo, exponho os conflitos vivenciados pela comunidade, como ataques a plantações e animais domésticos, apoiando essas narrativas com ilustrações de rastros deixados pelos animais. Abordo a frequência desses conflitos e exploro os possíveis fatores ecológicos que podem contribuir para tais interações, ainda influenciado pelos estudos de Moran³⁰ e pelos artigos da coletânea *People and Wildlife*³¹.

No desdobramento do capítulo, detalho os riscos percebidos pelos moradores e suas estratégias para lidar com os desafios apresentados pela vida selvagem. Exploro diferenças comportamentais, maneiras de lidar com os desafios e conceitos locais associados a esses grandes carnívoros, inspirado pelo trabalho de Sússekind³² e Nyhus³³. Destaco algumas práticas antigas, como as grandes caçadas que eram comuns há algumas décadas, e examino como a criação na solta ou criação fechada influencia as interações com os grandes carnívoros.

³⁰ MORAN, 1994.

³¹ WOODROFFE, R.; THIRGOOD, S.; RABINOWITZ, A. (Eds.). (2005). *People and Wildlife: Conflict or Coexistence?* The Zoological Society of London, Cambridge University Press.

³² SÜSSEKIND, F. (2014). O rastro da onça: relações entre humanos e animais no Pantanal. Rio de Janeiro: 7 Letras.

³³ NYHUS, P. J. (2016). Human–Wildlife Conflict and Coexistence. *Annu. Rev. Environ. Resour.*, 41, 143–171.

Comparo essas estratégias com métodos de redução de conflito espalhados pelo mundo, evidenciando as distintas formas de convívio com grandes carnívoros. Encerro o capítulo destacando os desafios atuais enfrentados pela comunidade para manter essa coexistência delicada, ressaltando que as práticas adotadas pelos Kalungas estão alinhadas com a literatura internacional sobre o tema, evidenciando uma adaptação notável a esse complexo equilíbrio entre humanos e grandes carnívoros.

Dito isso, essa etnografia visa ocupar espaço em um campo de trabalho multidisciplinar centrado nas populações humanas e em suas interações com os demais seres que habitam o planeta Terra. Busquei abranger uma diversidade de atuações, motivações e perfis distintos, tanto humanos quanto não humanos, proporcionando a construção de uma imagem mais robusta de uma das comunidades que compõem o Quilombo Kalunga e seus processos decisórios em relação ao meio ambiente. O presente estudo direciona-se a subsidiar a construção de caminhos para a pesquisa nos departamentos de pós-graduação que lidam com temáticas relacionadas a populações tradicionais e suas formas de viver e utilizar o espaço. A abordagem centrada na ação e nas escolhas e a perspectiva simétrica visam contribuir para a reflexão sobre processos de pesquisa mais eficazes para esse campo. Como ressaltam Carla Costa Teixeira e Sérgio Castilho³⁴, a etnografia reconhece a responsabilidade dos sujeitos em ordenar o mundo em que vivem, enquanto cabe ao etnógrafo aprender essa ordem para compreendê-la em diálogo com a teoria.

³⁴ TEIXEIRA, C.; Castilho, S. (2020). IPEA – etnografia de uma instituição: entre pessoas e documentos. Brasília: ABA/AFIPEA.

Capítulo 1 - Legados da Época do Projeto

A maior parte dos objetos que nos rodeiam, incluindo nós mesmos, encontram-se nesta situação intermediária: são naturais e culturais ao mesmo tempo. (Philippe Descola, no texto “Outras naturezas, outras culturas”)

Este é um trabalho de continuidade, que passa pela gestão territorial e ambiental do território quilombola (TQ) Kalunga. Na monografia³⁵, busquei compreender entraves para a regularização fundiária do TQ através de um estudo de caso da Fazenda Bonito, Quilombo Kalunga, Goiás. Agora, retorno ao TQ, na mesma Fazenda Bonito, onde desenvolvi a pesquisa anterior, para pensar as relações que os quilombolas estabelecem com a fauna local. Trata-se do núcleo populacional da Prata. E começo por uma espécie única de “superpredadores”, com uma eficiência que ultrapassa todas as regras do mundo animal. Nós, que matamos outros bichos em uma taxa até 14 vezes superior a outras espécies caçadoras³⁶.

Neste primeiro capítulo, apresento algumas nuances da “Época do Projeto”, termo usado pelos interlocutores para se referir ao período de elaboração e execução do Projeto Kalunga - Povo da Terra, cujo principal nome é Mari de Nasaré Baiocchi³⁷, entre as décadas de 1970 e 1990. Desde então é impossível escrever academicamente sobre Kalunga sem fazer referência aos trabalhos gestados no Projeto, até porque alguns dos dados levantados à época ainda são os mais atuais disponíveis. O período também ficou marcado na memória coletiva pela organização da primeira associação do território e da luta pioneira pelo reconhecimento da causa quilombola, com desdobramentos até mesmo na constituinte, temas centrais neste primeiro capítulo.

Para tanto, vou abordar (1) os quilombos no Brasil e as relações genéricas estabelecidas com a conservação, tendo foco em discutir como a simples atribuição de uma índole de harmonia com a natureza a comunidades tradicionais - marca da antropologia produzida na época do projeto - é um desserviço à ciência e à luta quilombola; (2) o quilombo Kalunga e suas particularidades, com foco em compreender as escolhas da comunidade voltadas para a conservação, positivadas no Estatuto Social e no Regimento Interno da Associação Quilombo

³⁵ SOUSA, 2022.

³⁶ DARIMONT, C. T., et al. (2015). The unique ecology of human predators. *Science*, 349, 858.

³⁷ Mari de Nasaré Baiocchi desempenhou um papel crucial na luta pela regularização das terras do Quilombo Kalunga em Monte Alegre de Goiás. Como antropóloga, ela se envolveu com a comunidade Kalunga nos anos 1980. Após entender as tensões sobre a posse da terra, Mari Baiocchi, junto com líderes quilombolas, buscou o Instituto de Desenvolvimento Agrário, desencadeando um processo que levou ao início da titulação das terras, em 1985.

Kalunga (AQK); e (3) o núcleo populacional da Prata, alvo deste estudo, buscando descrever as características locais e suas peculiaridades em relação ao TQ.

1.1. Conceitos de quilombo

A história dos quilombos contemporâneos, também chamados comunidades remanescentes de quilombo (CRQs), mocambos, terras de preto ou terras de santo é secular, mas sua valorização é relativamente recente. De acordo com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), o Brasil tem mais de seis mil CRQs, das quais cerca de três mil estão em processo de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e pouco menos de trezentas estão em processo de construção dos Relatórios Técnicos de Identificação e Demarcação (RTIDs), passo fundamental para a titularização dos territórios.

O termo "quilombo" tem suas raízes nas línguas bantas e chegou ao Brasil por meio dos povos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, entre outros, que foram trazidos como escravizados para o país. Esses povos trouxeram consigo suas culturas, tradições e formas de organização social, incluindo o conceito de quilombo como um espaço de resistência³⁸. Sendo assim, os quilombos surgiram como uma forma de se opor à estrutura escravocrata. Os escravizados fugidos se organizavam para escapar das senzalas e das plantações, buscando áreas de difícil acesso e pouco povoamento para estabelecer seus quilombos. Inspirados no modelo africano, esses grupos transformavam essas áreas em espaços de resistência, onde podiam viver de forma autônoma e cultivar sua cultura e identidade³⁹.

No período colonial brasileiro, os quilombos eram vistos como perigosos e uma afronta à sociedade. Os cronistas e historiadores retratavam quilombolas como ladrões e assassinos, reforçando estereótipos negativos e alimentando o medo na sociedade. Essa representação contribuiu para a invisibilidade histórica dos quilombos e para a marginalização das comunidades quilombolas. No século XVIII, o Conselho Ultramarino estabeleceu uma definição jurídico-formal de quilombo⁴⁰. Segundo essa definição, quilombo era toda habitação

³⁸ MUNANGA, K. (1996). Origem e histórico do Quilombo na África. In: Revista USP, n. 28, São Paulo.

³⁹ REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (1996). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

⁴⁰ O conceito de quilombo do Conselho Ultramarino de 1740, "... toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele", ficou na memória nacional. No entanto, esse conceito foi ampliado e ressignificado diversas vezes e, atualmente, pode ser sintetizado como comunidades negras habitadas por descendentes de pessoas escravizadas que mantêm laços de parentesco e vivem majoritariamente de culturas de subsistência em terras doadas, compradas ou secularmente

de negros fugidos, mesmo que não tivessem construções ou equipamentos. Essa definição ressaltava a importância da fuga dos escravizados, a escolha de locais de difícil acesso, a existência de moradias e a capacidade de autoconsumo⁴¹. Nessa perspectiva, os quilombos eram produto da resistência dos escravizados e foram um fenômeno comum em todo o Novo Mundo. Após fugirem, procuravam se esconder e se isolar do restante da população em lugares remotos, formando agrupamentos que recebiam diferentes nomes de acordo com a região: quilombos ou mocambos no Brasil; *palenques* na Colômbia e em Cuba; *cumbes* na Venezuela; *marrons* no Haiti e nas ilhas do Caribe francês; grupos ou comunidades de *cimarrones* em várias partes da América Espanhola; *maroons* na Jamaica, Suriname e sul dos Estados Unidos⁴².

Por trás dessa perseguição estava um modelo de concentração fundiária intrinsecamente ligado ao sistema escravista. A criação das capitanias hereditárias e a distribuição de sesmarias exemplificam esse modelo fundiário estabelecido pelo projeto colonial português na ocupação e exploração do território. A privatização das terras teve início em 1530 com a implantação das sesmarias. Esse processo foi seguido pelo Regime de Posses, que entrou em vigor em 1822, durante o processo de independência do Brasil, e foi definitivamente regulamentado pela Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras⁴³.

Essa lei estabeleceu que as terras devolutas só poderiam ser adquiridas por meio de compra, conferindo um caráter comercial à propriedade fundiária. É importante notar que a Lei de Terras foi promulgada no mesmo ano em que foram iniciadas as Leis Abolicionistas, como a Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico de escravos. Esse contexto revela uma contradição: enquanto o Brasil anunciava o fim do tráfico de escravos, a população negra, mesmo liberta, era impedida de adquirir terras, uma vez que a terra era considerada um bem comercial e, no sistema escravista, as pessoas negras não possuíam acesso ao poder de compra. A Lei de Terras protegeu as grandes propriedades agrárias e as relações de exploração que delas

ocupadas. Os moradores dessas comunidades valorizam as tradições culturais, recriando-as no presente. Eles possuem uma história comum e têm normas de pertencimento relativas à sua identidade. É válido destacar que, na academia, há uma disputa entre antropólogos e historiadores quanto ao conceito contemporâneo e conceito histórico que não tenho objetivo de sanar.

⁴¹ GOMES, F. dos S. (2015). Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma.

⁴² MIRADOR. (1980). Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Enciclopédia Britânica do Brasil/Companhia Melhoramentos de São Paulo.

⁴³ SILVA, A. F. (2021). Concentração fundiária, quilombos e quilombolas: faces de uma abolição inacabada. Revista Katálysis, 24(3).

decorriam e deixou claro que a população negra não deveria criar vínculos com a terra. Nesse contexto, o estabelecimento de quilombos era uma transgressão brutal ao regime⁴⁴.

Com a abolição da escravidão, a luta das comunidades quilombolas não se restringiu apenas à sobrevivência, mas também à busca pela manutenção da posse da terra e acesso à cidadania. A generalização do trabalho livre, aliada à política de branqueamento populacional, impactou negativamente a população negra, dificultando seu acesso à cidadania plena. As teorias raciais, influenciadas pelo pensamento científico europeu, perpetuaram a ideia de inferioridade racial e relegaram os negros a uma posição de não cidadania ou de cidadãos de última classe. A política de branqueamento populacional utilizou a imigração europeia como estratégia principal, excluindo a população negra do acesso ao mercado de trabalho nas áreas urbanas em processo de industrialização. Enquanto os imigrantes europeus ocupavam a maioria dos postos de trabalho na indústria, os negros foram marginalizados e relegados aos espaços de trabalho precários e de baixa remuneração⁴⁵.

Nas áreas rurais, o poder do latifúndio foi revitalizado, mantendo relações de trabalho conservadoras e elementos laborais herdados da escravidão. Mesmo após a abolição, as comunidades quilombolas continuaram a enfrentar condições de trabalho precárias e a superexploração, perpetuando a herança escravista. A concentração fundiária continuou a se fortalecer, impactando negativamente as comunidades quilombolas, que passaram a ser estigmatizadas como símbolos do atraso no desenvolvimento nacional. Dessa forma, a aliança entre a burguesia industrial e a oligarquia rural, estabelecida nas primeiras décadas republicanas, perpetuou a marginalização e exploração da população negra, tanto nas áreas urbanas quanto rurais⁴⁶.

Paralelamente, no século XX, surgiram diferentes abordagens sobre os quilombos⁴⁷. No início do novo século, a visão culturalista enfatizava a resistência à aculturação imposta aos escravizados, reconhecendo a importância da preservação das tradições culturais africanas nas comunidades quilombolas. Por outro lado, a visão materialista destacava os quilombos como

⁴⁴ VILA NOVA, A.; SANTOS, E. A. dos. (2013). Mulheres Negras: histórias de resistência, de coragem, de superação e sua difícil trajetória de vida na sociedade brasileira. Duque de Caxias: Espaço Científico Livre Projetos Editoriais.

⁴⁵ SCHWARCZ, L. M. (2012). Nem Preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma.

⁴⁶ JACCOUD, L. (2008). Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a Abolição. Brasília: IPEA, p. 45-64.

⁴⁷ ALMEIDA, A. W. B. de. (2002). Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV.

espaços de resistência escrava, onde os escravizados fugidos resistiam à opressão e buscavam sua liberdade⁴⁸.

A partir dos anos 1970 e 1980, o conceito de quilombo conquistou novas dimensões, apoiadas na reivindicação de uma reparação histórica para com a população negra, alvo de uma opressão como população camponesa e parte de um grupo racial discriminado. O movimento negro utilizou o termo como símbolo de resistência e luta, reivindicando a valorização da história e cultura das comunidades quilombolas e, junto com a Associação Brasileira de Antropologia, redefiniram o conceito, ampliando-o para incluir comunidades negras rurais que vivem da cultura de subsistência e têm fortes vínculos culturais com o passado⁴⁹. Essa ampliação é feita em um contexto de organização dos trabalhadores do campo e ascensão do movimento negro, que apoia a identidade étnica no conjunto das lutas dos trabalhadores urbanos e rurais diante de um regime onde a luta pela cidadania plena continuou a ser um desafio e o acesso aos territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades quilombolas permaneceu negado até a constituinte. A comunidade Kalunga se insere nesse processo a partir de 1971, com o início dos trabalhos de Mari Baiocchi no território que resultam no Projeto Kalunga - Povo da Terra, acabando em 1996 com um lastro de criação de estruturas organizativas no território, dezenas de estudos científicos e conquistas legislativas no âmbito do acesso à cidadania e da regularização fundiária.

Entre os marcos da época estão: i) a entrada do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) no processo, em 1984; ii) a primeira titulação em 1985; iii) a organização e entrega do Dossiê Kalunga para a Furnas/S.A em 1988; iv) o acompanhamento jurídico devido ao acirramento de conflitos pelas terras a partir de 1989; v) a entrega da carta-denúncia ao Presidente da República, após evento no território em que compareceram a Procuradoria da República, a Secretaria de Justiça, o IDAGO e a Polícia Federal, entre 1990 e 1992; vi) a elaboração e apresentação do Relatório Técnico Científico (RTC) e do Laudo Antropológico nos mesmos anos; vii) a publicação da lei estadual que reconhece o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCCK) em 1991; e viii) a criação da Associação Kalunga Povo da Terra, em 1992. De 1993 até hoje seguem os trabalhos de titulação e desintrusão.

Vale mencionar que, na década de 1990, o movimento quilombola ganhou força no Brasil, impulsionado pela luta por reconhecimento, direitos territoriais e valorização da cultura e identidade. Nesse contexto, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras

⁴⁸ LEITE, I. B. (2000). Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Revista Etnográfica, v. IV (2).

⁴⁹ ALMEIDA, 2002.

Rurais Quilombolas (CONAQ) foi criada como um importante marco na organização e mobilização dessas comunidades. No ano de 1995, durante o "I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas", realizado durante a Marcha Zumbi dos Palmares, foi criada a Comissão Nacional Provisória das Comunidades Rurais Negras Quilombolas. Naquela época, já se tinha conhecimento da existência de centenas de comunidades quilombolas em todo o país. Essas comunidades eram herdeiras de um legado de resistência e luta contra a opressão e o racismo. A partir dessa percepção, a Comissão Nacional foi criada com o propósito de articular e mobilizar as comunidades quilombolas em diferentes estados brasileiros. O I Encontro Nacional proporcionou uma troca de experiências entre as lideranças quilombolas e fortaleceu a consciência coletiva sobre a importância de se organizar para responder aos desafios enfrentados pelas comunidades. Alguns estados, como o Maranhão, Pará e Bahia, já possuíam históricos de articulação e mobilização significativos, o que contribuiu para a estruturação da Comissão Nacional⁵⁰.

Em 1996, durante o Encontro de Avaliação do I Encontro Nacional, realizado em Bom Jesus da Lapa, na Bahia, a Comissão Provisória deu lugar à Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ. Esse novo momento representou a consolidação do movimento quilombola como um movimento social autônomo, distinto de outras formas organizativas, como ONGs, sindicatos ou partidos políticos. O II Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, realizado em 2000, em Salvador, Bahia, teve um papel fundamental no processo de afirmação do movimento quilombola. Nesse encontro, as comunidades quilombolas assumiram representação própria no movimento, deixando de ser representadas conjuntamente com o movimento negro urbano. Isso permitiu uma maior autonomia e protagonismo das comunidades quilombolas na defesa de seus direitos. A partir desse marco, diversas comunidades em diferentes estados do país iniciaram o processo de organização local e construção de suas próprias estruturas de representação. A CONAQ passou a reunir representantes de 24 estados, abrangendo todas as regiões do Brasil⁵¹.

Essa cisão entre o movimento negro e o movimento quilombola é um fenômeno complexo e multifacetado, que envolve divergências políticas, estratégias de luta e perspectivas de identidade. Embora ambos os movimentos compartilhem o objetivo de combater o racismo e a discriminação racial, existem diferenças significativas em termos de foco, abordagem e reivindicações. O movimento negro tem uma longa trajetória histórica de luta contra o racismo

⁵⁰ Relatos de lideranças do movimento colhidos em junho de 2023.

⁵¹ *Ibidem*.

e pela igualdade racial no Brasil. Ele surge como uma resposta às desigualdades e injustiças enfrentadas pela população negra em diversos âmbitos da sociedade, incluindo educação, emprego, saúde e segurança. O movimento negro busca a construção de uma sociedade antirracista e igualitária, promovendo a valorização da cultura e história afro-brasileiras, a representatividade política e o combate ao racismo. Já o movimento quilombola tem seu foco específico na luta pela garantia dos direitos territoriais das comunidades remanescentes de quilombos, reconhecidos pela Constituição Federal de 1988. O movimento quilombola busca o reconhecimento e a demarcação desses territórios, além de reivindicar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades⁵².

A Constituição Federal de 1988, por meio de seu artigo 68, garante o direito dessas comunidades ao acesso à terra. Além disso, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelece o direito de os quilombolas serem consultados quando ações que afetem suas comunidades estiverem em curso. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), de 2007, também é um importante instrumento jurídico, enfatizando a busca das comunidades tradicionais, incluindo os quilombos, por condições que permitam a preservação de sua cultura, estrutura social, práticas religiosas, conhecimentos ancestrais e bem-estar econômico, utilizando-se de saberes, inovações e práticas transmitidas pela tradição. Outra relevante medida legal é o Decreto Presidencial nº 4.887/03, que em conjunto com as Instruções Normativas (IN) nº 20/05 e nº 57/09 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e com as leis 4.132⁵³ e 4.504⁵⁴ estabelece os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos quilombolas⁵⁵.

Além disso, o referido decreto institui o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), um documento elaborado com base nas indicações da própria comunidade e em estudos técnico-científicos, incluindo relatórios antropológicos. O propósito do RTID é caracterizar, de forma espacial, econômica, ambiental e sociocultural, a terra onde o quilombo está localizado. Na época do Projeto, Baiocchi (coordenação), Omar Carneiro, Paulo Cesar Jardim, Sergio Carneiro (saúde), Wagner José Vieira, André Luiz das Dores, Marcelo de Almeida, Omar C. Filho (assistência), Ricardo Luiz Lôbo (geologia), Luiz Elias Junior (fotografia), Nair dos Santos, Adriana de Oliveira (levantamento sociocultural), Cleyde

⁵² Ibidem.

⁵³ Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.

⁵⁴ Regulamenta os direitos e obrigações relativas aos bens imóveis rurais, a Reforma Agrária e a promoção da Política Agrícola.

⁵⁵ SANTOS FRANCISCO, 2006.

Amorim (levantamento arquivístico) e Alzirene Milhomem (desenhos) percorreram o território junto com quilombolas como Adão Cunha, Elias de Castro, Domingas da Cunha, Santino José dos Anjos, Joaquim Rodrigues, Albertino, Servino, entre outros, para estabelecer os limites e produzir os documentos que compõem o RTID, evento ainda muito marcado na memória dos mais velhos. Depois vieram pesquisadores e técnicos dos mais diversos órgãos acompanhar os planos e projetos desenvolvidos no território.

Nos últimos anos, tem havido uma crescente discussão sobre a importância da preservação ambiental e da valorização dos conhecimentos tradicionais no manejo sustentável dos recursos naturais. Tanto estudos mais antigos⁵⁶ quanto mais recentes⁵⁷ discutem a degradação florestal proveniente de projetos de larga escala, evidenciando a diversidade de sistemas de produção sustentável desenvolvidos por agentes locais que desempenham papel crucial na governança de recurso⁵⁸. Esses agentes locais normalmente residem no que chamamos de territórios tradicionalmente ocupados, áreas que apresentam potencial sinérgico para conciliar metas de conservação e desenvolvimento local⁵⁹, mas enfrentam pressões de grandes projetos extrativistas e de infraestrutura. Nesse contexto, a demarcação de terras indígenas e a criação de unidades de conservação destacam-se como estratégias eficazes para proteger a floresta e ecossistemas sensíveis⁶⁰. Estudos indicam que áreas protegidas, especialmente terras indígenas, contribuem significativamente para a conservação global e uso sustentável da biodiversidade, sendo essenciais para a redução do desmatamento na Amazônia. Terras indígenas e unidades de conservação demonstram eficiência na manutenção da cobertura vegetal natural⁶¹, destacando sua importância na preservação ambiental.

⁵⁶ CAVALCANTI, L. B.; COELHO, P. A.; ESKINAZI-LEÇA, E. (1980). Condiciones ecológicas en el área de Suape (Pernambuco-Brasil). In: SEMINÁRIO SOBRE EL ESTUDIO CIENTÍFICO E IMPACTO HUMANO EN EL ECOSISTEMA DE MANGLOVES, Cali, Colômbia, UNESCO. Anais [...]. Cali, Colômbia. p. 243-256.

⁵⁷ ANDERSSON, K.; BENAVIDES, J. P.; LEÓN, R. (2014). Institutional diversity and local forest governance. *Environmental Science and Policy*, v. 36, p. 61-72.

⁵⁸ OVIEDO, A. F. P.; BURSZTYN, M. (2016). The fortune of the commons: participatory evaluation of small-scale fisheries in the Brazilian Amazon. *Environmental Management*, 57, 1.009-1.023.

⁵⁹ GARNETT, S. T.; BURGESS, N. D.; FA, J. E.; FERNÁNDEZ-LLAMAZARES, A.; MOLNÁR, Z.; ROBINSON, C. J.; WATSON, J. E. M.; ZANDER, K. K.; AUSTIN, B.; BRONDIZIO, E. S.; COLLIER, N. F.; DUNCAN, T.; ELLIS, E.; GEYLE, H.; JACKSON, M. V.; JONAS, H.; MALMER, P.; MCGOWAN, B.; SIVONGXAY, A.; LEIPER, I. (2018). A spatial overview of the global importance of indigenous lands for conservation. *Nature Sustainability*, v. 1, p. 369-374.

⁶⁰ KERE, E. N.; CHOUMERT, J.; MOTEL, A.; COMBES, J. L.; SANTONI, O.; SCHWARTS, S. (2017). Addressing contextual and location biases in the assessment of protected areas effectiveness on deforestation in the Brazilian Amazônia. *Ecological Economics*, v. 136, p. 148-158.

⁶¹ OVIEDO, A. F. P.; FUTADA, S. M.; AUGUSTO, C.; DOBLAS, J. (2019). Trajetórias de uso do solo nas áreas definidas na 1ª atualização das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na Amazônia. Plataforma Proteja, Instituto Socioambiental.

Nesse contexto, uma sobreposição intencional entre pautas territoriais e ambientais tem sido criada. O conceito de quilombo é ampliado para além do conceito histórico de espaços de resistência e refúgio dos escravizados fugidos durante o período colonial. Os quilombos passam a ser reconhecidos como territórios de comunidades negras rurais que conservam a paisagem mantendo uma relação de ancestralidade e territorialidade com as áreas que habitam, se tornando grupos que possuem uma relação histórica e cultural com o ambiente em que vivem, desenvolvendo modos de vida e sistemas de conhecimento próprios, transmitidos de geração em geração. Esses conhecimentos tradicionais englobam técnicas de agricultura, pesca, extrativismo, medicina tradicional, dentre outros, que são fundamentais para a conservação da biodiversidade⁶².

Os territórios quilombolas abrangem áreas com diversos ecossistemas, como florestas, cerrados, manguezais e áreas costeiras. Esses habitats são caracterizados por uma rica biodiversidade, abrigando uma variedade de espécies vegetais e animais, algumas das quais podem ser endêmicas ou ameaçadas de extinção. A presença contínua das comunidades quilombolas nesses territórios tem desempenhado um papel importante na conservação desses ecossistemas. Uma das evidências dessa relação é a redução das taxas de desmatamento observadas nos territórios quilombolas, especialmente no Cerrado. Estudos mostram que os territórios quilombolas e o único projeto de assentamento extrativista no bioma seguiram trajetórias de desmatamento similares ao entorno até o ano 2000, mas a partir desse período se apresentam como uma eficiente barreira para o desmatamento crescente no entorno⁶³.

Além disso, as comunidades quilombolas detêm conhecimentos tradicionais sobre o uso e manejo dos recursos naturais, transmitidos ao longo de gerações. Esses conhecimentos incluem técnicas de agricultura de subsistência, pesca, extrativismo e uso sustentável da flora e fauna local, que podem auxiliar na conservação dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade. É importante destacar que muitos territórios quilombolas estão localizados próximos ou mesmo dentro de áreas protegidas, como unidades de conservação ou reservas ambientais. Essa proximidade estabelece uma ligação entre os territórios quilombolas e as áreas

⁶² CUNHA, M. C. da, MAGALHÃES, S. B. e ADAMS, C. (org.). (2021). Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças [recurso eletrônico]. São Paulo: SBPC. 132 p.

⁶³ DOBLAS, J., & OVIEDO, A. (2021). Efetividade dos territórios tradicionalmente ocupados na manutenção da cobertura vegetal natural no Brasil. In M. C. da Cunha, S. B. Magalhães, & C. Adams (Eds.), Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC.

protegidas, promovendo a conectividade dos habitats e facilitando o deslocamento de espécies entre essas áreas⁶⁴.

Em síntese, a história dos quilombos é complexa e evoluiu ao longo do tempo, assim como o conceito de quilombo foi ressignificado e ampliado em diferentes contextos. Ao reconhecer o dinamismo da história, é possível compreender que as comunidades quilombolas não são entidades estáticas, mas sim grupos que passaram por transformações ao longo dos séculos. Elas enfrentaram desafios, resistiram, adaptaram-se e continuam a lutar por seus direitos até os dias de hoje. Da mesma forma, o termo "quilombo" adquiriu diferentes significados e abordagens ao longo do tempo, sendo possível delimitar com clareza ao menos três vertentes. A vertente histórica remete ao conceito positivado de quilombo como espaços de resistência e refúgio dos escravizados fugidos durante o período colonial no Brasil. Essa abordagem enfatiza o contexto histórico e a importância da luta contra a escravidão, destacando a formação dos quilombos como uma estratégia de sobrevivência e liberdade. A vertente antropológica amplia o conceito de quilombo, considerando aspectos culturais, identitários e territoriais das comunidades remanescentes de quilombos. Essa abordagem reconhece a importância das tradições culturais, das formas de organização social e dos laços de parentesco nas comunidades quilombolas. Ela valoriza a preservação da cultura afro-brasileira e a conexão com as raízes africanas, além de abranger as questões de identidade étnica e territorialidade. E a vertente política enfoca a luta e os direitos das comunidades quilombolas. Essa perspectiva enfatiza a necessidade de reconhecimento legal e garantia dos direitos territoriais das comunidades, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e em outras legislações. Essa abordagem busca a reparação histórica, a inclusão social e a implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida das comunidades quilombolas, bandeiras que os Kalunga encarnam desde a época do Projeto.

1.2. Perspectivas de ‘eternos estrangeiros’ em Goiás

No Estado de Goiás, de acordo com dados da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), existem mais de cem comunidades quilombolas. No entanto, até o dia 22 de agosto de 2022, apenas 58 tinham sido certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Dessas 58, apenas 24 tinham processos de regularização fundiária abertos na

⁶⁴ CUNHA et al, 2021.

superintendência do INCRA de Goiás e outras 11 tinham processos abertos na superintendência do INCRA do Distrito Federal até 06 de abril de 2023⁶⁵.

A historiografia clássica de Goiás indica que a formação de quilombos provavelmente teve início na década de 1720, quando um bando ameaçava punir com açoites os africanos que oferecessem alguma gratificação para quem lhes fornecesse abrigo durante a fuga e não lhes denunciasse⁶⁶. No entanto, Mary Karasch⁶⁷ demonstra que as fugas de escravos africanos do Maranhão, Bahia e Pernambuco já ocorriam no século XVII, percorrendo a rota do sertão em direção ao norte e nordeste de Goiás. No século XVIII, houve uma grande quantidade de quilombos em Goiás, enquanto no século XIX a presença de quilombos era mais reduzida. As fugas de escravos em Goiás eram facilitadas pela escassa vigilância nas lavras mais distantes, onde os escravos continuavam a garimpar ouro em busca de riqueza para comprar sua alforria. Esses escravos trocavam o ouro por mercadorias essenciais em seus esconderijos, como metal, armas, pólvora, munição, cachaça, roupas e alimentos. Os quilombos mantinham relações com grupos sociais marginalizados, o que sugere que possivelmente contrabandeavam ouro com esses grupos⁶⁸.

A localização geográfica de Goiás, afastada dos grandes centros administrativos coloniais, facilitava a ação dos escravos fugidos: “a capitania de Goiás deve ser considerada entre as melhores para esse fim, pela inacessibilidade de seus esconderijos naturais. A capitania possuía ecossistemas do mesmo tipo que protegia escravos fugidos em todas as Américas”⁶⁹. A maioria dos quilombos em Goiás era composta por grupos transitórios e de número reduzido, devido ao perigo de serem descobertos por expedições de caça aos quilombolas e por ações dos capitães-do-mato. Homens formavam a maioria dos quilombos, enquanto as mulheres e crianças eram vigiadas nas casas dos colonos ou forçadas a trabalhar como concubinas, domésticas ou cultivadoras de alimentos nas fazendas⁷⁰. A violência física presente na escravidão, incluindo castigos, torturas, falta de alimentação e saúde, foi um grande motivo que levou os escravos a se rebelarem e fugirem. A intensidade das fugas e a formação de quilombos em Goiás foram acompanhadas por expedições de caça humana promovidas pela coroa

⁶⁵ Dados obtidos por meio dos sites das entidades.

⁶⁶ SALLES, G. (1992). Economia e Escravidão na Capitania de Goiás. Goiânia: CEGRAF/UFG.

⁶⁷ KARASCH, M. (1996). Os quilombos do ouro na capitania de Goiás. In: REIS, J. J. & GOMES, F. (Orgs.). Liberdade por um fio – História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ Ibidem, p.244.

⁷⁰ SALLES, 1992.

portuguesa. Eram perseguidos, invadidos e destruídos, por representarem uma ameaça ao sistema escravista e um estímulo para outras fugas de escravos⁷¹⁷².

Os quilombos em Goiás tinham características particulares, devido ao contexto geográfico e social da região. Eram geralmente localizados em áreas de difícil acesso, como serras, vales e matas fechadas, o que proporcionava maior proteção contra a perseguição dos senhores de escravos e das autoridades coloniais⁷³. Assim como o ambiente natural de Goiás oferecia facilidades e proteção aos quilombolas, também representava uma ameaça, devido às grandes dificuldades de adentrar as florestas e cerrados. Durante os períodos chuvosos, essas dificuldades eram ainda maiores, uma vez que se formavam extensas áreas alagadas, propícias à proliferação de mosquitos. A malária se tornou uma verdadeira ameaça para os quilombolas: “onde quer que encontrassem refúgio também tinham de enfrentar ‘uma infinidade de insetos’, tais como abelhas pretas, borrachudos, carrapatos, pernilongos e bichos-do-pé, que atormentavam os frequentadores dos rios, matas e cerrados de Goiás. Onças e cobras venenosas também representavam perigos especiais”⁷⁴.

Os quilombos em Goiás também estiveram associados à mineração de ouro na região, uma vez que muitos escravizados fugidos encontravam nos garimpos um meio de subsistência e sobrevivência. Eles se estabeleciam em locais estratégicos próximos às minas, onde conseguiam se autossustentar e estabelecer uma forma de organização social e econômica própria⁷⁵, em interação constante com os núcleos urbanos. Essa interação entre os quilombos e as cidades goianas se dava de diversas formas. Os quilombolas forneciam alimentos, produtos agrícolas e até mesmo mão de obra para as cidades, contribuindo para o desenvolvimento econômico local. Além disso, estabeleciam-se relações comerciais e de troca com os moradores das cidades, criando uma dinâmica de interdependência⁷⁶.

De acordo com o livro de Martiniano José da Silva, "A Sombra dos Quilombos"⁷⁷, é possível inferir que havia uma relação significativa dos escravizados com as cidades goianas. O autor destaca a presença expressiva da população negra nas cidades, evidenciada pela existência de vilas e aglomerados habitados quase exclusivamente por negros. No entanto, Silva

⁷¹ MOURA, C. (1981). Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo: Brasiliense.

⁷² BRAGA, L. (2022). Rebeldias Negras na Capitania de Goiás do Século XVIII. Revista Espaço Livre, [S. l.], v. 3, n. 05, p. 34–39.

⁷³ KARASCH, 1996.

⁷⁴ Ibidem, p.253.

⁷⁵ SALLES, 1992.

⁷⁶ KARASCH, 1996.

⁷⁷ SILVA, M. J. da. (1974). Sombra dos Quilombos: introdução ao estudo do negro em Goiás. Goiânia: Cultura Goiana. 132p.

observa que muitos desses negros apresentavam características de timidez e desconfiança, sendo descritos como ariscos. Quando precisavam ir ao comércio, sua presença causava certo desconforto e eles se moviam em fila, de forma assustada, como se fossem bois em um rebanho⁷⁸. O autor menciona a população Kalunga, ressaltando que até então o conhecimento sobre ela se baseava principalmente em relatos locais. Havia um mito de que os Kalunga se comunicavam através de um dialeto incompreensível, possivelmente um remanescente da língua africana, especialmente quando encontrados em áreas urbanas⁷⁹.

Outro exemplo é visto na pesquisa de Carlos Rodrigues Brandão⁸⁰, que verificou que as famílias negras na cidade de Goiás enfrentavam uma dupla discriminação, tanto pelas suas ocupações quanto pela cor da pele. Os negros ocupavam principalmente profissões subalternizadas, como lavradores, vaqueiros, domésticas, ferreiros e carpinteiros, com poucas exceções de acesso a serviços públicos e educação. Brandão observou que o pertencimento étnico entre brancos e negros era um aspecto central nas relações sociais em Goiás, assim como nas representações dos sujeitos na esfera pública. A identificação étnica, como "peões, pretos e congos", definia a forma como os negros eram vistos e representados socialmente, independentemente de suas posições específicas na sociedade. A composição dos postos de trabalho na cidade de Goiás mostrava uma clara distinção entre brancos e negros, refletindo as relações sociais e as categorias de rural e urbano, bem como a posição de classe⁸¹. A pesquisa de Brandão indica que a condição do negro em Goiás era a de um "eterno estrangeiro", cuja existência e representação social dependiam de como se relacionavam com os brancos, que eram considerados a norma. Isso revela uma dinâmica de dominação em que os negros não desenvolviam uma ideologia em oposição aos brancos, mas sim se definiam com base nas imposições e relações assimétricas de poder impostas pela supremacia branca. A sobrevivência e existência dos grupos dominados estavam condicionadas a essa dinâmica de poder⁸².

Anos se passaram e a ideia do "eterno estrangeiro" parece se manter, especialmente em relação às CRQs. Em 2021, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Goiás (SEDS) empreendeu um primeiro diagnóstico dos quilombos no estado e revelou que cerca de trinta e nove mil quilombolas estão divididos em sessenta e uma comunidades, das quais vinte e oito estão localizadas parcialmente em contexto urbano e rural; dezessete são rurais e dezesseis estão

⁷⁸ A leitura é um tanto quanto desconfortável, por ser recheada do exotismo que marcou as pesquisas nas ciências humanas no século XX.

⁷⁹ SILVA, 1974.

⁸⁰ BRANDÃO, C. R. (1977). Peões, pretos e congos: trabalho e identidade étnica em Goiás. Goiânia, ed. EUB.

⁸¹ Ibidem.

⁸² Ibidem.

em contexto urbano. Embora a maioria seja certificada pela FCP, poucas estão devidamente demarcadas (10) e/ou tituladas (9)⁸³. Vale ressaltar que esse levantamento alcançou apenas metade das comunidades quilombolas que a CONAQ estima que existam no estado, o que por si só já é um dado bastante revelador.

A Constituição do Estado de Goiás⁸⁴, de 1989, possui o artigo 16 com o mesmo teor do artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). No entanto, o Estado de Goiás adotou uma forma de reconhecimento dos territórios quilombolas diferente, por meio de lei complementar. Porém, até o momento, apenas o território do Quilombo Kalunga obteve o reconhecimento por meio desse mecanismo:

Art. 16 - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.

§ 1º - Lei complementar criará a reserva Calunga, localizada nos Municípios de Cavalcante e Monte Alegre, nos vãos das Serras da Contenda, das Almas e do Moleque.

§ 2º - A delimitação da reserva será feita, ouvida uma comissão composta de oito autoridades no assunto, sendo uma do movimento negro, duas da comunidade Calunga, duas do órgão de desenvolvimento agrário do Estado, uma da Universidade Católica de Goiás, uma da Universidade Federal de Goiás e uma do Comitê Calunga.

- Vide Lei nº 11.409, de 21-01-1991; Lei Complementar nº 19, de 05-01-1996, D.O. de 10-01-1996; e Decreto nº 4.781, de 11-04-1997, D.O. de 17-04-1997.

O reconhecimento dos territórios quilombolas por meio de lei complementar é uma forma de garantir os direitos territoriais das comunidades quilombolas. A existência do artigo 16 na Constituição do Estado de Goiás, com o mesmo teor do artigo 68 do ADCT, demonstra o comprometimento do estado em reconhecer e regularizar essas áreas. No entanto, ter apenas uma das mais de cem comunidades do estado reconhecidas por essa ferramenta indica uma falta de efetividade na implementação das políticas de reconhecimento e regularização dos territórios quilombolas no estado.

A Lei Complementar nº 19, de 05 de janeiro de 1996, trata do reconhecimento e proteção do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCCK), localizado nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, no Estado de Goiás. Essa lei estabelece disposições para assegurar a propriedade e a integridade territorial do território quilombola. Designa as áreas nas Serras do Moleque, de Almas, da Contenda-Calunga e Córrego Ribeirão dos Bois como patrimônio cultural, com delimitação detalhada no parágrafo único do artigo 1º.

⁸³ Dados da SEDS, de 2021, obtidos no evento Territórios Vivos, realizado em março de 2023 no Quilombo Mesquita, Cidade Ocidental, Goiás

⁸⁴ GOIÁS. (1989). Constituição do Estado de Goiás, de 5 de outubro de 1989.

O artigo 2º concede direitos aos habitantes, nascidos na área e descendentes do quilombo do século XVIII, garantindo propriedade, posse e integridade territorial. O estado de Goiás, conforme o artigo 3º, deve proteger esses direitos, impedindo esbulhos possessórios e controlando o acesso não autorizado. Colaboração com habitantes e municípios é exigida, incluindo medidas de proteção e assistência médica, social e educacional gratuita. O artigo 4º trata da questão fundiária, com desapropriação de terras ocupadas por não-quilombolas e emissão de títulos aos Kalunga. A legislação impõe restrições (artigo 6º) e permissões (artigo 7º) para atividades na área, proibindo ações prejudiciais ao meio ambiente e patrimônio cultural, mas permitindo atividades agrícolas e extrativistas exclusivamente aos habitantes, desde que não representem riscos. O estado deve cumprir prazos e ações específicas, como demarcação de limites e cadastramento dos habitantes.

Em resumo, a Lei Complementar nº 19/1996 reconhece o território do Quilombo Kalunga como patrimônio cultural e sítio de valor histórico, estabelecendo direitos territoriais aos habitantes, restrições e permissões para atividades na área e a responsabilidade do Estado de Goiás na proteção e defesa desse patrimônio.

1.3. Mitos acadêmicos sobre a comunidade Kalunga

Isso nos faz questionar nossa maneira de conceber a relação dos humanos com os animais e as plantas.

Somos tentados a achar que essa maneira de pensar é universal, mas, evidentemente, ela não é.

(Philippe Descola, no texto “Outras naturezas, outras culturas”)

É importante destacar que a Lei Complementar nº 19/1996 é uma das muitas conquistas dos Kalunga em parceria com Baiocchi, na época do Projeto. No entanto, a perspectiva de Baiocchi em relação aos Kalunga é caracterizada pelo exotismo, por exemplo, ao atribuir-lhes um dialeto distinto⁸⁵. Em 1995, Baiocchi causou polêmica ao introduzir uma cartilha bilíngue, de sua autoria, na escola Kalunga, defendendo - por exemplo - o uso do termo "negão", alegando que é como eles se tratam. A autora também desconsidera os trabalhos anteriores, como o de Silva. Apesar disso, a obra de Baiocchi ainda é considerada uma referência inicial para o estudo das comunidades negras rurais de Goiás, especialmente no contexto das comunidades Kalunga⁸⁶.

⁸⁵ Fato que já havia sido relatado por Silva (1974).

⁸⁶ OLIVEIRA, F. B.; D'ABADIA, M. I. V. (2015). A perspectiva historiográfica sobre os quilombolas de Goiás (séculos XVIII ao XXI). Revista Mosaico, v. 8, n. 1, p. 11-18, jan./jun.

Mais recentemente, a dissertação "Identidade e territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque"⁸⁷ investigou as relações entre identidade e territorialidade dentro da comunidade Kalunga, com base em um estudo de caso na região do Vão do Moleque. O objetivo foi compreender as ressignificações identitárias antes e após o reconhecimento das comunidades pela Constituição Federal de 1988. Uma perspectiva interessante abordada pela autora é a problematização do conceito de "comunidade" nos estudos que envolvem as comunidades negras rurais. Marinho ressalta que a noção de comunidade como uma experiência de igualdade é uma ficção, uma vez que as comunidades não são imunes à organização de uma sociedade dividida em classes e interesses antagônicos. Essa reflexão desafia a visão idealizada de comunidades como espaços homogêneos e destaca as contradições e desigualdades presentes.

Em "Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás – Patrimônio e biodiversidade de sujeitos do cerrado", artigo publicado em 2010 pela geógrafa Maria Geralda de Almeida⁸⁸, são discutidas as relações entre territórios, patrimônio e as territorialidades dos Kalunga. O estudo aborda a influência de diferentes contextos, como conflitos pelo uso das terras não tradicionais e o turismo, na dinâmica territorial das comunidades Kalunga, afetando também a biodiversidade da região. Almeida enfatiza a importância de formular hipóteses explicativas que considerem a relação dos Kalunga com a terra e suas identidades territoriais, além de interpretar as territorialidades em curso.

Há nesses estudos duas questões centrais para essa pesquisa: dinâmicas de decisão locais e escala de impactos ambientais. O impacto ambiental causado por essas comunidades é relativamente baixo, já que muitas delas optaram/decidiram por adotar posturas mais sustentáveis e possuem poucos recursos e infraestrutura limitada para investir em maquinário e tecnologias avançadas, o que acaba favorecendo a adoção de práticas agrícolas manuais e de baixo impacto ambiental. Além disso, a opção por práticas agrícolas tradicionais⁸⁹ pode ser uma forma de preservação da cultura e identidade dessas comunidades, que têm uma forte relação com a terra e com técnicas de manejo que foram passadas de geração em geração.

⁸⁷ MARINHO, T. A. (2008). Identidade e Territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque. Tese de Doutorado.

⁸⁸ ALMEIDA, M. G. de. (2010). Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás – Patrimônio e biodiversidade de sujeitos do cerrado. Cerrado do nordeste goiano, v.4, n.1, p.36-63, jan./fev. 2010.

⁸⁹ Segundo Waldman (2006), as práticas agrícolas tradicionais são aquelas que foram desenvolvidas e aprimoradas ao longo do tempo pelas comunidades rurais, com base em seus conhecimentos e experiências locais, para garantir a produção de alimentos e o uso dos recursos naturais. Envolvem, majoritariamente, técnicas agrícolas que foram transmitidas de geração em geração e com pouca ou nenhuma mecanização, como o cultivo de variedades de plantas adaptadas às condições locais, a utilização de técnicas de irrigação e fertilização natural, e a rotação de culturas.

No entanto, o uso do termo "tradicional" pode gerar alguns dilemas⁹⁰. Em primeiro lugar, o termo pode implicar que essas práticas são estáticas e imutáveis, o que não é verdade, já que as práticas agrícolas também estão sujeitas a mudanças e adaptações ao longo do tempo. O uso do termo também pode levar a uma romantização dos modos de vida dos PCTs, ignorando as contradições e desigualdades sociais que muitas vezes estão presentes nas comunidades rurais. Por exemplo, algumas práticas agrícolas tradicionais podem estar ligadas a relações de poder desiguais entre homens e mulheres ou entre diferentes grupos étnicos.

Outro problema é que o termo pode reforçar uma visão dicotômica e estereotipada entre o tradicional e o moderno/convencional, sugerindo que as práticas agrícolas "modernas" são sempre superiores às "tradicionais". Essa visão pode desconsiderar os conhecimentos e saberes locais, bem como as possibilidades de inovação e adaptação que existem nas comunidades rurais. Isso não significa que essas comunidades não possam se beneficiar da adoção de tecnologias modernas e de práticas mais eficientes e produtivas⁹¹. Porém, é comum encontrar em textos acadêmicos o estabelecimento de uma relação harmônica de CRQs com o meio ambiente, quase que inata, numa aplicação do mito do "bom selvagem" para PCTs. No entanto, as comunidades quilombolas estão imersas no modo de produção vigente e são compostas por pessoas reais, com histórias, culturas e necessidades distintas, que enfrentam muitos desafios para manter sua identidade e seus direitos em contextos sociais e políticos adversos para os quais a conservação raramente aparece como solução⁹².

Em trabalhos acadêmicos recentes⁹³ (2018-2022) sobre as interações dos Kalunga com o meio ambiente, a fauna é sempre citada como apropriada pela comunidade através dos conhecimentos tradicionais, mas não há descrição das interações criadas⁹⁴. A interação mais comum é com a flora medicinal. A fauna integra o patrimônio do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCCK) e está presente em produtos locais (como quadros e tapetes), nos mitos transmitidos entre gerações, nos desenhos das crianças, mas são raros os trabalhos que se

⁹⁰ OLIVEIRA, J. P. (2016). O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa.

⁹¹ CUNHA et al. 2021.

⁹² Ibidem.

⁹³ SILVA, M. T. G. da. (2019). O ofício do raizeiro: saberes e práticas integrativas em comunidades tradicionais quilombolas Kalunga. Dissertação de Mestrado em Performances Culturais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

⁹⁴ JESUS, P. P. et al. (2019). PERCEPÇÃO SOCIOECONÔMICA DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MUNICÍPIO DE BEQUIMÃO – MA, BRASIL. COINTER - PVDAgro 2019.

aprofundam em uma descrição dessas interações. É difícil até identificar quais seriam os principais animais mobilizados⁹⁵.

Somente em Alves⁹⁶ e Roriz⁹⁷ há citações de animais com os quais foram estabelecidas relações, como onça, lobo-guará, tamanduá, veado, serpente, caítilu e macaco. Mas, de maneira geral, faltam dados. Da forma como aparecem, há que se apontar o reforço dos mitos do vínculo harmonioso entre povos tradicionais e natureza. Ter essa relação harmônica como dada retira a autonomia de escolha da comunidade e obscurece a trajetória de construção política dentro das associações. Além de deixar de lado interações como criação, caça e pesca.

É um problema acadêmico, pois pode levar a uma idealização das condições ambientais em áreas onde essas comunidades estão presentes. Isso pode gerar uma visão distorcida do estado de conservação dessas áreas, impedindo avaliações mais realistas e precisas sobre os impactos ambientais da presença humana nessas regiões⁹⁸. Por exemplo, se uma comunidade quilombola é vista como "naturalmente" preservacionista, pode-se supor que a presença humana nessa área não representa um impacto significativo no meio ambiente. No entanto, essa suposição pode ser equivocada, uma vez que as atividades humanas, mesmo que tradicionais, podem ter impactos negativos no meio ambiente, como a pesca excessiva, a caça predatória, a retaliação, a exploração de recursos naturais de forma não sustentável ou o próprio etno/ecoturismo⁹⁹.

É um problema na militância, porque desconsidera as diferenças nas formas de lidar com o meio ambiente dentro das próprias comunidades quilombolas. De fato, existem comunidades quilombolas que optam por práticas agrícolas mais sustentáveis e menos impactantes. No entanto, também existem comunidades que optam por práticas agrícolas convencionais, com o uso de agrotóxicos e outras técnicas que podem ter impactos negativos sobre o meio ambiente. Ou seja, apaga-se a escolha/decisão política que é feita quando se opta por uma produção mais sustentável.

⁹⁵ CUNHA, V. F. da. (2018). Soberania e Segurança Alimentar na perspectiva dos jovens Kalunga da Comunidade Vão de Almas. Dissertação de Mestrado (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais - MESPT)—Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2018.

⁹⁶ ALVES, E. C. (2020). Geopoesia Kalunga: identidades territoriais da comunidade Quilombola do Mimoso - Tocantins. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

⁹⁷ RORIZ, R. F. C. (2019). Comunidades tradicionais e o turismo de experiências criativas - alcances e desafios: Vila de São Jorge, Chapada dos Veadeiros (GO). Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

⁹⁸ ALMEIDA, 2010.

⁹⁹ ALMEIDA, M. G. (2017). Território quilombola, etnodesenvolvimento e turismo no nordeste de Goiás. Revista Ra'e Ga, 40, 130-144.

Os Kalunga, por exemplo, optaram por criar uma série de regras para balizar as relações que estabelecem com o meio ambiente. Com base nas informações do Estatuto Social dos Kalunga¹⁰⁰, é possível perceber que a comunidade tem um forte compromisso com a preservação do meio ambiente e da biodiversidade, bem como com o desenvolvimento sustentável. O Artigo 7º do Estatuto estabelece diversas regras e princípios para que a comunidade possa cumprir esse compromisso, como zelar pelo meio ambiente, incentivar o turismo sustentável, lutar pela preservação do Cerrado e promover empreendimentos ecologicamente corretos.

Além disso, o Estatuto¹⁰¹ prevê - no Artigo 57º - a criação de um protocolo de consulta prévia, livre e informada para qualquer tipo de empreendimento externo que deseje se instalar no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, afetando "as terras que ocupam ou usam, que causem impactos à fauna, flora e fluxos d'água, que alterem a paisagem do SHPCK" (p.35). Em resumo, as regras demonstram que a comunidade tem uma visão de longo prazo e um compromisso com a sustentabilidade e a conservação dos recursos naturais.

Já as regras descritas no Regimento Interno¹⁰² têm como objetivo promover a gestão ambiental e territorial do SHPCK, garantindo a conservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais. Para isso, são estabelecidas normas para a ocupação e uso da terra, limitando o tamanho das áreas de roça, proibindo a venda ou cessão das terras concedidas e estabelecendo critérios para a utilização de máquinas; o que veio a permitir, por exemplo, o reconhecimento como Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais (TICCA), o fortalecimento do turismo etc.

A manutenção das práticas agrícolas desempenhadas basicamente pelo trabalho braçal, que requerem a adoção de um baixo ou nenhum nível de mecanização, onde não há aplicações de capital para manejo foi uma escolha da comunidade. São proibidas também atividades como a caça e a pesca predatórias, o desmatamento e queimadas ilegais e a criação de búfalos. É importante destacar a criação do Comitê Permanente Kalunga de Agroecologia, que tem como objetivo conscientizar e controlar o uso de agrotóxicos, promovendo o desenvolvimento sustentável e a produção na terra. As sanções previstas no Regimento¹⁰³ são aplicáveis em casos de infrações, incluindo a prática de crimes ambientais e demais crimes comuns. Em resumo, as regras buscam promover um equilíbrio entre a preservação do meio ambiente e a

¹⁰⁰ Associação Quilombo Kalunga. (2019). Estatuto e Regimento Interno da Associação Quilombo Kalunga.

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ Ibidem.

sustentabilidade econômica da comunidade Kalunga. Sendo assim, estabelecer essa relação harmoniosa de forma acrítica acaba por ocultar esse posicionamento, essa escolha pela conservação realizada por determinadas CRQs.

1.4. O Kalunga e a conservação do Cerrado

(...) vemos claramente que há montanhas, vales, planícies, florestas, árvores, flores e mato, mas não vemos que há um todo ao qual isso tudo pertence (...)
(Philippe Descola, no texto “Outras naturezas, outras culturas”)

Mas, de onde vem esse interesse pela conservação da natureza na comunidade Kalunga? Para responder a essa questão é importante olhar um pouco mais a fundo a história de um dos maiores quilombos do país. O Quilombo Kalunga é uma das maiores e mais antigas comunidades quilombolas do Brasil, localizada na região nordeste de Goiás, entre os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. Sua história remonta ao período da escravidão, quando pessoas africanas escravizadas fugiram das fazendas e se estabeleceram nessas áreas remotas e de difícil acesso, em busca de liberdade e autonomia. Com mais de 260 mil hectares e mais de 270 anos de história, o território do Quilombo Kalunga abriga diversas comunidades que preservam suas tradições culturais, como música, dança, culinária e uma forte tradição oral. As comunidades Kalunga estabeleceram-se na região entre os séculos XVIII e XIX, quando fugiram da escravidão nas minas de ouro da região. Ao longo do tempo, conseguiram se isolar e desenvolveram uma vida autônoma e autossustentável, preservando suas tradições e modo de vida¹⁰⁴.

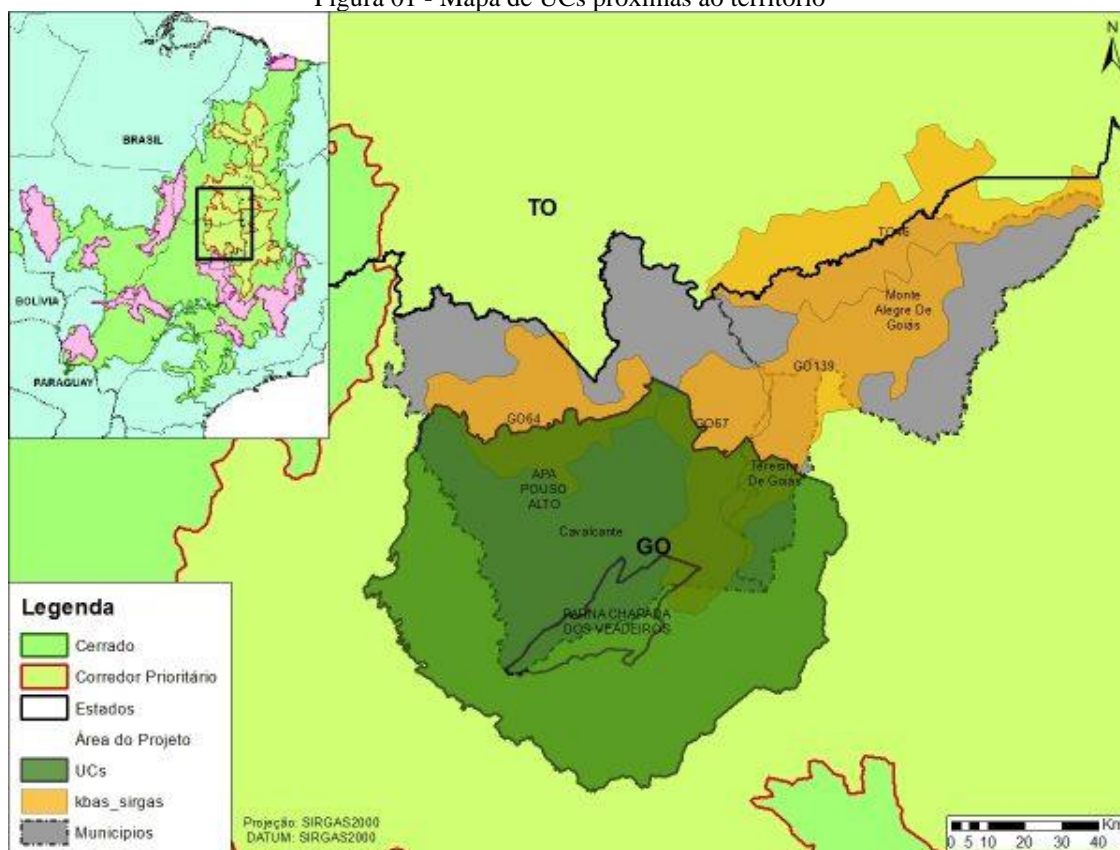
O Sítio Kalunga está localizado próximo a três tipos de unidades de conservação (UC), o que destaca a sua importância como uma área a ser protegida. Essas UCs são o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), a Área de Proteção Ambiental (APA) do Pouso Alto e várias Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, criado em 1961, abrange, após a sua ampliação, no ano de 2017, uma área de 240.611 hectares¹⁰⁵. Como uma UC de proteção integral, a presença humana para residência não é permitida. A APA do Pouso Alto foi criada em 2001 e possui uma área de 872.000 hectares. Classificada como uma UC de uso sustentável, ela permite intervenções

¹⁰⁴ BAIOCCHI, 1999.

¹⁰⁵ RIBEIRO, Luanna de Souza. História do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: da sua criação à sua [re]ampliação em 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2020. Orientação: José Luiz de Andrade Franco.

humanas, de acordo com a legislação e normas estabelecidas. Atividades como plantio, instalação de indústrias, desmatamento e pecuária extensiva são permitidas dentro dos limites estabelecidos¹⁰⁶. Além dessas UCs, existem várias RPPNs próximas ao Sítio Kalunga¹⁰⁷. Essas reservas, de propriedade privada, também contribuem para a preservação ambiental da região.

Figura 01 - Mapa de UCs próximas ao território



Fonte: Associação Quilombo Kalunga/CEPF

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros se estende pelos limites de seis municípios: São João da Aliança, Alto Paraíso, Colinas do Sul, Cavalcante, Teresina de Goiás e Nova Roma¹⁰⁸. Trechos do território Kalunga estão dentro dos limites da APA do Pousos Altos e, portanto, estão sujeitos às restrições específicas de uso humano estabelecidas por essa UC. Além disso, há a Terra Indígena dos Avá-Canoeiros, uma área próxima ao Sítio Kalunga e ao PNCV, localizada no município de Colinas do Sul. Essa configuração de UCs, território

¹⁰⁶ INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Brasília, Outubro/2021.

¹⁰⁷ LIMA, Ismar Borges de; KUMBLE, Peter. Intervenções etnoterritoriais e sociais: os avanços no desenvolvimento comunitário Kalunga com o (eco)turismo. In: ALMEIDA, Maria Geralda (org.). O território e a comunidade Kalunga: quilombolas em diversos olhares. Goiânia: Gráfica UFG, 2015.

¹⁰⁸ ICMBio, 2021.

indígena e o Quilombo Kalunga cria um mosaico territorial no norte de Goiás. Cada uma dessas áreas possui normas e regulamentações distintas em relação ao uso dos recursos naturais e à presença humana, o que confere complexidade fundiária e dinâmicas particulares à região. É importante considerar esses elementos em pesquisas que abordam a presença e a historicidade dos Kalunga e dos povos indígenas na região¹⁰⁹.

O território Kalunga possui nada menos que 879 nascentes, cuja maioria deságua no Rio Paranã, um dos afluentes do Rio Tocantins. O SHPCK também apresenta um significativo potencial de conservação, considerando as classes de aptidão agrícola e a distribuição das áreas. Cerca de 21% da área total do território possui condições favoráveis para atividades agrícolas sustentáveis. Aproximadamente 10% da área possui aptidão agrícola regular, que permite o cultivo em menor escala. Outros 4% são classificados como aptidão agrícola regular restrita, ou seja, são terras que podem ser utilizadas para agricultura, mas com restrições específicas. Essa diversidade de classes de aptidão agrícola oferece oportunidades para o desenvolvimento de práticas agrícolas diversificadas e adaptadas às condições locais. Em relação às áreas recomendadas para a preservação da fauna e flora, aproximadamente 56% da área total do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga é considerada adequada para a preservação desses ecossistemas¹¹⁰. A maior parte dessa área é composta por condições de relevo acidentado, com a presença de serras, o que contribui para a preservação da biodiversidade.

A descrição presente no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) produzido nos anos 1990 por Baiocchi ainda segue sendo a mais detalhada no que diz respeito às características físicas específicas do sítio histórico. O clima da região é caracterizado por um regime pluviométrico, com uma precipitação anual em torno de 1400 milímetros, mínimas inferiores a 1300 milímetros e máximas superiores a 1800 milímetros. O período chuvoso ocorre de novembro a março, com uma precipitação média mensal superior a 150 milímetros. O período de estiagem abrange o trimestre de junho a agosto, enquanto os meses de abril, maio, setembro e outubro são considerados de transição. A região faz parte da bacia do rio Tocantins,

¹⁰⁹ LIMA & KUMBLE, 2015.

¹¹⁰ Informações do projeto da AQK em parceria com o Fundo de Parceria Para Ecossistemas Críticos (CEPF), que é apoiado pela Agência Francesa de Desenvolvimento, a Conservação Internacional, a União Europeia, o Fundo Mundial para o Meio Ambiente, o governo do Japão e o Banco Mundial. O CEPF, criado em 2000, tem como objetivo a promoção da conservação de áreas biológicas de alta prioridade. Em 2018, o projeto de georreferenciamento da Associação Quilombola Kalunga (AQK) foi selecionado para o programa, tornando-se uma das 60 propostas do gênero no Cerrado.

com o rio Paranã como principal representante, juntamente com os rios da Prata, Bezerra, das Almas e Ribeirão dos Bois como principais afluentes¹¹¹.

Quanto à flora, a vegetação predominante na área é o cerrado, com algumas áreas de vegetação florestal nos municípios de Monte Alegre e Cavalcante, além de matas ciliares ou de galeria. A fauna aquática do rio Paranã pertence ao grupo faunístico Araguaia-Tocantins. Mamíferos e répteis também fazem parte da fauna amazônica. Na região do sítio histórico, existem lagoas que são consideradas berçários naturais de jacarés, e também é possível encontrar tracajás. A ictiofauna da região possui cerca de duas dezenas de espécies nomeadas, com destaque para a curvina, dourado, parapitinga, pintado ou surubim, pirarara, entre outros peixes. A fauna terrestre é composta por aves e mamíferos, incluindo algumas espécies ameaçadas de extinção, como a arara-vermelha, beija-flor, lobo-guará, tamanduá-bandeira e onça-pintada¹¹².

Somente no território Kalunga, há dezenove espécies localmente ameaçadas encontradas na região, dentre as quais a *Grifinia nocturna*, uma planta em floração, listada como criticamente ameaçada pelo Centro Nacional de Conservação da Flora. Há também duas espécies de pássaros, *Penelope ochrogaster* e *Harpyhaliaetus coronatus*, que estão globalmente ameaçadas e constam como vulneráveis e ameaçadas na Lista Vermelha Nacional Brasileira e na da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). A *Penelope ochrogaster* é uma espécie endêmica da área e está presente em todo o território¹¹³.

O processo de ocupação da terra esteve, ao longo do tempo, ligado à necessidade de sobrevivência, defesa e construção de uma nova vida. Isto foi garantido pelo isolamento geográfico, uma vez que os Kalunga habitavam uma região de difícil acesso. As fitofisionomias do bioma Cerrado representavam uma barreira natural entre os núcleos populacionais quilombolas e seus perseguidores. Os Kalunga subsistiam por meio da agricultura, criação de gado e cavalos e, durante as entressafas, dedicavam-se à mineração, habilidade transmitida pelos antepassados¹¹⁴.

A história oral desempenha um papel fundamental na pesquisa sobre os Kalunga, uma vez que há escassa documentação escrita. Os relatos de moradores entrevistados por Baiocchi¹¹⁵ sobre as origens do povoamento mencionam a existência de uma mina de ouro chamada Boa

¹¹¹ BAIOCCHI, M. N. (1990). Relatório Técnico Científico para Demarcação do Sítio Histórico Kalunga. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, setembro de 1990.

¹¹² Ibidem.

¹¹³ Informações do projeto da AQK em parceria com o CEPF.

¹¹⁴ BAIOCCHI, 1999.

¹¹⁵ Ibidem.

Vista, onde muitos escravos trabalhavam. Os primeiros moradores, os Pereira, chegaram à região que antes era habitada por indígenas. Havia também menções a outras localidades, como Contenda, Areia, Sicury, Vão do Moleque, Vão de Almas e Ribeirão, cada uma com sua própria história de ocupação.

Até meados da década de 1960, os Kalunga viviam em certo isolamento, sendo conhecidos nos municípios vizinhos como "feiticeiros" e sofrendo preconceito e discriminação. O contato com as áreas vizinhas era limitado, restringindo-se principalmente à venda de farinha e à aquisição de sal e querosene. No entanto, esse cenário começou a mudar. A partir da década de 1960, várias transformações sociais e espaciais ocorreram na vida dos negros do Vale do Paranã. Essas mudanças incluíram a invasão e grilagem de terras por fazendeiros, a instalação da hidrelétrica de Serra da Mesa na região, a chegada de uma equipe de antropólogos e o início da luta pela regularização fundiária narrada anteriormente¹¹⁶.

A luta dos Kalunga pela terra teve início em 1975, quase 30 anos após o início da grilagem de suas terras. Neste ano, os Kalunga fizeram o primeiro requerimento de propriedade das terras que habitavam, no Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), em Goiânia. A demanda inicial da comunidade era evitar a grilagem em suas terras e expressar sua autonomia, por meio da propriedade coletiva da terra. A luta se baseava na ancestralidade da propriedade e na preservação das comunidades tradicionais, mesmo antes de serem reconhecidas pelas políticas públicas. A visibilidade da comunidade Kalunga aumentou na década de 1980, com a chegada de Mari Baiocchi e sua equipe, que coletaram informações e delimitaram o território Kalunga. Publicações acadêmicas sobre a grilagem do território Kalunga também ajudaram a chamar a atenção para a causa¹¹⁷.

Os Kalunga obtiveram conquistas significativas, como leis estaduais específicas, reconhecimento do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga e certificação quilombola pela Fundação Cultural Palmares. Em 2000, a comunidade Kalunga recebeu a certificação quilombola, um requisito prévio para a regularização fundiária pelo INCRA. No entanto, apesar desses avanços, a situação fundiária dos Kalunga ainda apresenta desafios. A regularização fundiária está em andamento, mas apenas uma parte do território possui títulos definitivos, enquanto outras áreas estão em processo de indenização ou aguardando medidas judiciais.

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ SOARES, A. A. (1995). Kalunga: o direito de existir. Brasília: Fundação Cultural Palmares.

Existem também áreas com posse suspensa e com projetos de assentamento federal. Além disso, glebas devolutas ainda existem no território Kalunga¹¹⁸.

Com o passar dos anos, houve uma associação da causa ambiental com os direitos territoriais e a própria identidade Kalunga. Por essa razão, a conservação parece ser um dos interesses da CRQ. A agricultura, por exemplo, é uma atividade fundamental para a subsistência e para a identidade das famílias Kalunga. Plantam mandioca, arroz, fumo, milho e feijão, e criam animais soltos, como gado e aves, além de caçar e pescar. A fabricação de farinha é uma das principais atividades produtivas, sendo a base do sustento e uma forma de união entre as famílias. Suas práticas agrícolas são baseadas em técnicas tradicionais, ancestrais e naturais, sem o uso de agrotóxicos e máquinas agrícolas. As roças são cultivadas em pequenas áreas, com menos de 1 hectare, tanto para subsistência quanto para a venda do excedente. Após quatro anos de cultivo, as áreas descansam por 10 anos antes de serem reutilizadas. A preservação dessas práticas tradicionais é garantida pelo regimento interno da Associação Quilombo Kalunga (AQK), aprovado em 2019, já citado¹¹⁹. Esse regimento estabelece regras de gestão e manutenção do território com base nos costumes quilombolas, proibindo o uso de máquinas agrícolas em roças com área superior a 2,5 hectares por família. Além disso, o regimento também prevê a rotação de culturas nos roçados abertos mecanicamente. Essas medidas contribuem para a conservação do território Kalunga.

Outra questão que está sendo cada vez mais associada à conservação é o turismo. A história recente do turismo no território Kalunga reflete a sua importância como uma área de conservação ambiental e preservação da paisagem. O Sítio Kalunga possui uma rica coleção de atrativos naturais, incluindo cachoeiras, cavernas, riachos, rios, lagos, formações rochosas e uma diversificada fauna e flora. Nesse contexto, os Kalunga têm desenvolvido práticas turísticas de baixo impacto, principalmente nas áreas das cachoeiras, proporcionando atividades ecoturísticas¹²⁰.

A comunidade do Engenho II se destaca como um local onde a atividade turística ocorre de forma mais constante. Isso se deve ao interesse e às iniciativas dos membros da comunidade, bem como em razão de sua proximidade com áreas urbanas, como as cidades de Cavalcante e Alto Paraíso. Essa localização estratégica beneficia a comunidade ao proporcionar um acesso mais rápido aos visitantes e às agências e operadoras de turismo. Nesse contexto, o turismo

¹¹⁸ DIAS, V. F. (2019). TERRA VERSUS TERRITÓRIO: uma análise jurídica dos conflitos agrários internos na comunidade quilombola kalunga de Goiás. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

¹¹⁹ Associação Quilombo Kalunga, 2019.

¹²⁰ LIMA & KUMBLE, 2015.

emerge como uma atividade complementar às práticas produtivas já existentes, como a agricultura de subsistência, a pesca, o extrativismo de produtos não-madeireiros e a criação de animais¹²¹.

A história do turismo no território Kalunga teve início com o crescente interesse pelos bens culturais, saberes e grupos étnicos, o que transformou o Sítio Histórico dos Kalunga em um dos principais atrativos turísticos de Goiás, especialmente para a população do Distrito Federal. Os visitantes são atraídos pelas belas cachoeiras e também demonstram interesse em conhecer o Cerrado e os conhecimentos dos Kalunga. Inicialmente, o turismo foi introduzido no território Kalunga com o apoio do Sebrae, em parceria com a Goiás Turismo, visando promover o desenvolvimento econômico e social da região. O Engenho II mostrou interesse na proposta e implementou a prática do turismo, seguindo uma lógica de mercantilização, com controle de acesso e cobrança de taxas. Os técnicos do Sebrae trabalharam junto à comunidade para estruturar o turismo, incluindo visitas guiadas às cachoeiras, conduzidas por um Kalunga¹²².

Ao longo do tempo, foram delineados três territórios de turismo no Sítio Histórico dos Kalunga. O território do Engenho II destaca-se pela sua localização próxima à cidade de Cavalcante e pela presença de atrativos naturais como o Mirante Serra da Nova Aurora e a Cachoeira Santa Bárbara. Nesse território, foram desenvolvidas infraestruturas de hospedagem, *campings* e restaurantes. Além disso, o Engenho II é conhecido pela realização de eventos festivos, como a Folia de Santo Antônio, que atrai um grande número de visitantes. Os territórios do Vão de Almas e do Vão do Moleque, mais distantes e com acesso mais difícil, destacam-se por suas festas religiosas e folias, que atraem visitantes de várias localidades. Esses eventos festivos desempenham um papel importante na preservação da identidade cultural e territorial dos Kalunga¹²³.

O território de Teresina de Goiás-Monte Alegre, ao longo da GO-118, apresenta uma diversidade de atrativos turísticos. No entanto, o turismo nesse território ainda não foi plenamente desenvolvido. Existem potenciais atrativos, como o Ribeirão dos Bois, o Rio Paranã, trilhas pelo Cerrado e a Casa de Farinha, mas ainda é necessário um maior investimento e envolvimento da comunidade para transformar esses potenciais em produtos turísticos. Desafios como a falta de uma associação quilombola tão ativa quanto a Associação do Engenho

¹²¹ Ibidem.

¹²² ALMEIDA, M. G. de. (org.). (2015). O território e a comunidade Kalunga: quilombolas em diversos olhares. Goiânia: Gráfica UFG. 329 p.

¹²³ Ibidem.

II e a pouca valorização do turismo pelas gestões municipais dificultam a consolidação do turismo como uma atividade econômica sustentável. A capacitação dos membros da comunidade e a necessidade de maior controle sobre fatores externos também são questões importantes a serem enfrentadas¹²⁴.

Dito isso, é possível afirmar que o território Kalunga apresenta uma sobreposição de patrimônio cultural e natural. A região possui um rico patrimônio cultural, representado pela história e tradições das comunidades Kalunga, suas festas religiosas, folias e saberes tradicionais. Ao mesmo tempo, é dotado de um valioso patrimônio natural, caracterizado pela presença das fitofisionomias características do bioma Cerrado, piscinas naturais, cânions, mirantes, paisagens panorâmicas com cachoeiras incríveis, de água límpida e transparente. A região abriga uma diversidade de flora e fauna, incluindo espécies ameaçadas e endêmicas, importantes de serem preservadas.

A sobreposição desses dois patrimônios, cultural e natural, cria uma potência única. Essas características reforçam a vocação da área do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga para a conservação ambiental. As áreas pouco afetadas pelas atividades humanas aliadas às que são utilizadas com base em práticas agrícolas e pecuárias sustentáveis são de grande importância para promover a conservação dos recursos naturais, garantir a proteção dos habitats necessários para as espécies da fauna e da flora e para fomentar atividades econômicas de baixo impacto ambiental.

1.5. Onde o turismo (quase) não chega

Nenhuma civilização foi ecologicamente inocente.
(Juan Martinez Alier, no texto “El ecologismo de los pobres”)

Olhando especificamente para o núcleo populacional da Prata, um entre os mais de quarenta que integram o TQ Kalunga, é válido destacar que está situado dentro do imóvel Bonito, com aproximadamente 38 mil hectares, ocupados por cerca de 115 famílias. A fazenda Bonito está no meio de uma disputa de posse entre os quilombolas e invasores. Existem diversos processos de desapropriação em andamento no INCRA, e pelo menos 35 desses processos reivindicam a posse da Bonito. A análise dos processos demonstrou a existência de uma rede de interesses de empresas e fazendeiros nas terras quilombolas. A situação se agrava devido às

¹²⁴ Ibidem.

sobreposições de imóveis e registros irregulares no cartório da cidade de Cavalcante. O cartório já foi alvo de investigações da Polícia Federal, devido a suspeitas de fraudes e atividades irregulares. Descobri que várias matrículas e transcrições relacionadas à fazenda Bonito tinham áreas sobrepostas e descrições territoriais idênticas, o que levanta questões sobre a legitimidade desses registros. No período do Projeto não foi apenas a equipe de Baiocchi que avançou pelo território; grileiros, fazendeiros e mercadores aumentaram gradativamente sua presença, conforme o acesso e a dependência de dinheiro das comunidades aumentava, com reflexos sobre as cadeias produtivas existentes, principalmente a de gado. Foi sob os cascos do gado branco que algumas famílias encontraram uma maneira de acessar os mercados. Essas questões colocam em risco o modo de vida da comunidade quilombola, que luta para preservar suas tradições e o acesso aos recursos naturais de que necessitam¹²⁵.

As famílias estão entre áreas de várzea, cerradão, cerrado denso e cerrado típico, entrecortadas por pequenas manchas de pastagem. O solo varia entre neossolo regolítico, latossolo vermelho e argissolo amarelo, com uma pequena mancha de neossolo litólico. É também uma das áreas de baixa elevação do território (282-367 metros), com declividade quase nula (0-2%). A área apresenta boa aptidão agrícola para práticas com alto nível tecnológico, caracterizadas pela aplicação intensiva de capital e de pesquisas para manejo, melhoramento e conservação das condições agrícolas das terras e das lavouras, como a aplicação de fertilizantes e corretivos agrícolas. Há manchas com potencial para silvicultura e pastagem natural¹²⁶.

O turismo na região do núcleo populacional da Prata não beneficia a comunidade da Prata na mesma intensidade observada em outras partes do território Kalunga, por não ser controlado pelos quilombolas. Na cabeceira da Prata, há invasores, classificados pela associação como tal. No Cangica, o turismo é administrado por quilombolas que não fazem parte da Associação Quilombo Kalunga (AQK). Portanto, o turismo não beneficia diretamente os quilombolas da Prata. Isso ficou evidente durante nossa viagem, quando encontramos um desvio na estrada em construção. O senhor responsável pelo desvio nos orientou a seguir por uma estrada que nos levou a um beco sem saída em um barreiro. O quilombola que estava me guiando desceu do carro e expressou sua frustração, questionando de forma irritada se os trabalhadores achavam que éramos turistas. Posteriormente, explicou que as pessoas da região “não têm muita paciência” com turistas. Comento um pouco mais sobre esse tema no capítulo 3.

¹²⁵ SOUSA, 2022.

¹²⁶ Informações do projeto da AQK em parceria com o CEPF.

A principal atividade produtiva na região é a criação de bovinos para corte, associada à criação de animais menores para consumo doméstico. A construção da memória da comunidade é bastante associada ao Curraleiro, uma raça bovina encontrada principalmente nos campos e pastagens dos estados do Maranhão, Pará, Tocantins e em algumas fazendas de Goiás. Até a época do Projeto, essa era a raça dominante na região, porém, foi sendo gradativamente substituída por outras variedades mais atrativas economicamente. Essa raça de bovinos se diferencia das raças convencionais, conhecidas como zebuínas. Uma característica distintiva é a ausência de cupim, que é uma característica física presente nas raças zebuínas. Os Curraleiros são conhecidos como "pé-duro" e geralmente têm pelagem amarela ou castanha. Esses animais são de porte pequeno a médio¹²⁷. O curraleiro marcou um longo período e ainda hoje a memória do "tempo do curraleiro" é acionada como porto-seguro nos momentos de crise na comunidade, como discuto no capítulo 2.

Ainda na esfera doméstica, também é possível encontrar cães e gatos. Esses animais são parte importante da vida das pessoas, trazendo companhia, segurança e alegria. Os cães também desempenham uma função importantíssima quando o assunto é redução de conflitos com a fauna selvagem, como descrevo no capítulo 3. No entanto, a criação de cães e gatos pode ter impactos negativos sobre ambientes preservados, especialmente quando esses animais são criados soltos¹²⁸. Um dos principais impactos negativos é a predação de animais nativos, especialmente por parte dos gatos. Estima-se que gatos domésticos possam matar milhões de aves e outros animais selvagens a cada ano em todo o mundo. Essas predações podem ter efeitos significativos sobre populações de espécies da fauna nativa, sobretudo quando essas populações já estão vulneráveis, devido à fragmentação de habitat, à perda de recursos alimentares e outros fatores. Além disso, a criação de cães e gatos também pode contribuir para a disseminação de doenças em animais selvagens e em outras populações de animais domésticos. Por exemplo, cães que não são vacinados ou que são infectados com doenças podem transmiti-las para animais selvagens, aumentando o risco de surtos e epidemias¹²⁹.

¹²⁷ FERREIRA, A. J., & FRANCO, R. N. (2015). Arranjos produtivos locais e propriedade intelectual: a possibilidade do uso da denominação de origem para o reconhecimento do gado curraleiro Kalunga. In Almeida, M. G. (Org.), O território e a comunidade Kalunga: quilombolas em diversos olhares. Goiânia: Gráfica UFG.

¹²⁸ Que é diferente da criação do gado solto, uma forma de manejo que maximiza os recursos disponíveis (área) e minimiza os ausentes (recursos financeiros e humanos).

¹²⁹ Grupo de Estudos e Pesquisa em Dimensões Humanas da Natureza. (2021). Dimensões Humanas e Saúde Única: quando pessoas, cães, gatos e animais silvestres interagem. O Eco. Recuperado de <https://oeco.org.br/colunas/dimensoes-humanas-e-saude-unica-quando-pessoas-caes-gatos-e-animais-silvestres-interagem/>

Ouvi histórias de criação doméstica de animais silvestres, como alguns pássaros locais e mesmo mamíferos de médio porte, como veados; prática que pode causar uma série de problemas, tanto para os próprios animais quanto para a biodiversidade e para as pessoas envolvidas na atividade¹³⁰. Alguns dos principais problemas incluem: (1) sofrimento dos animais: animais silvestres não são adaptados para a vida em cativeiro e frequentemente sofrem com falta de espaço, alimentação inadequada, doenças, estresse e outras condições que comprometem seu bem-estar; (2) riscos à saúde pública: animais silvestres podem transmitir doenças para seres humanos, especialmente quando criados em ambientes inadequados ou sem os devidos cuidados sanitários; (3) impactos na biodiversidade: a captura de animais silvestres pode afetar a biodiversidade, já que muitas vezes os animais são retirados de seus habitats naturais e podem deixar de desempenhar papéis ecológicos importantes; e (4) legalidade: a criação de animais silvestres em cativeiro é regulada por leis ambientais, e a falta de cumprimento dessas leis pode levar a punições legais e impactar negativamente a imagem do criador.

Há também criação de porcos e galinhas, com fins de subsistência. São animais que podem ter um papel importante na manutenção de ambientes livres de animais peçonhentos, como cobras e escorpiões, que podem representar riscos para as pessoas. Por exemplo, os porcos têm uma grande capacidade de farejar e remover larvas de moscas e outros insetos que se desenvolvem em matéria orgânica em decomposição, o que pode ajudar a reduzir a presença de insetos que atraem animais peçonhentos. Além disso, os porcos são animais que têm um sistema digestivo eficiente e podem transformar rapidamente os resíduos orgânicos em nutrientes que podem ser utilizados como adubo para as culturas, contribuindo para a fertilidade do solo e reduzindo a necessidade de fertilizantes químicos. Já as galinhas são conhecidas por se alimentarem de insetos, aranhas e escorpiões, o que também pode ajudar a manter esses animais longe das casas.

Ao longo do rio Paranã é possível encontrar algumas criações de bodes. Há também criatórios de peixes, pesca e caça. Sobre a pesca, as técnicas locais incluem o uso de diversas ferramentas, como redes, tarrafas, anzóis e armadilhas. Dentre essas ferramentas, destaca-se a tarrafa, uma rede circular feita de fios de nylon ou algodão, que é jogada na água por um pescador experiente para capturar peixes. A pesca com tarrafa é uma técnica seletiva que exige habilidade e conhecimento do pescador, pois é necessário jogar a rede no lugar certo e no momento certo para se ter sucesso na captura. Além disso, a tarrafa só pode ser utilizada em

¹³⁰ Ibidem.

rios limpos e com águas claras, pois os peixes devem ser visualizados pelo pescador para que ele possa jogar a rede de forma precisa. As principais espécies capturadas incluem o surubim, o pintado, o pacu, o dourado, o piau, o curimatá, o tambaqui e o matrinxã, dentre outros. No entanto, a pesca excessiva e a pesca clandestina são problemas graves, que afetam a sustentabilidade local. A pesca excessiva implica na diminuição da população de determinadas espécies e, conseqüentemente, no desequilíbrio do ecossistema aquático. Outro problema é a pesca clandestina, que é realizada sem autorização dos órgãos competentes e muitas vezes escapa da fiscalização, dificultando o controle das atividades de pesca na região.

A caça por sua vez é um tema tabu, por questões culturais, legais e éticas. Em algumas culturas, a caça é vista como uma atividade de subsistência e uma tradição antiga, que faz parte da identidade da comunidade. Em outras sociedades, a caça é vista como uma atividade cruel e desnecessária, que deve ser evitada e proibida. No Brasil, a caça é regulamentada por leis que visam proteger a fauna silvestre e evitar a extinção de espécies vulneráveis. A caça ilegal ou furtiva é considerada um crime e pode resultar em multas e prisão. Devido à sensibilidade do assunto, muitas pessoas evitam falar sobre o tema, especialmente em contextos onde a atividade é vista como controversa. É importante lembrar que a caça é uma atividade com impactos significativos no meio ambiente, mas pode ser uma ferramenta na conservação da biodiversidade, por tornar o ambiente e seus habitantes mais inteligíveis.

Além disso, existem vários tipos de caça, como a caça para subsistência, onde os indivíduos caçam animais para garantir a segurança alimentar. Há também a caça de controle, realizada para reduzir a população de animais que podem causar danos a lavouras ou a animais domésticos. A caça de retaliação é uma forma de punir animais que causaram danos a humanos ou seus pertences. E a caça de troféu, que é praticada por pessoas que buscam uma experiência de caça e um objeto de recordação, como uma cabeça de animal. Essa variedade torna o debate ainda mais delicado. De toda forma, as técnicas locais de caça mais comuns incluem a caça com armadilhas, com cachorros e a caça noturna com lampião. As espécies mais procuradas podem variar de acordo com a época do ano, mas algumas das mais comuns incluem cutia, catetos, tatus e aves como o jacu. A caça de retaliação já foi praticada com onças, pelos prejuízos causados aos criadores de gado.

Há um conflito que persiste por décadas - senão séculos - com a fauna selvagem, cuja manifestação mais significativa é a do embate entre o gado e a onça, recorrente nas histórias contadas pelos moradores da Prata. O embate entre o gado e a onça em comunidades quilombolas pode ter impactos para além do prejuízo gerado, especialmente quando se

considera a relação entre humanos e animais na cultura dessas comunidades. Estudos¹³¹ sobre conflitos com fauna selvagem em TQs demonstram que embora os ataques de onças sejam pouco frequentes, resultaram em prejuízos financeiros substanciais, especialmente quando consideramos o reduzido número de criações e a baixa renda dos proprietários. A predação representa uma preocupação econômica mais significativa para os pequenos produtores, uma vez que podem perder seu único animal. A onça é vista como um animal poderoso e perigoso, inteligente e ardiloso. Já o gado, manso e passivo como uma criança, é visto como domesticado, carente de proteção e controlado pelos humanos. O conflito entre esses dois animais, portanto, encarna o debate contemporâneo do cultural versus ambiental e ajuda a compreender conflitos internos da própria comunidade¹³². Neste trabalho, espero apresentar uma outra possibilidade de compreensão, para além do conflito.

Há inclusive registros sobre esses embates¹³³. A história é sobre um homem na comunidade Kalunga que tinha a habilidade de se transformar em onça durante a noite. Em uma noite de lua cheia, ele se transformou em onça e matou uma novilha na fazenda de seu próprio filho. Ao encontrar a novilha morta, o filho decidiu ficar de tocaia para pegar a onça. Ele passou o dia e a noite esperando, até que ouviu um barulho no mato. Preparou sua espingarda, mas quando a onça se aproximou, percebeu que era seu pai e não atirou. A onça se assustou e fugiu. Quando o filho voltou para casa, encontrou seu pai lá e o repreendeu, pedindo que ele parasse de se transformar em onça, pois quase o havia matado. Ele argumentou que era um bom caçador de onças e que seu pai causava prejuízos matando suas novilhas quando estava transformado. Decidiram então procurar uma rezadeira para quebrar o encanto. Após o ritual realizado pela rezadeira, o pai nunca mais se transformou em onça. Essa história foi narrada por Joaquim dos Santos Rosa, na comunidade Kalunga de Goiás, em 2000, à pesquisadora Glória Moura. Ela contempla uma série de mecanismos locais, que buscam solucionar problemas sociais sem a interferência de agentes externos, como comento no capítulo 3.

A onça-pintada (*Panthera onca*) tem sido um símbolo marcante na história do Brasil, despertando uma relação ambivalente entre terror e admiração. A onça-pintada pertence ao gênero *Panthera*, juntamente com outros grandes felinos, como leões, tigres e leopardos. Sua

¹³¹ PALMEIRA, F. B. L., & BARRELLA, W. (2007). Conflitos causados pela predação de rebanhos domésticos por grandes felinos em comunidades quilombolas na Mata Atlântica. *Biota Neotropica*, 7(1). Recuperado de <http://www.biotaneotropica.org.br/v7n1/pt/abstract?article+bn03707012007>

¹³² FRANCO, J. L. de A. (2016). História da *Panthera onca* no Brasil: entre o terror e a admiração (séculos XVI-XXI). In: FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (orgs.). *História ambiental: territórios, fronteiras e biodiversidade*. Vol. 2. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, p. 393.

¹³³ MOURA, G. (Org.). (2010). *Estórias Quilombolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

pelagem variada, com rosetas com pintas em seu interior, é uma característica marcante da espécie. É um carnívoro oportunista, adaptando-se às diferentes presas disponíveis em seu habitat. Sua presença é considerada um indicador de saúde e preservação do ecossistema. No entanto, a onça-pintada enfrenta desafios devido à perda de habitat e conflitos com humanos, especialmente no que diz respeito à predação de rebanhos domésticos¹³⁴.

A relação entre humanos e onças-pintadas tem sido marcada por uma dualidade de sentimentos. Elas são temidas devido à sua ferocidade, mas também são admiradas por sua beleza e força. Essa dualidade é refletida nas representações culturais, onde a onça-pintada é muitas vezes retratada como um símbolo de poder e selvageria. A sua conservação tornou-se uma preocupação crescente, com projetos voltados para a promoção da coexistência entre humanos e onças, além do estímulo ao ecoturismo como uma alternativa econômica sustentável. Esses esforços visam transformar a percepção da onça-pintada, de uma fera perniciososa para uma espécie valorizada e protegida¹³⁵.

A história do homem que se transformava em onça na comunidade Kalunga mostra a complexidade da relação entre humanos e onças-pintadas¹³⁶. Essa narrativa reflete a dualidade de sentimentos que envolvem esses animais. Franco já havia registrado esse fenômeno em vários clássicos da literatura nacional¹³⁷. O fato de o homem transformado em onça atacar o gado de sua própria família traz uma camada adicional de complexidade à narrativa. Essa situação revela um conflito interno entre o homem e sua comunidade, evidenciando a tensão entre o papel culturalmente atribuído ao gado como animal domesticado e protegido pelos humanos e a natureza predatória da onça, que se torna sinônimo de prejuízo. A onça, nesse contexto, ameaça a subsistência e o bem-estar da comunidade por meio do ataque ao gado.

Vale lembrar que histórias sobre onças são comuns no norte goiano. José Aparecido Teixeira¹³⁸ registrou diversas dessas lendas no Vale do Paranã. No entanto, uma lenda em particular despertou meu interesse: a lenda da onça-da-mão-torta. Essa criatura é descrita como uma fera grande, rajada e com uma das patas dianteiras torta. Acredita-se que seja o espírito de um vaqueiro que, em vida, tinha a mão torta e era uma pessoa ruim. Após sua morte, ele foi transformado nessa onça, como uma forma de castigo. Uma característica intrigante dessa onça é que, por estar enfeitiçada, ela é invulnerável a qualquer tentativa de ataque. Mesmo que sejam

¹³⁴ FRANCO, 2016.

¹³⁵ Ibidem.

¹³⁶ MOURA, 2010.

¹³⁷ FRANCO, 2016.

¹³⁸ TEIXEIRA, J. A. (1979). *Folclore goiano: cancionero, lendas, superstições* (3ª ed., Brasiliense; 306). São Paulo: Nacional; Brasília: INL.

disparados tiros contra ela, a onça não sofre nenhum dano. Acredita-se que a pata torta seja uma marca física do castigo e da maldição que recai sobre o espírito do vaqueiro. Imagine minha surpresa ao ouvir, em uma das entrevistas, que ali na Prata havia uma onça que escondia os rastros girando as patas, conhecida como onça-da-mão-torta, apresentada no capítulo 3.

O caso das retaliações e do conflito em relação à onça-pintada é emblemático. Mas, outras espécies da fauna de mamíferos também causam prejuízos aos quilombolas da Prata, como as onças-pardas ou suçuaranas (*Puma concolor*), pela predação de suas criações, e os queixadas (*Tayassu pecari*), os caititus (*Pecari tajacu*) e os veados-campeiros (*Ozotoceros bezoarticus*), pela destruição de suas roças.

Em síntese, neste capítulo apresentei um pouco das heranças deixadas pela época do Projeto, seja na memória da comunidade quilombola, com a organização e mobilização pioneiras, seja nos ambientes acadêmicos, com os primeiros levantamentos e as pesquisas posteriores. Ainda hoje, quando algum embate fica mais acirrado entre os membros das variadas comunidades que integram o Kalunga, é comum chamar um mais velho que faz referência às escolhas feitas pelos anciãos na época do Projeto. O período ainda hoje baliza várias decisões tomadas pelo coletivo. Por outro lado, academicamente, apesar do pioneirismo, os trabalhos são marcados por uma série de problemas relacionados principalmente ao exotismo e à “inocência ambiental” da comunidade. É reconhecendo esse legado que avanço neste trabalho.

A situação enfrentada pelo núcleo populacional da Prata, dentro do território Kalunga, é complexa e não conta com nenhum estudo de caso específico. A disputa pela posse da fazenda Bonito, as sobreposições de imóveis e os registros irregulares colocam em risco a subsistência e o modo de vida da comunidade quilombola. O acesso ao núcleo populacional da Prata é um desafio, devido à distância e às condições precárias das estradas. O turismo não parece ser uma opção viável de desenvolvimento neste momento. A agricultura de subsistência e a criação de animais são fundamentais para a sobrevivência dos quilombolas, e essas atividades são ameaçadas pela incerteza quanto à posse da terra e pelas construções irregulares. A pesca e a caça também são atividades presentes na região, com técnicas tradicionais e que fazem parte da cultura local. A criação de gado tem fins comerciais e é de onde vem a maior parte da renda das famílias, e por esse motivo é um dos principais fatores de conflito na região.

Capítulo 2 - O passado presente do Tempo do Curraleiro

Podemos pensar como homem e como os bois.

Mas é melhor não pensar como homem...

(Guimarães Rosa, no conto “Conversa de bois”)

Foi durante o trabalho de campo que o rumo deste estudo acabou por se definir. No território, tornou-se notável a profunda relação entre a comunidade quilombola da Prata e o meio ambiente, em especial com a fauna selvagem, cujo elo relacional é o gado. É impossível falar de grandes carnívoros sem falar de gado. Portanto, trata-se de compreender melhor a história desses grandes mamíferos domésticos e a cadeia relacional humano-gado-fauna selvagem.

Neste capítulo apresento um estudo sobre a relação histórica dos Kalunga com a sua fauna doméstica, destacando a riqueza de experiências acumuladas ao longo do tempo. Essa análise, inspirada nas pesquisas sobre a adaptabilidade, não apenas lança luz sobre um período de prosperidade, mas também revela aspectos sociais fundamentais para a construção do modo de vida característico dessa comunidade rural. Tais aspectos, transmitidos por meio da história oral dos moradores, destacam a importância da terra, do ambiente, do trabalho e da família como elementos centrais para a coesão do grupo.

2.1. Breve introdução

As vastas extensões de terra conhecidas como campos tropicais, savanas ou cerrado têm historicamente sustentado populações humanas de diversas maneiras. O aumento da relevância dos campos como ecossistemas terrestres está diretamente relacionado ao surgimento de duas grandes ordens de herbívoros ungulados no início da era terciária: os perissodáctilos, como antas, cavalos e rinocerontes, e os artiodáctilos, que englobam espécies como camelos, hipopótamos, porcos selvagens e ruminantes, incluindo boi, búfalo, ovelha, cabra, cervo e antílope. A ampla diversidade de espécies animais exerce um papel significativo sobre a vegetação natural, promovendo o crescimento de gramíneas em detrimento das árvores. A adaptação das comunidades humanas a essas áreas têm se baseado na caça de animais selvagens, na criação de animais domésticos ou em estratégias que combinam atividades pastoris e agrícolas. Devido à escassez de chuvas, que torna a agricultura irregular nesses locais, a criação de animais tem sido a principal fonte de subsistência. O tamanho e a composição dos rebanhos

refletem tanto as necessidades alimentares do grupo quanto a necessidade de manter relações sociais com grupos vizinhos¹³⁹.

O impacto do rebanho nos campos engloba três principais efeitos: o pastejo das folhas do capim, a redistribuição de nutrientes e o pisoteio da vegetação. O gado, entre os herbívoros, é considerado menos eficiente, convertendo apenas uma pequena parcela, cerca de um vigésimo, do capim que consome em carne. Adicionalmente, cerca de dois terços do capim ingerido são expelidos sob a forma de fezes. Este efeito desempenha um papel crucial na redistribuição de nutrientes no ambiente. Dentro de uma área específica, o gado tende a escolher locais preferenciais para defecar e urinar. Essas áreas frequentemente apresentam concentrações mais elevadas de fósforo e potássio, contribuindo para a redistribuição desses nutrientes no solo. Além disso, uma distribuição mais uniforme da urina resulta na redistribuição de nitrogênio e potássio¹⁴⁰.

A relação entre os animais e os campos é intrincada e sistemática. Existem variações nos padrões de crescimento dos animais, na produção de biomassa e no comportamento, criando distintas condições ambientais. Em sistemas de criação de gado com orientação para o mercado, a produção de biomassa por unidade de consumo é notavelmente superior, chegando a ser até oito vezes maior do que nas áreas onde os sistemas têm foco na subsistência. Nestas últimas, geralmente, a qualidade da forragem é inferior, e é necessário percorrer longas distâncias em busca de alimento, implicando um alto custo energético¹⁴¹.

O gado bovino está presente no Brasil desde os primeiros anos que se seguiram à chegada dos portugueses. Os historiadores apontam que a pecuária bovina desempenhou um papel crucial na formação territorial do país ao longo do tempo. Além de seu papel na subsistência da colônia, a pecuária desempenhou um papel fundamental na conquista do território brasileiro, tornando-se um dos capítulos mais importantes de nossa história¹⁴². A vasta área que constitui hoje o Brasil se dividiu e acordo com os fatores que determinaram a sua ocupação. Na faixa litorânea, a agricultura predominava, enquanto na região central e sudeste, a mineração desempenhava um papel importante. No entanto, no restante do território, foi a pecuária que predominou. Foi por meio da pecuária e dos laços criados pelo comércio de gado bovino e cavalari, através das grandes tropas de muaras, que regiões inteiras foram ocupadas e integradas economicamente ao Brasil¹⁴³.

¹³⁹ MORAN, 1994.

¹⁴⁰ Ibidem.

¹⁴¹ Ibidem.

¹⁴² SCHLESINGER, S. (2010). ONDE PASTAR?: o gado bovino no Brasil. 1ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Fase.

¹⁴³ PRADO JR, C. (1976). História econômica do Brasil. São Paulo. Ed. Brasiliense. 26ª edição.

No século XIX, com a chegada da corte real em 1808, houve uma aceleração significativa do crescimento da população. As atividades de mineração de ouro e diamantes em Minas Gerais e Mato Grosso já haviam gerado um crescimento populacional expressivo no século anterior. A população, que era estimada em cerca de 300 mil habitantes na década de 1690, saltou para mais de 3 milhões em torno de 1800. A corrida para as novas áreas de mineração havia promovido a primeira grande onda de migração vinda da Europa, com centenas de milhares de pessoas vindas de Portugal para o Brasil entre 1700 e 1800. Além disso, quase dois milhões de escravizados africanos foram importados para trabalhar nas minas e nas plantações durante o século XVIII. A chegada da corte real também contribuiu para a mudança do eixo de crescimento do Nordeste para o Sudeste, com o fim do ciclo da cana-de-açúcar e o desenvolvimento da mineração em Minas Gerais. Esse período teve como marca a expansão da cultura bovina na região sudeste do Brasil¹⁴⁴.

A pecuária tinha a capacidade singular de ocupar grandes áreas com uma população relativamente pequena. Era uma indústria que se expandia de maneira eficaz. Desaparecido o interesse pela mineração, foi a pecuária que continuou a impulsionar economicamente a ocupação de vastas regiões do país, que, sem ela, teriam sido condenadas ao abandono. Além disso, a pecuária desempenhou um papel fundamental na sustentação das populações do sudeste entre o fim da mineração e o início do ciclo do café. Foi a acumulação de gado e pessoas, principalmente pela mineração, que permitiu a rápida expansão da cultura do café. Essa cultura, devido a sua natureza, exigia mão de obra abundante e amplos meios de transporte¹⁴⁵.

Se não fosse pela acumulação desses elementos, incluindo o gado, no centro-sul brasileiro, não teríamos tido os recursos necessários para desenvolver outras atividades durante a expansão da cultura do café e a recuperação econômica do país. A pecuária desempenhou, assim, um papel crucial na história econômica e na ocupação do território brasileiro¹⁴⁶. Bertrand¹⁴⁷ afirmou que além da produção de gado, as terras eram utilizadas para o cultivo de alimentos, plantações de cana-de-açúcar e a produção de produtos consumidos nos séculos XVIII e XIX, como rapadura, cachaça e farinha. O autor destaca a importância do gado curraleiro na ocupação das sesmarias no planalto central, adaptado ao ambiente tropical e descreve desafios enfrentados pelos criadores, como a baixa condição sanitária, pastos escassos e a mortalidade causada por fatores como a erva tóxica “cafezinho”.

¹⁴⁴ SCHLESINGER, 2010.

¹⁴⁵ SIMONSEN, R. (1937). História econômica do Brasil, vol. 1, 1500-1820. Editora Nacional.

¹⁴⁶ Ibidem.

¹⁴⁷ BERTRAN, P. (2011). História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal. EDU - UNB.

A relação da pecuária com a população negra não é uma novidade, principalmente nos 'sertões'. A contratação de trabalhadores não representava um problema para a pecuária em campo aberto, onde as grandes áreas de terra tinham um baixo índice de povoamento. A demanda por trabalhadores era atendida por grupos diversos, recrutados entre índios, mestiços e escravizados fugitivos ou foragidos dos centros urbanos mais policiados da costa. Homens que haviam cometido crimes, escapado da justiça, ou mesmo aventureiros, encontravam no interior um refúgio onde podiam viver em relativa liberdade. Essa mão de obra estava disponível em abundância, facilitando a expansão da pecuária¹⁴⁸.

A relação da pecuária com a fauna e flora também não é novidade. Após adquirir terras para estabelecer uma fazenda, o trabalho inicial consistia em adaptar o gado ao novo pasto, o que demandava tempo e uma equipe considerável. Posteriormente, a responsabilidade recaía sobre os vaqueiros. Eles tinham a tarefa de domesticar e marcar os bezerros, tratar de problemas de saúde do gado, eliminar onças, morcegos e cobras, queimar os campos de maneira controlada na estação apropriada e conhecer os hábitos do gado, como os locais de pastagem e os pontos de água¹⁴⁹.

Criar gado na comunidade alvo deste estudo é mais do que uma atividade, é um elo diacrônico que evoca tempos passados de fartura na região, um período recordado como a “era do curraleiro”. Esta raça de gado é lembrada por muitos produtores, principalmente os médios e pequenos, como “fartureto”, produtor de carne saborosa e leite de alta qualidade.

Atualmente na região da Prata, diversos tipos de gado são criados, cada um com características específicas e adequados para diferentes propósitos, refletindo um processo histórico de diversificação da produção. O gado crioulo/comum é o mais comum e amplamente encontrado, sendo criado por pequenos e médios produtores locais. Além disso, há o gado nelore/anelorado, tabanel e tabapuã, que geralmente são criados por produtores médios e grandes. Numa miscelânea digna de Guimarães Rosa¹⁵⁰, encontramos também o gado guzerá, holandês e gir, que são mais raros na região.

O gado Nelore é uma das raças mais proeminentes no cenário da pecuária brasileira. Sua origem remonta à Índia e sua introdução no Brasil ocorreu no século 19. Desde então, o Nelore passou por um contínuo processo de melhoramento genético, tornando-se uma raça adaptada ao clima tropical do país. Com uma presença abrangente em todo o território nacional,

¹⁴⁸ PRADO JR, 1976.

¹⁴⁹ SIMONSEN, 1937.

¹⁵⁰ ROSA, J. G. (2012). Sagarana - [Ed. especial]. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

o Nelore é responsável por cerca de 80% do gado de corte no Brasil¹⁵¹. No Kalunga, os animais Nelore apresentam características distintas, como uma pelagem predominantemente branca ou cinza-clara, com machos exibindo um pescoço e cupim normalmente mais escuros e avantajados, o que os diferencia do "gado reto". Sua pele é escura e os olhos têm forma de amêndoa, bem brilhantes. Uma coisa interessante sobre eles é que têm narinas largas que se abrem bastante e um focinho largo e preto. Os machos geralmente são mais musculosos que as fêmeas, especialmente no cupim. Além disso, o Nelore pode possuir chifres que crescem em diferentes direções, embora exista também um tipo da raça conhecido como "mocho", que não possui chifres. Alguns produtores destacam que algumas "qualidades" de nelore podem ser mais difíceis de lidar e podem apresentar comportamento agressivo.

A raça Tabapuã é uma criação brasileira que tem suas origens na região de Leopoldo de Bulhões, em Goiás. Tudo começou quando um fazendeiro trouxe alguns zebus da Índia para o Brasil. Depois, em Planaltina, cruzaram esses zebus com gado mocho, o que resultou nos primeiros zebuínos mochos do país. Esses animais foram misturados com a raça Nelore, originando assim a raça Tabapuã¹⁵². No Kalunga, os Tabapuãs são conhecidos por serem dóceis e resistentes. Eles se reproduzem facilmente e ganham peso rapidamente, o que é ótimo para a produção de carne. Esses animais são fáceis de cuidar e crescem mais cedo que outras raças. Eles se adaptam bem quando cruzados com outras raças e têm uma pelagem branca ou cinza, com pelos finos e curtos que escondem uma pele preta. A raça tem uma cabeça de tamanho médio, olhos pretos, orelhas médias e não têm chifres. Seus corpos são fortes e longos, com peito largo, cupim bem desenvolvido. Além disso, têm costelas compridas e arqueadas, flancos e quadris cheios, e ventres arredondados. As pernas dianteiras são curtas e fortes, enquanto as pernas traseiras têm músculos bem desenvolvidos e cascos escuros.

O gado Tabanel é o resultado de um "choque" (cruzamento) entre duas raças distintas, o Nelore e o Tabapuã. Essa prática de cruzar diferentes raças de gado é comum na pecuária, visando obter animais com características desejadas, como ganho de peso, qualidade da carne ou resistência a determinadas condições ambientais¹⁵³. O Tabanel, especificamente, combina as características do Nelore, que é conhecido por sua rusticidade e adaptação a climas tropicais, com as do Tabapuã, que é reconhecido por sua facilidade de reprodução e bom ganho de peso.

¹⁵¹ OLIVEIRA, J. H. F. de, MAGNABOSCO, C. de U., & BORGES, A. M. de S. M. (2002). Nelore: base genética e evolução seletiva no Brasil. Embrapa Cerrados. Documentos, 49, 54p. - ISSN 1517-5111. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados.

¹⁵² ROSA, A. do N.; SILVA, L. O. C. da; PORTO, J. C. A. (1992). Raças mochas: história e genética. Campo Grande: EMBRAPA-CNPGC. 64p. (EMBRAPA-CNPGC. Documentos, 50).

¹⁵³ Ibidem.

Essa combinação busca criar animais que possuam o melhor de ambas as raças, resultando em gado com qualidades ideais para a produção de carne de qualidade em diferentes ambientes e condições de criação.

A raça Guzerá tem uma história interessante no Brasil. Ela foi a primeira raça zebuína a ser trazida da Índia para o país, em 1870¹⁵⁴. Esses animais são reconhecidos por sua cabeça alta e chifres grandes, que se assemelham à forma de uma lira. Sua pelagem varia de cinza claro a escuro, embora fêmeas brancas também sejam encontradas. O Guzerá é notável por sua capacidade de resistir a longos períodos de seca. Uma característica importante dessa raça é o baixo peso dos bezerros ao nascer, o que facilita os partos, tanto para novilhas em sua primeira criação quanto para partos subsequentes. Além disso, as vacas Guzerá são conhecidas por sua boa produção de leite, o que garante o desenvolvimento saudável dos bezerros durante a fase de amamentação. Uma interlocutora destaca que é raro encontrar um que não seja mestiço na Prata.

O gado Holandês é reconhecido por sua aparência manchada, com manchas pretas e brancas ou vermelhas e brancas. Eles têm cabeças com testas largas, focinhos largos e narinas abertas. Seus pescoços são longos e finos, e suas costas são retas e fortes, inclinando-se um pouco na direção da cabeça. A parte de trás, chamada de garupa, é comprida, larga e ligeiramente inclinada. A pele deles é fina e elástica, e o pelo é fino e macio. Quando se trata das vacas Holandesas, elas têm mamas bem definidas. As tetas são parecidas, com tamanho e formato médios, e apontam para baixo. Além de suas características físicas, esses animais são conhecidos por serem tranquilos e fáceis de cuidar, o que os torna populares na produção de leite. Os interlocutores advertem que produzir leite não é uma tarefa fácil nem barata. Isso ocorre porque as vacas leiteiras demandam uma quantidade significativa de alimento para manter a produção de leite. Durante a estação seca, quando a oferta de pastagem natural é limitada, os custos de alimentação tendem a aumentar, já que os agricultores precisam fornecer alimento suplementar para as vacas. Isso inclui a oferta de ração concentrada, silagem e outros suplementos nutricionais para atender às necessidades das vacas e garantir uma produção de leite satisfatória.

O gado da raça Gir têm tamanho médio e têm uma variedade de cores de pelagem reconhecidas, incluindo vermelho, amarelo e várias combinações de cores com o branco. A cabeça dos Girs tem uma forma diferente, com uma testa larga e uma parte da frente que se

¹⁵⁴ PEIXOTO, M. G. C. D., et al. (2009). Programa Nacional de Melhoramento do Guzerá para Leite: resultados do Teste de Progênie, do Arquivo Zootécnico Nacional e do Núcleo Moet. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite.

destaca. Seus chifres são médios, escuros e se curvam para baixo e para trás, muitas vezes se encontrando nas pontas. Eles têm olhos pretos, orelhas longas e finas, e narinas que podem ficar bem abertas. O corpo dos Girs é largo e longo, com um peito largo e uma corcova grande e arredondada nas costas, parecida com uma castanha de caju. Suas costelas são bem arqueadas, dando-lhes uma aparência robusta. Eles também têm um pescoço musculoso (mais fino nas fêmeas) e uma garupa bem desenvolvida. Seus cascos são escuros e bem formados. As fêmeas têm mamas desenvolvidas, importantes para a produção de leite.

É interessante notar que o cromatismo desempenha um papel fundamental para os interlocutores, ao descrever individualmente um animal, mesma conclusão de Sússekind¹⁵⁵ no pantanal. Essa descrição inclui não apenas a cor, mas também outras características físicas, como o formato e o tamanho dos chifres, ou qualquer traço peculiar do animal em questão. Essa prática permite que eles identifiquem, por exemplo, a mãe de um bezerro específico em meio a um grupo de gado predominantemente branco, diferenciando tonalidades em uma escala de branco para cinza. O elemento cromático serve como uma descrição concisa do animal, funcionando como um substituto de nomes.

Além disso, cada um desses tipos de gado possui suas próprias vantagens e utilizações específicas. Por exemplo, o gado tabapuã é conhecido por ser uma excelente opção para produção de carne devido ao seu peso significativo. Por outro lado, o gado gir é preferido quando se busca uma produção leiteira mais eficiente. Já o gado crioulo/comum é considerado uma opção intermediária, sendo utilizado de forma mediana em diversas situações. Portanto, na criação de gado na região da Prata, a escolha do tipo de gado está intimamente relacionada com os objetivos de produção de cada família e suas necessidades específicas. Cada tipo de gado traz suas próprias características e benefícios.

É possível observar uma distinção clara entre os tipos de gado criados baseada principalmente em dois critérios: qualidade e quantidade. Os gados nelore/anelorado, tabanel e tabapuã são geralmente escolhidos com foco na qualidade. Isso significa que esses tipos de gado são selecionados por suas características específicas que os tornam adequados para fins de qualidade de carne e outros critérios relacionados com o valor do animal. Esses animais podem ser preferidos por produtores que buscam maximizar a qualidade de seus produtos. Com as restrições de espaço impostas pelo Regime Interno do Território, os maiores criadores prezam pela qualidade.

¹⁵⁵ SÜSSEKIND, 2014.

Por outro lado, o gado crioulo/comum é criado principalmente com base na quantidade. Esses animais podem ser mais adequados para criadores que priorizam uma abordagem de criação de gado em larga escala, onde a quantidade de animais pode ser mais importante do que as características específicas de qualidade. O gado crioulo/comum parece ser uma escolha pragmática para criadores que buscam um rebanho numeroso e resiliente.

O modelo de criação de gado na região da Prata vem se diversificando, sendo que atualmente cerca da metade dos produtores opta por criar gado solto, o que é conhecido como criação "no agreste". Nesse caso, os custos podem estar relacionados ao fornecimento de sal e ao tempo necessário para que os animais encontrem seu próprio alimento na natureza. A outra metade dos produtores adota a criação fechada, mantendo o gado em pastagens planejadas, o que pode aumentar os custos devido à necessidade de gerenciar a alimentação e o ambiente dos animais de forma mais controlada.

Figura 02 - Ilustração da ocupação e dos espaços da Prata



Fonte: do autor

Na ilustração anterior, busco sintetizar a relação entre o agreste, os rios e as serras, uma dinâmica especial que me demandou alguns dias para compreender. Em termos gerais, o território é acidentado, com várias serras, sendo o agreste a região situada aos pés dessas serras. No agreste, frequentemente encontramos os retiros dos criadores, onde o gado criado solto fica. Os rios Prata e Paraná atuam como limites geográficos para o núcleo populacional da Prata. Mais próximas dos rios, encontram-se as residências. Normalmente, quando o modelo de criação fechada é adotado, o pasto fica próximo às residências. Contudo, criadores com

rebanhos maiores podem ter criações em pastos distantes da casa, nas quais são contratadas pessoas para realizar as atividades diárias.

A criação de gado em ambiente fechado apresenta vantagens, como o ganho de peso mais rápido dos animais, a reprodução mais eficiente e a facilidade de acesso à alimentação. Nesse sistema, os animais são mantidos em pastagens controladas e têm um suprimento regular de comida, o que contribui para um crescimento mais rápido e uma produção mais eficiente. No entanto, a criação fechada também implica em desafios adicionais. Os cuidados diários exigem um acompanhamento constante por parte dos criadores. Isso inclui a necessidade de monitorar os animais de perto, trocar de pasto conforme necessário para garantir um acesso contínuo à alimentação fresca, realizar reparos em cercas para manter os animais seguros e supervisionar o fornecimento de água nos bebedouros. Essas tarefas demandam mais trabalho humano e, conseqüentemente, custos adicionais em termos de mão de obra e manutenção das instalações. Portanto, a escolha entre criar gado fechado ou solto na região da Prata muitas vezes envolve a consideração de vantagens em termos de crescimento e eficiência, juntamente com a necessidade de gerenciar de perto os aspectos operacionais para garantir o bem-estar e a produtividade do rebanho.

A criação de gado solto na região da Prata possui suas próprias características e desafios. Nesse sistema, os animais têm mais liberdade para se deslocar em busca de alimento, mas isso também significa que precisam percorrer distâncias maiores para se alimentar, o que pode resultar em um desenvolvimento mais lento em comparação com a criação fechada. Além disso, o gado criado solto precisa ter o hábito de lamber sal, o que o faz retornar à área onde o sal é colocado, normalmente próximo à sede da fazenda. Isso facilita o controle dos animais, mas também requer que os criadores forneçam sal regularmente como parte da dieta e do manejo. No entanto, a criação solta envolve mais trabalho para os criadores. A dispersão dificulta o controle sobre ataques, acidentes e furtos. Os animais podem se afastar e, às vezes, é necessário rastreá-los ou recolhê-los, especialmente quando algum deles se torna mais arisco, “embrabece”. Esse rastreio é feito com motocicletas, que têm a manutenção mais barata que cavalos.

Atualmente, criar cavalos na região parece ser uma atividade mais cara e direcionada para corridas, especialmente os desafios. A manutenção de um cavalo envolve custos significativos, incluindo alimentação e cuidados específicos. Os cavalos de corrida famosos, como o Preciso, Barriga Branca, Jadinha, Catarina, Bela e Castelo, demonstram a presença de uma cena de corridas ativa na região, com eventos tradicionais como a corrida de São José e a

corrida da Salina. A participação em desafios de corrida pode ser uma oportunidade para ganhar prêmios em dinheiro, com valores em torno de 5.000 reais. No entanto, é importante lembrar que a compra de um cavalo de corrida pode ser um investimento considerável, custando cerca de 7.000 reais. Nesse cenário, a criação de cavalos na região está mais relacionada ao mercado de corridas do que à pecuária.

Há também o desafio de lidar com animais mais bravos, como o chamberil, que, se escaparem, podem ser difíceis de recuperar. Para domar esses animais, muitas vezes é necessário confiná-los temporariamente. Além disso, a criação solta apresenta riscos adicionais, como o perigo de predadores, como onças, que podem representar uma ameaça aos bezerros recém-nascidos, que ainda estão "moles", ou seja, não conseguem ficar de pé. Essa configuração exige uma vigilância constante para garantir que os animais estejam seguros e saudáveis.

Atualmente, mesmo na criação de gado solto, cada produtor possui seu próprio "retiro". Isso significa que, mesmo que tenham a opção de colocar o gado em um local compartilhado, por respeito, eles optam por manter os animais em áreas separadas. Embora seja possível fazer de outra maneira, essa prática demonstra a importância do respeito entre os produtores e a manutenção de seus espaços individuais de criação de gado.

A pressão por inovações tecnológicas é baixa, dado que um vaqueiro é capaz de conduzir muitas cabeças de gado em uma área com milhares de hectares. Uma vez estabelecida uma operação produtiva, os pecuaristas mais velhos tendem a operar com o mínimo de experimentação. As pastagens naturais se tornam unidades específicas de recursos, e os indivíduos operam com base na combinação de experiência acumulada e adaptação às novas condições do mercado¹⁵⁶.

Alguns criadores optam por um sistema misto de criação, alternando entre pastagem fechada e área aberta. Eles fecham o gado durante um período do ano para permitir que a vegetação se regenere e, em seguida, soltam o gado depois das primeiras chuvas. Isso é feito porque, na primeira chuva, se o gado estiver solto, ele pode consumir rapidamente a vegetação que brota. Um criador mencionou que começou a adotar o sistema fechado porque a comunidade local cresceu e os animais começaram a invadir as plantações dos vizinhos. Portanto, manter parte do rebanho fechado ajuda a evitar danos às áreas de cultivo dos outros moradores.

O crescimento do gado pode ser dividido em vários estágios distintos, cada um com suas características específicas. Inicialmente, temos os bezerros e as bezerras, que são os

¹⁵⁶ MORAN, 1994.

filhotes de bovinos, sendo os bezerros machos e as bezerras fêmeas. À medida que crescem, os bezerros e bezerras se tornam garrotes e novilhas, respectivamente, ainda em fase de desenvolvimento. Conforme o tempo passa, os garrotes se transformam em bois, enquanto as novilhas se tornam vacas, alcançando a maturidade. As vacas são capazes de reprodução nessa fase, e é importante observar que, quando criadas em ambiente controlado, elas podem dar cria a cada 9 meses. Além disso, alguns bezerros e garrotes podem ser “tourinhos”, que são machos com características desejáveis para reprodução, jovens e ainda não maduros. Os touros, por outro lado, são machos maduros e prontos para reprodução.

É relevante mencionar que o tempo necessário para que um bovino atinja a maturidade reprodutiva pode variar, sendo que o gado criado solto geralmente leva mais tempo para atingir esse estágio (até 4 anos). Esse ciclo reprodutivo desempenha um papel fundamental na criação de gado e na economia doméstica, dado que “o dinheiro do gado é anual”, exigindo outras atividades para a complementação de renda.

2.2. A importância da antropologia

E de repente eu vi que o gado estava cheio de ideia,
começando um manejo esquisito.
(Guimarães Rosa, no conto “O burrinho pedrês”)

O gado curraleiro na região da Prata evoca uma sensação de saudade, pois era uma realidade comum até os anos 1960. Este tipo de gado era conhecido por sua robustez e resistência, características que lhe conferiam o atributo de menos “sistemático”. Para muitos, a carne do curraleiro é considerada mais saborosa e o gado também é lembrado por sua produtividade leiteira. Além disso, há histórias que sugerem a incrível capacidade do curraleiro de sobreviver até mesmo em condições adversas, como durante períodos longos de seca, quando dizem que “comia até lama”.

O gado curraleiro é um tipo de gado que se destaca por ser resistente e fácil de criar. É uma raça boa para ter filhotes e pode começar a tê-los a partir dos três anos de idade. Essas vacas são conhecidas por serem valentes, conseguem se adaptar bem ao “agreste” e não ficam doentes com facilidade. Além disso, a carne delas é mais macia do que a de outras vacas. São menores do que outras raças e têm pelos curtos e finos. Os chifres delas são grandes e lembram uma coroa. A cor da pelagem varia entre amarelo-avermelhado e marrom, com as extremidades das patas mais escuras. As orelhas são pequenas e o pescoço é curto. Elas têm uma altura média

de 1,10 a 1,35 metros e pesam de 250 a 350 quilos quando adultas. Essas vacas também eram muito usadas na lida diária e como meio de deslocamento.

Foi dito que o curraleiro produz leite com muita gordura, o que é ótimo para fazer um tipo de queijo que não leva produtos químicos e é cozido em um tacho sobre o fogo à lenha. A carne dessas vacas também é muito saborosa e pode ser cozida, frita ou assada. Outro processo comum era a salga e deixar secar ao sol por dois dias, tornando-a parecida com carne de sol. Um prato típico feito com essa carne é a paçoca de carne de sol, que é feita batendo a carne com farinha de mandioca, cebola e alho no pilão. A carne do curraleiro, como vimos, é conhecida por ser macia e saborosa.

A presença do curraleiro na região diminuiu ao longo do tempo, tornando-se uma lembrança. No entanto, o desejo de recuperar essa herança cultural e animal não se perdeu. Em 2006, a Universidade Federal de Goiás (UFG), em parceria com o Ministério da Integração Nacional, lançou o projeto "Estabelecimento e Manutenção de Núcleos de Criação de Gado Curraleiro". Esse projeto teve como objetivo reintroduzir o curraleiro na região, estabelecendo um núcleo de criação no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. O projeto contou com o apoio de várias instituições e organizações locais, como a Prefeitura Municipal de Cavalcante e a Associação Kalunga de Cavalcante. Em junho de 2007, 86 bovinos curraleiros foram adquiridos de diferentes rebanhos e esses animais foram distribuídos entre dez famílias da Comunidade Kalunga de Cavalcante, localizadas em diversas regiões do território. Essa iniciativa buscou resgatar a presença do gado curraleiro na região, honrando suas tradições e contribuindo para a preservação da diversidade genética e cultural associada a essa raça¹⁵⁷.

É interessante notar que, segundo relatos dos moradores da Prata, o projeto de reintrodução do gado curraleiro “ainda não chegou à região”, embora haja expectativas positivas sobre sua implementação futura. No entanto, há boatos de que o projeto pode ter sido descontinuado devido a relatos de que vários animais foram abatidos durante as celebrações locais. Isso sublinha a relevância da presença de antropólogos em equipes multidisciplinares que trabalham em projetos desse tipo, para entender melhor as dinâmicas culturais e tradicionais da comunidade local e evitar conflitos com as práticas locais. Vale ressaltar que, em muitas comunidades rurais, é comum que durante períodos festivos os festeiros doem animais para o abate como parte das celebrações. Essa prática cultural pode desempenhar um papel importante

¹⁵⁷ FIORAVANTI, M. C. S., SERENO, J. R. B., NEIVA, A. C. G. R., ABUD, L. J., LOBO, J. R., FRANCESCANTÔNIO, D. D., ... & MACHADO, J. D. L. (2008). Reintrodução do gado Curraleiro na comunidade quilombola Kalunga de Cavalcante, Goiás, Brasil: resultados parciais. Simpósio Nacional do Cerrado, 9.

na vida da comunidade, na redistribuição de recursos e na manutenção de laços de reciprocidade; por isso precisa ser compreendida e respeitada ao se implementar projetos que envolvem a introdução ou manejo de gado.

Alguns interlocutores ressaltam que o curraleiro é vendido a preços mais baixos em comparação com o nelore, pois tem características que não são tão atraentes para os compradores, como a cor de sua pelagem. Além disso, não se cria curraleiro fechado/de forma intensiva, pois o arame não é eficaz para conter o bicho, que consegue passar por ele com facilidade, o que resulta em um crescimento mais lento. Apesar de enfrentar preconceito e subvalorização, principalmente devido à influência dos grandes produtores que preferem raças mais comerciais, há esperança de que a crescente procura da população por produtos únicos, criados de forma sustentável, com baixa utilização de recursos e impacto ambiental mínimo, possa levar ao reconhecimento do valor do gado curraleiro¹⁵⁸.

Olhando de forma mais afastada, essa história da ascensão a derrocada do curraleiro coincide com a chegada ao Brasil de grandes frigoríficos estrangeiros, que trouxeram consigo uma mudança significativa no cenário da indústria de carne do país. Essas empresas não estavam interessadas no mercado interno brasileiro, mas sim na exportação de carne. Assim, a indústria de carnes congeladas e conservas no Brasil passou a ser dominada por filiais de grandes empresas estrangeiras, especialmente norte-americanas. Durante décadas, essas multinacionais exerceram um controle considerável sobre o mercado brasileiro de carne e se envolveram na criação de gado. A King Ranch, uma empresa norte-americana, cujas propriedades se estendiam por diversos países, associou-se ao frigorífico Swift, também dos Estados Unidos, e à financeira francesa Deltec Internacional. Juntas, adquiriram fazendas no Brasil com uma área total de mais de 200 mil hectares espalhados por várias regiões. Em 1969, essas operações já eram consideráveis¹⁵⁹.

Os dados dos censos agropecuários de 1940, 1950 e 1960, complementados pelo cadastro de propriedade imobiliária rural do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária de 1967, mostram um rápido crescimento da pecuária bovina nesse período. Entre 1940 e 1967, a área de pastagens aumentou em quase 35 milhões de hectares e o rebanho bovino mais que dobrou, passando de 44,6 milhões para 90 milhões de cabeças. Esse crescimento se justificava, em grande parte, pelo aumento do consumo doméstico de carne, leite e produtos lácteos,

¹⁵⁸ AURÉLIO NETO, O. A pecuária tradicional como forma de (re)existir no campo: o gado Curraleiro no Território Quilombola Kalunga, na região nordeste de Goiás. *Élisée - Revista de Geografia da UEG*, v. 5, n. 1, p. 57-77, 2011.

¹⁵⁹ SCHLESINGER, 2010.

especialmente nas áreas urbanas do centro-leste do Brasil. Por volta de 1970, o estado do Mato Grosso já era uma das maiores regiões pecuárias do país¹⁶⁰.

Em 1974, empresas norte-americanas adquiridas pela King Ranch e, posteriormente, pela Deltec Internacional planejavam expandir suas operações de processamento de carne enlatada em estados como Goiás e Pará. Outras empresas, como a Bourbon, também estavam investindo em instalações de processamento em Anápolis e a Anglo planejava construir uma nova fábrica de carne enlatada em Goiânia. Houve uma concentração de terras significativa, como exemplificado pela Companhia de Desenvolvimento do Araguaia, que possuía 196,4 mil hectares. Essa empresa estava registrada em nome de um fazendeiro de São Paulo e estava ligada ao extinto Banco do Crédito Nacional¹⁶¹.

O Departamento de Comércio dos Estados Unidos afirmou em um informe que o Brasil estava se preparando para entrar de forma significativa no mercado mundial de carne em 1987, modernizando suas capacidades de produção e processamento de carne bovina e suína. Em 1972, os Estados Unidos importavam 4 bilhões de quilos de carne bovina, o equivalente a 8% do consumo total do país, mas mais de um terço do total de carne negociada no mercado internacional. Em 1973, o rebanho bovino brasileiro já contava com 90 milhões de cabeças, tornando o Brasil o terceiro maior produtor de carne bovina do mundo¹⁶².

Na década de 1970, o rebanho bovino do Brasil cresceu a uma taxa de 5% ao ano, com um aumento mais significativo nas áreas de pastagens cultivadas. Esse crescimento foi especialmente marcante nas regiões norte e centro-oeste do país, que na época eram consideradas a fronteira agrícola e apresentavam oportunidades de investimento mais atrativas. Essa tendência de crescimento continuou na década de 1980, quando a região centro-oeste passou a abrigar o maior rebanho bovino do país¹⁶³. Com isso, o curraleiro se viu em meio a um processo massivo de substituição por outras raças.

À luz do tempo do curraleiro, para os pequenos criadores, a criação de gado na região passou por um período de decadência com a inserção de tipos de gado que “sentem mais” no cerrado, o aumento do roubo e da predação por onça. Algumas dessas marcas ainda persistem, mas hoje são amenizadas com a implementação de políticas públicas direcionadas para comunidades remanescentes de quilombo, como as tentativas de reintrodução do curraleiro na

¹⁶⁰ Ibidem.

¹⁶¹ Ibidem.

¹⁶² Ibidem.

¹⁶³ Ibidem.

região e, principalmente, com o acesso dos mais velhos à aposentadoria rural. É importante ressaltar que são três períodos distintos de construção de memória:

1. Período do Curraleiro: Este período corresponde às memórias e histórias compartilhadas pelos entrevistados, remontando à infância deles ou às narrativas transmitidas por gerações passadas. Esse período abrange o início do século XX até meados da década de 1960.
2. Período do Projeto: Este é o período que coincide com o início do processo de reconhecimento da comunidade como quilombola e o acesso a políticas públicas. O “projeto” em questão é o Projeto Kalunga Povo da Terra liderado por Mari Baiochi, já discutido anteriormente. Essa fase se estende da década de 1980 até meados da década de 2000 e marca um momento de transformação e visibilidade da comunidade e inserção de novas raças de gado.
3. Período das Onças: Este período compreende o período de 2010 até os dias atuais, quando os conflitos com o meio ambiente se tornaram mais frequentes. Além disso, coincide com a expansão do turismo na área da Prata e a especialização na criação de rebanhos maiores. Discutirei com maior profundidade no próximo capítulo.

Cada um desses períodos representa uma parte significativa da história e da memória da comunidade e a análise desses diferentes momentos oferece entendimentos importantes sobre a evolução das relações humanas com o ambiente, os ajustes sociais e culturais e os desafios enfrentados ao longo do tempo. Esses períodos também são marcados por um progressivo crescimento populacional na região da Prata e um movimento de cercamento do gado, que cada vez menos é criado “na solta” ou “no agreste”.

2.3. O campesinato na Prata

Aqui o gado é que cria a gente (...)

(Guimarães Rosa, no conto “Entremeio com o vaqueiro Mariano”)

Essa dinâmica pode ser interpretada à luz dos estudos sobre o campesinato¹⁶⁴. Entre a maioria dos Kalunga prevalece uma combinação de produção para subsistência e

¹⁶⁴ SANTOS, I. R. dos. (2012). Tá fazendo marmelada, compadre? Um seio sobre a cultura do marmelo em Mesquita, Goiás. In: 3º Prêmio Territórios Quilombolas/ Renata Leite, Isolda Dantas e Edmilton Cerqueira, organização. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

comercialização de seus excedentes. Embora poucos autores relacionem um campesinato negro a um período pós-abolicionista¹⁶⁵, os núcleos quilombolas às margens do Paranã e seus afluentes tendem a demonstrar o contrário.

Primeiramente, vale destacar que a origem da comunidade rural da Prata remonta ao século XVIII. Apesar de não ser uma realidade plenamente mantida, devido ao constante acesso de estranhos, os Kalunga afirmam que, desde que se estabeleceram naquelas terras, gozam da liberdade para cultivar seus alimentos e criar gado. Essa autonomia lhes permite obter seu sustento sem depender de terceiros. Essa independência é vista como resultado do trabalho árduo das famílias, aliado à conexão com a terra, construindo assim os elementos necessários para a sua reprodução através das gerações.

Contrariando algumas observações, o passado na Prata - mesmo com a dimensão de dificuldade de acesso aos núcleos urbanos - é lembrado como um período de abundância, onde a produção era generosa, apesar dos desafios naturais enfrentados pelas famílias, como as enchentes e secas perenes. Além disso, a produção Kalunga referente ao gado também contradiz algumas interpretações¹⁶⁶ que sugerem uma economia quilombola marcada pela rusticidade das ferramentas, ausência de tração animal e foco na subsistência com plantas de ciclo rápido. A realidade local reflete o contrário, mostrando uma tradição de criação de gado que envolve cuidados e planejamento a longo prazo, desde o nascimento dos animais até sua engorda e abate.

Essa análise destaca alguns aspectos da vida campesina que podem ser aplicados à comunidade Kalunga, especialmente em relação aos níveis de campesinidade¹⁶⁷. Isso ajuda a valorizar a dinâmica na qual esses indivíduos são considerados como agentes históricos. Através dessa abordagem, vários elementos, como família, trabalho, terra e ambiente, podem ser compreendidos e analisados em relação à comunidade da Prata. Essa análise é fundamental para entender as especificidades da produção, da organização social e da divisão do trabalho, bem como sua relação única com o meio ambiente, evitando enquadrá-los de forma simplista nas teorias clássicas do campesinato¹⁶⁸ e dos estudos ambientais¹⁶⁹.

¹⁶⁵ MAESTRI, M. (2005). A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa no Brasil. In: A questão agrária no Brasil/João Pedro Stedile, organizador. São Paulo: Expressão Popular, v.2.

¹⁶⁶ Como a de Maestri, 2005.

¹⁶⁷ WOORTMANN, K. (1990). Com parente não se negocia. O campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico/87. Edições Tempo Brasileiro.

¹⁶⁸ WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Ed.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Capítulo 1, p. 21-55.

¹⁶⁹ SANTOS, 2012.

Ao analisar as categorias terra, família, trabalho e ambiente na comunidade Kalunga, é possível identificar traços de campesinidade que se vinculam a princípios organizatórios centrais¹⁷⁰. Essa ênfase também encontra respaldo em autores que estudam outras comunidades negras rurais ou remanescentes de quilombos, a exemplo de Alfredo Wagner¹⁷¹.

No contexto da Prata, o desenvolvimento da produção de subsistência, aliado à comercialização dos excedentes, dependia diretamente do trabalho fundamentado na unidade familiar, característica ainda preservada. Da mesma forma que no passado a produção de itens como a farinha destinados à venda dependia da força de trabalho de pais e filhos. A reprodução do modo de vida da comunidade ao longo do tempo está intrinsecamente ligada às categorias mencionadas e é notável a ocorrência de uma forma muito específica de campesinato¹⁷².

A organização de grupos sociais em unidades de produção tem sido um tema de grande interesse para os antropólogos por um longo período. Cada forma de organização social representa uma estratégia de subsistência distinta. Geralmente, essas unidades sociais têm uma base na descendência bilateral, ou seja, os parentes do lado da mãe e do pai são igualmente importantes para os laços emocionais ou para a transferência de propriedade ou riqueza. Vários mecanismos são empregados para ampliar o grupo cooperativo, permitindo que os indivíduos acessem recursos de maneira mais eficaz. Isso é alcançado através da partilha de recursos, casamentos entre membros de diferentes grupos e comércio estabelecido entre grupos com diferentes níveis de acesso a recursos. A partilha de recursos é intensificada por meio de padrões de reciprocidade generalizada¹⁷³.

Em algumas populações, a demonstração de riqueza pode servir como uma maneira de redistribuir tanto recursos quanto alimentos, além de elevar o prestígio social de um indivíduo. Por exemplo, festivais são realizados - entre outros fins cosmológicos - para redistribuir a produção, buscar aliados e resistir a mecanismos naturais de controle do crescimento das populações humanas e dos rebanhos. Ao longo da trajetória humana, para combater a seca, foram construídos poços profundos. As guerras diminuíram em escala e frequência e as doenças foram controladas por meio de ações de saúde pública e avanços nas ciências veterinárias e médicas modernas. Historicamente, as populações que praticavam a redistribuição tiveram mais sucesso do que aquelas que não o faziam¹⁷⁴. Daí o valor do sacrifício dos curraleiros na tentativa de reintrodução.

¹⁷⁰ WOORTMANN, 1990.

¹⁷¹ ALMEIDA, 2002.

¹⁷² SANTOS, 2012.

¹⁷³ Ibidem.

¹⁷⁴ Ibidem.

Uma das complexidades na análise dos traços de campesinidade em comunidades negras rurais reside no fato de que muitas delas têm suas origens associadas à ideia de fuga, um elemento que ainda permeia o conceito de quilombo no senso comum, ocultando as relações estabelecidas entre os membros da comunidade com sujeitos externos. No entanto, aos poucos, os quilombolas estão sendo reconhecidos não apenas como comunidades isoladas ou como uma população negra homogênea. Muitas vezes, não são apenas descendentes diretos de escravos fugidos, mas sim grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência para manter e reproduzir seus modos de vida distintos, consolidando seu próprio território¹⁷⁵.

Compreender os processos pelos quais as comunidades negras rurais reinterpretem seu passado para atuar no presente como sujeitos de direitos revela outras possibilidades de existência coletiva. Nessas comunidades, o passado está intrinsecamente relacionado à apropriação específica de um território que possibilita a reprodução cultural e socioeconômica¹⁷⁶. Devido à importância da análise desses fatores na comunidade alvo deste estudo, é importante proceder a um detalhamento mais profundo das categorias terra, família e trabalho na comunidade, com o intuito de compreender como o gado funciona como elo de ligação entre humano e natureza.

O significado da terra está intrinsecamente ligado ao significado do trabalho, e o trabalho, por sua vez, é o cerne da família¹⁷⁷. Nesse contexto, a terra é vista como um patrimônio cujo valor está profundamente ligado ao seu papel como meio fundamental de produção. Para os Kalunga, o significado da terra é determinante de sua forma de ocupação, moldada por suas próprias condições históricas. A ocupação da Prata, como investigada em pesquisa anterior¹⁷⁸, é essencial para entender como emergiu uma territorialidade que combina elementos negros e camponeses. Essa territorialidade, entre outras coisas, estabelece uma fronteira que define a inclusão ou exclusão na comunidade. A definição desses limites está diretamente ligada aos processos de parentesco e, por conseguinte, determina como a terra é transmitida como herança, sendo este o bem mais valioso da coletividade¹⁷⁹.

A comunidade Kalunga pode ser vista também a partir de uma perspectiva de territorialidade camponesa, uma vez que as relações dentro dela são fundamentadas na unidade familiar, na divisão do trabalho e na autonomia produtiva. A terra, na Prata, assim como em

¹⁷⁵ O'DWYER, E. C. (2002). Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: Quilombos: identidade étnica e territorialidade/Eliane Catarino O'Dwyer, organizadora. Rio de Janeiro: Editora FGV.

¹⁷⁶ SANTOS, 2012.

¹⁷⁷ WOORTMANN, 1990.

¹⁷⁸ SOUSA, 2022.

¹⁷⁹ SANTOS, 2012.

outras comunidades negras, é singularizada por fornecer ao grupo mecanismos próprios e distintos de identificação. É um espaço de atuação tanto individual quanto coletiva e está profundamente enraizada em tradições históricas e culturais compartilhadas por grupos de descendência comum, centrados no parentesco¹⁸⁰.

Devido ao tamanho do território, os Kalunga puderam se organizar de forma que os sítios familiares frequentemente ultrapassam os dez hectares, fenômeno que permitiu o desenvolvimento de roçados férteis e criações razoáveis. Todos os membros da família, desde os mais velhos até as crianças estavam envolvidos em algum tipo de trabalho, seja na roça, nos afazeres domésticos, na criação de gado, na pesca, na caça etc. Pais e filhos desempenhavam - e seguem desempenhando - papéis essenciais em todo o processo. Dessa forma, a família é uma condição fundamental dessa organização produtiva, dando origem a diversas relações de produção¹⁸¹.

No que se refere à reprodução dessa estrutura produtiva, é crucial destacar outro aspecto fundamental da família Kalunga, que diz respeito à forma de socialização das crianças. A reprodução da força de trabalho ocorre por meio da procriação e se complementa pelo processo de socialização das crianças. Nesse contexto, existem dois tipos de socialização identificados: a primária, que envolve a conversão do indivíduo em membro da sociedade, e a secundária, que engloba o conhecimento da divisão social do trabalho¹⁸².

Um aspecto revelador da maneira pela qual a família, a terra e o trabalho eram reproduzidos na comunidade da Prata é a importância da participação das crianças nas atividades, sinalizando sua socialização com os valores locais. Ainda hoje é comum que os filhos deixem seus próprios filhos com os avós no território para uma criação “mais tradicional”. Isso demonstra a continuidade da transmissão das tradições de geração em geração. Meninos e meninas são levados para a roça, para o pasto ou para o agreste pelos pais ou avós, onde auxiliam em tarefas de manejo animal e vegetal. Esse processo tem como objetivo não apenas aumentar a mão de obra disponível, mas também contribuir para o aprendizado dessas crianças, que, quando adultos, reproduzirão esse conhecimento.

Se a produção é central para a reprodução e se é pelo trabalho que a família se constitui, é pelo conhecimento técnico que ela se realiza, sendo o controle desse conhecimento determinante para a hierarquia dentro do grupo doméstico. O poder está intrinsecamente

¹⁸⁰ BRASILEIRO, S. E SAMPAIO, J. A. (2002). Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba: uma comunidade negra rural no oeste bahiano. In: Quilombos: identidade étnica e territorialidade/Eliane Catarino O’Dwyer, organizadora. Rio de Janeiro: Editora FGV.

¹⁸¹ TAVARES DOS SANTOS, J. V. (1984). Colonos do Vinho. HUCITEC. São Paulo.

¹⁸² Ibidem.

relacionado ao domínio do saber técnico. Assim, o conhecimento técnico é essencial para a reprodução da estrutura social¹⁸³. Os interlocutores destacaram que é graças a esse aprendizado sobre o trabalho que desenvolvem um profundo respeito pelas gerações mais antigas, o que se traduz em reverência às tradições. Além disso, a divisão das tarefas no trabalho agrícola permite a transmissão de saberes relacionados à terra e às leis da natureza. Esses conhecimentos são valorizados e dinâmicos. Dessa forma, o trabalho da família e a terra formam a base sólida sobre a qual a vida dos Kalunga se sustenta. Isso está intrinsecamente ligado aos seus métodos específicos de reprodução e possibilita a emergência de uma territorialidade que abrange aspectos éticos, culturais, econômicos, sociais e ambientais, fazendo eco aos níveis da história ambiental¹⁸⁴ propostos por Worster¹⁸⁵. Essa territorialidade também é revitalizada por meio da reinterpretação da memória coletiva, que traz de volta o tempo do curraleiro. Isso não apenas contrapõe um passado robusto ao presente mais frágil do período das onças, mas também desempenha um papel na contenção do processo de expropriação de terras e êxodo enfrentado pelos Kalunga há algum tempo.

O tempo do curraleiro está associado ao período em que a maioria das famílias praticava a criação na solta e é lembrado com saudosismo pela maioria dos membros da comunidade. Esse foi um período em que as pessoas dependiam principalmente da agricultura e da criação de gado para sua subsistência, obtendo grande parte de seu sustento do cultivo de roçados com feijão, arroz, milho e outros produtos destinados à alimentação da família. Os Kalunga aprenderam a ciência da criação do gado por meio de experiências práticas, desenvolvendo uma série de técnicas essenciais para criar, engordar e abater o gado, a exemplo do acostumar o gado ainda muito jovem a lamber sal próximo da sede da fazenda na criação solta/no agreste para facilitar o monitoramento. Essa atividade se tornou dominante na comunidade negra. A gestão da criação era realizada por famílias, característica que ainda se mantém e é facilmente percebida nas entrevistas, pela distinção que os próprios produtores fazem entre o gado da família e o seu gado: “minha mesmo são umas trinta cabeças, mas se juntar as dos meninos faz número”.

¹⁸³ WOORTMANN, E. (1997). O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Ellen Woortmann e Klaas Woortmann. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

¹⁸⁴ Para Worster, a História Ambiental atua em três níveis distintos: o primeiro trata da própria natureza, compreendendo como ela se organizou e operou no passado (aspectos ambientais); o segundo aborda o domínio socioeconômico e sua interação com o ambiente, destacando os aspectos econômicos e sociais dessa relação; o terceiro enfoca as representações sociais relacionadas ao mundo natural, explorando os aspectos éticos e culturais que permeiam essas percepções. Essa tríade de níveis oferece uma estrutura abrangente para compreender as complexas interações entre a humanidade e o ambiente ao longo da história.

¹⁸⁵ WORSTER, 1991.

Tamanho e composição dos rebanhos desempenhavam - e ainda desempenham - um papel crucial nas estratégias de subsistência dos criadores. Assim como na Prata, para muitas comunidades pelo mundo, como os Pocot africanos, a riqueza e o *status* social estão intimamente ligados ao tamanho do rebanho de gado: alguém com 100 vacas é considerado rico, enquanto aquele com 10 vacas é considerado pobre, e alguém sem gado é visto como morto. À medida que os rebanhos crescem, surgem desafios adicionais na sua gestão. Alguns grupos, como os Samburu quenianos, lidam com essa questão dividindo os rebanhos entre suas respectivas famílias¹⁸⁶, assim como os Kalunga. Essa estratégia pode ajudar a reduzir o tamanho do rebanho e a distribuir as responsabilidades de cuidado e pastoreio, além de fortalecer laços de reciprocidade e transmissão de conhecimento. É importante ressaltar que essa relação entre trabalho, ambiente e a criação de gado molda o *ethos* da comunidade, contribuindo para a preservação de suas tradições e valores ao longo do tempo.

2.4. O mercado de gado local

Depois, nos meados da seca, os pastos se esvaziavam, e os boiadeiros tinham de espalhar-se em direção aos longínquos centros de cria, para comprar e arrebanhar gado magro.
(Guimarães Rosa, no conto “O burrinho pedrês”)

O acesso crescente aos mercados, como parte do cenário de redistribuição de bens, representou uma mudança de grande relevância na organização social. Isso abriu oportunidades para que os indivíduos ascendessem na hierarquia social ao influenciarem o fluxo de mercadorias, criando um sistema artificial de preços e estimulando a demanda por produtos não essenciais. Essa abordagem pode ser ampliada e aplicada a questões específicas relacionadas ao processo de tomada de decisão. Esses princípios representam um avanço nas pesquisas, uma vez que raramente foram aplicados à gestão de recursos e aos desafios da adaptação. Em estudos mais recentes, a ênfase recai sobre como os tomadores de decisão não buscam necessariamente a maximização da utilidade, mas, em vez disso, procuram soluções satisfatórias para os problemas, muitas vezes recorrendo a abordagens culturais, indo além da análise econômica em muitos casos¹⁸⁷.

A venda de excedentes na comunidade Kalunga se consolidou como prática comum. Esses excedentes eram frequentemente negociados entre os próprios moradores locais,

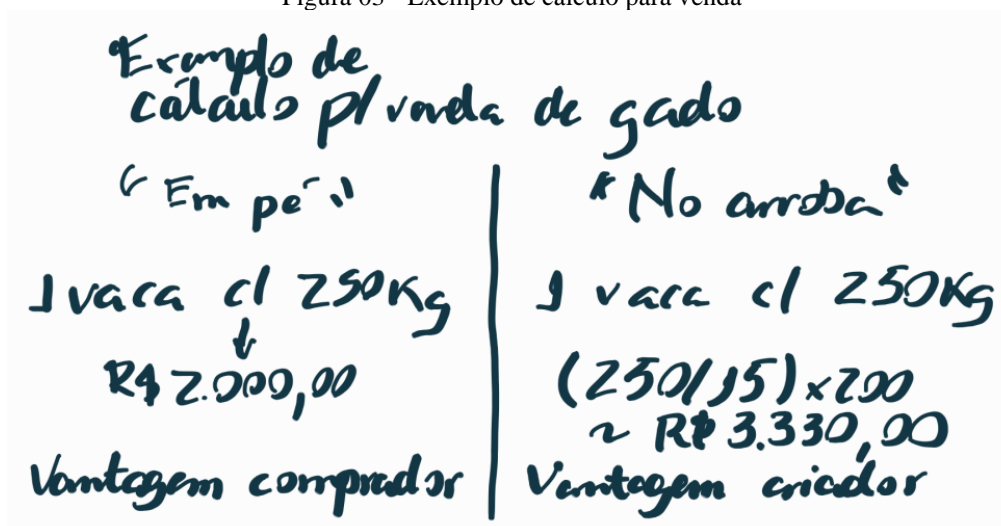
¹⁸⁶ MORAN, 1994.

¹⁸⁷ Ibidem.

principalmente aqueles que tinham mais recursos e conexões comerciais com a cidade. Essa interação comercial deu origem a diferentes estratégias para os negócios realizados localmente. Até os dias de hoje, as trocas relativas ao gado são vistas como um empreendimento comercial, enquanto as trocas de produtos do roçado não recebe o mesmo tratamento¹⁸⁸.

Na região da Prata, os criadores de gado variam em tamanho de rebanho. Os maiores criadores geralmente mantêm entre 150 e 200 cabeças de gado, enquanto a média fica em torno de 50 cabeças. Os pequenos criadores negociam com os grandes criadores, e estes, que têm acesso a meios de transporte e redes de comércio mais amplas, realizam negociações com gado fora do território da comunidade. O comércio mais comum é de bezerros, destinados à recria, mas também há negociação de animais em desenvolvimento e já maduros. Esses negócios podem ocorrer de duas maneiras principais: "em pé", em que o preço é definido por cabeça de gado, ou "no arroba", em que o preço é baseado no peso do animal por quilo.

Figura 03 - Exemplo de cálculo para venda



Fonte: do autor

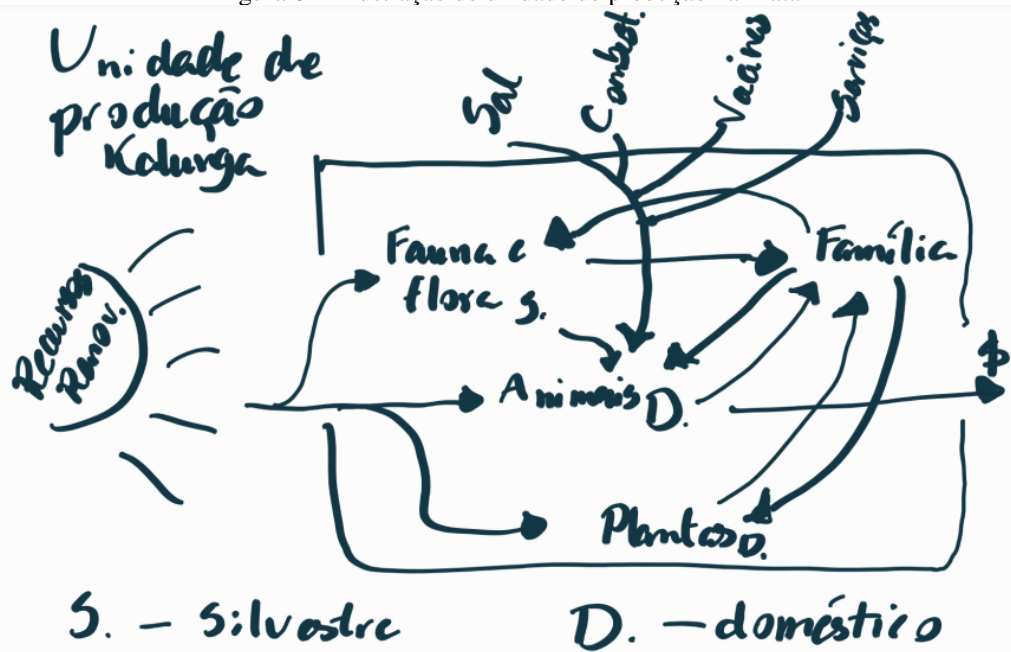
A representação acima foi elaborada a partir do exemplo que um dos interlocutores forneceu, explicando que uma vaca com 250 kg pode ser comercializada em pé, como indicado à esquerda na ilustração, ou no arroba, à direita. Na negociação do animal em pé, o valor estimado seria de aproximadamente R\$ 2.000,00, proporcionando uma vantagem considerável para o comprador. No entanto, ao considerar a unidade de medida "arroba", equivalente a 15 kg, o preço da vaca sofre alterações. Para calcular o valor do animal no arroba, é necessário dividir o peso da vaca (250 kg) por 15 para determinar quantas arrobas ela possui e, em seguida,

¹⁸⁸ WOORTMANN, 1997.

multiplicar pelo preço de uma arroba (R\$ 200). Nesse cenário, a mesma vaca de 250 kg atingiria cerca de R\$ 3.300,00, oferecendo uma vantagem significativa para o criador. Vale ressaltar que essa dinâmica pode variar de propriedade para propriedade. Em compras volumosas, como aquisições para a recria de vários animais, é comum realizar a transação com o gado de pé. No entanto, para compras menores, envolvendo um ou dois animais, é mais frequente negociar com base na medida de arrobas.

Os gastos relacionados à criação de gado são uma parte essencial da gestão pecuária. Estes gastos incluem despesas com a vacinação, para garantir a saúde do rebanho, especialmente importante para prevenir doenças e manter a produtividade do gado. Além disso, um dos custos significativos é o sal, que se torna especialmente importante durante a época da seca, para garantir que os animais recebam os nutrientes necessários. O combustível também tem representado um peso cada vez maior nos gastos relativos ao gado. Outro componente crítico dos gastos relacionados ao gado é o trabalho humano. Os cuidados diários, a alimentação e a manutenção dos animais exigem mão de obra qualificada, muitas vezes envolvendo trabalhadores locais que recebem um pagamento diário para suas atividades na fazenda.

Figura 04 - Ilustração de unidade de produção na Prata



Fonte: do autor

A ilustração acima foi elaborada a partir de observações de campo, obtendo entendimentos diretamente dos interlocutores sobre os componentes fundamentais envolvidos na rotina diária da produção de gado. Assim, podemos identificar os recursos renováveis,

simbolizados pela entrada de luz solar nessa unidade produtiva, juntamente com itens essenciais como sal, combustível, vacinas e serviços. Dentro dessa unidade, é possível localizar tanto a fauna e flora silvestres quanto os animais e plantas domésticos, além da presença da família no contexto. O que é gerado, seja pela extração de fauna e flora silvestres ou pelos cuidados com o gado e as plantas, se converte em lucro quando esses produtos deixam a unidade de produção.

Os preços do gado na região da Prata variam de acordo com a idade e a condição dos animais. Em média, um bezerro de 8 meses é vendido por cerca de R\$ 1.200,00, enquanto um garrote pode alcançar até R\$ 1.600,00. O preço de um boi gordo costuma ficar em torno de R\$ 2.800,00. Para bezerras, o valor é em média R\$ 1.100,00, enquanto novilhas podem chegar a R\$ 1.300,00. Vacas magras são negociadas na mesma faixa de preço, até R\$ 1.600,00, enquanto vacas gordas podem atingir até R\$ 2.200,00. Vaca parida, ou seja, que teve filhotes recentemente, pode ser vendida por até R\$ 2.400,00. Por outro lado, tourinhos, que são machos jovens, são mais caros, com valores em torno de R\$ 6.000,00, enquanto touros de alta qualidade podem alcançar até R\$ 10.000,00. Os touros são frequentemente usados para "choque", ou seja, melhorar a genética do rebanho por meio de cruzamentos, o que justifica o seu preço mais elevado.

Tabela 1 - Média dos preços do gado na Prata, no segundo semestre de 2023

Categoria	Preço (R\$)
Bezerro (8 meses)	1.200
Garrote	1.600
Boi gordo	2.800
Bezerra	1.100
Novilha	1.300
Vaca magra	1.600
Vaca gorda	2.200
Vaca parida	2.400
Tourinho	6.000
Touro	10.000

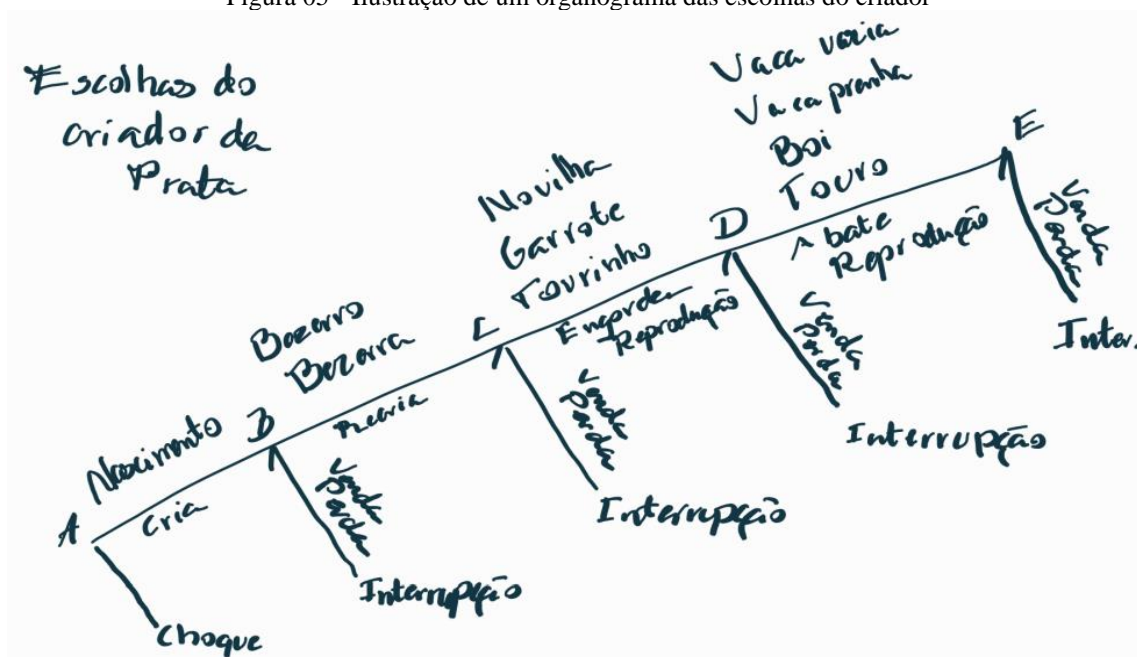
Fonte: do autor

Elaborando a tabela acima durante a escrita da dissertação, ficou evidente que a predominância do comércio para recria no mercado local está associada aos propósitos dos

pequenos criadores, de reprodução e crescimento do rebanho. Com estratégias de manejo de gado que priorizam a renovação e expansão do plantel, os criadores estão investindo não apenas na produção imediata de carne, mas na construção e manutenção de um rebanho robusto e sustentável ao longo do tempo.

O criador toma decisões práticas sobre o gado, optando por vendê-lo ou trocá-lo quando necessário. Embora seja possível obter preços mais altos vendendo em locais distantes, a distância muitas vezes torna essa opção inviável, levando a negociações com produtores locais que têm meios de transportar o gado. Em relação às compras, a comunidade tende a adquirir apenas o que está em falta¹⁸⁹. O gado desempenha um papel versátil, sendo vendido, trocado ou consumido, mas também sujeito à predação por onças e outros predadores.

Figura 05 - Ilustração de um organograma das escolhas do criador



Fonte: do autor

A representação acima exemplifica uma árvore de decisão simplificada que formaliza o processo de tomada de decisão de um criador Kalunga. No ponto A, o criador opta pelos animais que farão o “choque”/cruzamento para dar origem ao filhote. Tem-se o processo de cria e em seguida o próximo ponto de escolha (B), onde ele opta por manter os filhotes ou vendê-los. Há ainda causas externas que podem levar a perdas e interrupções, como os ataques de onça. Segue-se o processo de recria e o novo ponto (C), onde abre-se um leque maior de possibilidades, com

¹⁸⁹ Além disso, há vendedores de insumos que percorrem a região oferecendo produtos com preços mais altos do que na cidade, e essa prática pode ser acompanhada de alguma insistência.

a venda, engorda ou reprodução e assim por diante. A árvore representa os eventos relevantes e as consequências esperadas de cada curso de ação. Esses modelos de decisão levam em consideração a representação de diferentes cursos de ação sob condições variáveis, assemelhando-se aos modelos de fluxo de energia. A distinção principal reside na simplificação do modelo, que é frequentemente mais eficaz quando usado em conjunto com outras abordagens¹⁹⁰.

Em pesquisas relacionadas à tomada de decisões agrícolas, foi identificado que o acesso à terra era um critério fundamental para entender os padrões de utilização, embora outros fatores comunitários também desempenhassem um papel significativo. Para incorporar essas informações relevantes para os modelos de fluxo de matéria e energia, é importante atribuir uma lógica às decisões humanas. Considerações temporais e espaciais desempenham um papel central no processo de tomada de decisão. Estratégias humanas frequentemente seguem uma abordagem sequencial, o que se torna evidente quando analisamos as respostas das pessoas em diferentes níveis de estresse, que podem ser associados aos cuidados com o gado. Cada decisão tomada restringe o conjunto de opções disponíveis para o próximo indivíduo¹⁹¹.

Em resumo, as decisões de troca, compra e venda na região são baseadas em necessidades práticas da família e nas circunstâncias locais. As doações geralmente estão relacionadas a períodos festivos e/ou sagrados. É importante destacar que a pecuária na região da Prata não gera lucros mensais, mas sim anuais. Isso significa que os criadores de gado precisam planejar a longo prazo, considerando o ciclo de reprodução dos animais e as variações sazonais na oferta e demanda do mercado pecuário. Além disso, em algumas situações, o gado acaba desempenhando um papel relevante na manutenção das boas relações entre vizinhos. Como muitos criadores mantêm seus animais soltos, o gado pode vagar para áreas próximas à sede de outras fazendas. É crucial manter-se informado sobre o paradeiro desse gado para evitar roubos, ataques ou o “embravecimento”.

O gado também é um meio para a manutenção da posse da terra, que é vista como patrimônio e condição para que o pai de família se torne um sujeito transmissor da terra. No entanto, o conceito de negócio associado ao gado carrega ambiguidades. Quando se trata dos negócios realizados diretamente com pessoas de fora do território, como é o caso dos mascates que vendem insumos, os moradores geralmente consideram essas transações desvantajosas. Essa desvantagem está relacionada à assimetria de poder de barganha entre os Kalungas e outros

¹⁹⁰ MORAN, 1994.

¹⁹¹ Ibidem.

grupos, resultando em relações comerciais desfavoráveis para os primeiros. Essa percepção é mais comum nos negócios envolvendo compra de insumos e a venda de gado “em pé”¹⁹².

A venda da produção e a obtenção do valor monetário pelo trabalho são vistas como expressões de autonomia camponesa. No entanto, os Kalungas frequentemente comparam os ganhos atuais com a abundância do tempo do curraleiro, um período em que os lucros comerciais eram menos relevantes para o sustento das famílias. Essa comparação não se limita apenas a uma dimensão econômica, mas também envolve valores tradicionais locais e respostas da comunidade às mudanças em seu entorno. Isso resulta em uma reorganização, tanto das rupturas internas quanto da interpretação do passado, que passa a ser ideologizada. A eficácia ideológica dessa interpretação não depende de provas concretas, mas sim da aceitação coletiva. Em outras palavras, a comunidade adota essa interpretação como verdadeira para legitimá-la¹⁹³.

2.5. Ajustes locais ao contexto atual

(...) uma "nova ecologia", que está preocupada não somente em descobrir desordem, distúrbio e casualidade, mas em substituir o conceito de ordem por eles.

(Walter Neves, no texto “Antropologia ecológica”)

A orientação mercantilista traz consigo uma variedade de estratégias que os criadores podem adotar. Quando o objetivo é maximizar a produção de carne para venda, a ênfase está na qualidade, ou seja, em utilizar o rebanho de forma a obter o maior retorno possível com o mínimo de produção de biomassa de gado destinado à engorda¹⁹⁴. No entanto, quando o gado é criado para a subsistência, sendo um recurso vital para a família, os resultados são bem diferentes. Daí a dualidade qualidade e quantidade. O cuidado com os animais coloca o criador em um padrão constante de tomada de decisões, que não segue uma rotina fixa. Diariamente, ele deve decidir para onde conduzir seus animais, considerando diversos fatores, como a qualidade da pastagem, a disponibilidade de água, a probabilidade de predadores, a competição com outros criadores e muitos outros aspectos; daí a fala do guia de campo sobre a criação solta ser mais trabalhosa. O sucesso ou o fracasso da criação está vinculado a essa gestão¹⁹⁵.

¹⁹² WOORTMANN, 1990.

¹⁹³ CHAUI, M. de S. (1979). Os trabalhos da memória. In: Memória e sociedade, lembrança de velhos. Editora Universidade de São Paulo.

¹⁹⁴ Não há foco na produção de leite com fins comerciais devido aos custos para manter uma vaca produzindo quantidades satisfatórias.

¹⁹⁵ MORAN, 1994.

O criador deve estar sempre ciente da condição de cada animal e atender às suas necessidades. Mesmo sem manter registros genéticos detalhados, um bom vaqueiro é capaz de reconhecer quando certos animais devem ser separados do rebanho e, quando possível, devem ser abatidos, trocados ou vendidos. A questão da venda de animais de pé ou no arroba é de grande importância, pois o criador está envolvido em constantes transações econômicas com seus vizinhos, construindo laços de reciprocidade. Portanto, chegar a acordos satisfatórios é vital para melhorar seu bem-estar¹⁹⁶.

O tamanho das famílias está diretamente relacionado à estratégia de criação. Quanto maior o número de pessoas na família, em diferentes casas, maior a dispersão dos criadores, o que torna a forragem e a água mais abundantes e permite manter um rebanho maior, que reflete a ideia de “fazer número” mencionada anteriormente. As considerações sociais, juntamente com informações sobre a localização de pastagens naturais e fontes de água, influenciam o deslocamento dos rebanhos. Por exemplo, existem várias fontes de água em diferentes locais, cada um com suas vantagens e desvantagens e que podem ser alvo de concorrência¹⁹⁷.

Um local pode ser mais rico em pasto, mas ter menos recursos hídricos, enquanto outro pode estar próximo a boas fontes de água, mas pode exigir atravessar terrenos acidentados ou “boqueirões de erva”, o que pode ser fatal para o gado e desgastante para o vaqueiro. Além disso, locais favoráveis podem ser conhecidos por outros vaqueiros, o que significa que seus recursos podem ser esgotados, tornando-os menos atrativos. Os criadores também podem evitar áreas adequadas para o pastoreio devido a possíveis conflitos com vizinhos que reivindicam a posse da área. Isso se reflete no estabelecimento dos retiros de cada criador.

O deslocamento dos rebanhos está limitado por outras atividades da população, como a prática sazonal da agricultura, especialmente em áreas onde o período de crescimento das plantas coincide com a estação seca, fato que foi citado por alguns criadores para o abandono do curraleiro, um gado que “não respeita cerca”. O deslocamento dos rebanhos pode ocorrer em ritmos variados, e essas decisões são influenciadas pela disponibilidade de recursos hídricos, qualidade da forragem, frequência de ataques ou roubos, bem como por fatores sociais e econômicos. Esses fatores também influenciam na preferência por fêmeas nos rebanhos de pequenos criadores. Mais fêmeas permitem a recuperação mais rápida dos rebanhos após eventos adversos, aumentando a sua resiliência¹⁹⁸ e a disponibilidade de leite e seus derivados na dieta.

¹⁹⁶ Ibidem.

¹⁹⁷ Ibidem.

¹⁹⁸ Ibidem.

Além do gado, a maioria das famílias cria animais menores, como galinhas e porcos, que fornecem carne e ovos, no primeiro caso, e carne e óleo/banha, no segundo. Esses animais geralmente têm taxas de reprodução mais elevadas em comparação com o gado e desempenham um papel importante na dieta e nas obrigações sociais relacionadas ao compartilhamento de carne. Além disso, uma variedade de animais auxilia a obter mais carne, leite, transporte e produtos, dada a potencialidade de cada espécie e raça. A criação diversificada de animais desempenha um papel importante na capacidade das famílias de enfrentar a transição da estação chuvosa para a seca. Isso ocorre porque diferentes tipos de animais têm necessidades alimentares e de água variadas e, portanto, podem se ajustar de maneira mais flexível às mudanças na disponibilidade de forragem e recursos hídricos ao longo do ano. Por exemplo, depois das primeiras chuvas, quando a vegetação está mais abundante e a água é mais acessível, os criadores podem permitir que seus animais pastem e bebam livremente para ganhar peso e condição física. No entanto, à medida que a estação chuvosa chega ao fim e a estação seca se instala, a quantidade de forragem disponível diminui e as fontes de água podem secar ou ficar mais distantes. Os criadores que praticam a criação mista migram para o modelo fechado e o gado dos criadores que criam na solta tende a perder bastante peso¹⁹⁹. O curraleiro é saudosos nesses períodos, graças a sua capacidade de “comer até lama”. No entanto, porcos e galinhas tendem a não sentir tanto. Ao ter uma variedade de animais em seu rebanho, os Kalunga otimizam o uso dos recursos disponíveis ao longo do tempo. Isso aumenta suas chances de manter seus animais saudáveis e bem alimentados, mesmo quando a oferta de forragem e água é limitada. A diversificação ajuda a suavizar as pressões sazonais sobre os rebanhos e a garantir a subsistência contínua das famílias²⁰⁰.

Em resumo, há duas abordagens opostas bem claras e um amplo espectro de possibilidades entre elas. A estratégia de gerenciamento dos rebanhos “na solta” é claramente moldada pela necessidade de maximizar o número de animais, especialmente fêmeas, e diversificar a população de animais de criação para otimizar a exploração do ambiente e a disponibilidade de produtos úteis. Aplicada principalmente por pequenos produtores, essa estratégia é sensata, dado o ritmo lento de reprodução do gado, as condições ambientais desafiadoras, que resultam em reduções nos rebanhos, e a importância dos animais como meio de troca e subsistência. Além disso, as alianças e as práticas tradicionais de redistribuição desempenham um papel fundamental na gestão dos recursos. Isso permite superar algumas

¹⁹⁹ Ibidem.

²⁰⁰ Ibidem.

limitações impostas pelo ambiente e prosperar. Até o roubo, em alguns casos, pode funcionar como forma de reposição e redistribuição de animais²⁰¹.

Os pecuaristas mais ricos têm uma abordagem mais voltada para o mercado do que para a subsistência. Por esse motivo, eles dão menos ênfase às fêmeas, conferindo grande importância ao ganho de peso de cada animal, obtido via criação intensiva, em pastos cultivados. Eles ajustam o tamanho do rebanho de acordo com o preço da carne no mercado, as restrições locais e a capacidade da pastagem de proporcionar ganhos desejados. No geral, a gestão eficaz dos rebanhos é uma combinação complexa de estratégias tradicionais, adaptações às mudanças ambientais e desafios contemporâneos, como o crescimento populacional. Essa gestão desempenha um papel crucial na subsistência das comunidades pastorais e na preservação dos ecossistemas em que vivem²⁰².

Tabela 2 - Resumo das características da criação de gado na Prata Kalunga

Característica	Criação solta	Criação fechada
Estratégia de gerenciamento	Maximização do número de animais, principalmente fêmeas, e diversificação de espécies	Número de animais orientado pelo mercado, principalmente machos, e foco em raças específicas mais pesadas
Aplicação principal	Pequenos criadores	Grandes criadores
Ritmo de reprodução	Lento	Rápido
Tipo de gado	Predomínio do crioulo/comum	Predomínio do nelore/anelorado
Tipo de pasto	Natural	Cultivado
Limites	Naturais (rios, boqueirões de erva, terrenos acidentados etc.)	Cercas
Impactos ambientais	Mais exposto	Monitoramento constante

Fonte: do autor

A tabela acima resume as principais diferenças dos sistemas de criação. Já o sistema de identificação do gado é comum, feito com o uso de marcas, que são normalmente compostas pela inicial do proprietário e, às vezes, incluem um número. Essas marcas são aplicadas na anca

²⁰¹ Ibidem.

²⁰² Ibidem.

dos animais. Quando um animal é vendido, uma nova marca é feita acima da anterior, refletindo a mudança de proprietário e o histórico do animal ao longo do tempo. Esse sistema de marcação é uma prática comum na região e ajuda a manter o controle dos rebanhos à medida que são constantemente negociados.

Na região da Prata, poucos animais recebem nomes personalizados, sendo mais comum identificá-los com base em suas características físicas distintas. Por exemplo, uma novilha branca com os chifres apontando pode ser chamada de acordo com essas características físicas marcantes. Além disso, outros atributos, como a presença ou ausência de marcas de proprietários, machucados específicos ou manchas distintas, são frequentemente mencionados para facilitar a identificação dos animais durante as conversas.

É comum atribuir sentimentos ou traços de personalidade aos animais, dando-lhes apelidos que refletem essas características. Por exemplo, uma novilha que seja mais dócil chamada de "novilha branca lerda", enquanto um garrote com um temperamento mais agressivo pode ser chamado de "garrote malhado bravo" ou "valente". Esses apelidos não apenas ajudam na identificação dos animais, mas também podem transmitir informações sobre o comportamento ou as características individuais de cada um deles. É uma maneira prática de descrever e se comunicar sobre o gado na comunidade. Um dado interessante é que o curraleiro tem uma descrição particular e que é comumente colocada em oposição às raças inseridas no território há menos tempo. Ele não é sistemático como o nelore e não requer tantos cuidados como o holandês. Essa caracterização única parece ser mais uma manifestação da memória associada ao tempo do curraleiro, ressaltando a adaptabilidade dessa raça em relação às condições locais e às práticas tradicionais de manejo.

2.6. A construção da memória

A manipulação da memória do grupo Kalunga é um fenômeno interessante e ilustrativo do modo como o passado pode ser reinventado ou ressignificado para atender às necessidades atuais da comunidade, principalmente no que diz respeito à coesão dos membros. A memória de um indivíduo é influenciada pela sua interação em diversas esferas da vida, como família, classe social, educação, religião, profissão, e outros grupos de referência que têm relevância para esse indivíduo. No contexto em análise, o campo de interação é notavelmente específico, com destaque para os ambientes familiar e de trabalho, nos quais a variação de pessoas é

limitada. Além disso, as pessoas geralmente não se limitam a lembrar o passado, mas também o reinterpretem e o reconstruem à luz de suas experiências e ideias atuais²⁰³.

No caso da ressignificação do tempo do curraleiro, como um período de abundância, menos conflitos com o meio ambiente, fartura e mais união entre os moradores, ela serve a diversos propósitos. Em primeiro lugar, permite que a comunidade dê sentido a uma crise atual, caracterizada pela perda dos saberes tradicionais, associada à acusação de que a nova geração não está dando continuidade às práticas deixadas pelas gerações passadas, e pelos conflitos com a fauna silvestre. Os jovens, influenciados pelas oportunidades nas áreas urbanas em expansão e pela ideia de que o uso do território Kalunga tem restrições, têm demonstrado um interesse crescente em deixar seus territórios, o que contribui para essa crise.

A compreensão entre os mais jovens é que o uso da terra na região enfrenta uma série de limitações. Essas limitações se referem às normas positivadas no Regimento Interno, relativas ao tamanho das áreas disponíveis e à consciência ambiental arraigada na comunidade. Em muitas das entrevistas realizadas com produtores mais jovens foi evidente que eles têm uma compreensão sólida de que "no Kalunga não se pode mexer" indiscriminadamente na terra. Em um contexto comercial, os produtores mais jovens reconhecem a necessidade de investir em qualidade em vez de quantidade. Dada a limitação de espaço, os recursos são direcionados para melhorar a qualidade dos rebanhos existentes, em um processo de especialização da produção.

É válido destacar que os criadores apresentam uma grande variedade de especializações e que essas especializações variam com o tempo. Como discutido anteriormente, alguns concentram-se principalmente na criação de um tipo específico de raça ou animal, enquanto outros optam por diversificar suas criações. Essa diversidade de especializações é marca do período das onças e é influenciada por fatores ambientais e econômicos, incluindo a localização, o tamanho das famílias e o acesso à água e aos pastos²⁰⁴.

Famílias que praticam a agricultura sazonalmente tendem a estabelecer uma divisão interna do trabalho, na qual as mulheres realizam as tarefas agrícolas e os homens cuidam dos rebanhos. Essa é mais uma entre as várias formas de obtenção de produtos não relacionados à pecuária, que representam alternativas para diferentes condições ambientais, econômicas e culturais. A população pode variar suas estratégias em resposta a mudanças nas taxas de troca, nas oportunidades agrícolas locais e nas relações sociais e políticas com seus vizinhos. Por

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ Ibidem.

exemplo, boa parte dos interlocutores afirmou já não produzir mais arroz, feijão e óleo, dado o elevado custo para produção e o baixo valor desses produtos nos mercados²⁰⁵.

Alterações na produtividade agrícola têm um impacto direto sobre as estratégias adotadas pelas famílias. Por exemplo, a expansão do mercado de carnes global resultou na introdução de novas raças de gado no território e em uma alteração nos valores associados aos animais. Novas tecnologias nos setores agrícolas e pecuários afetam os custos dos insumos, levando a mudanças nos sistemas de produção. Limitações políticas relativas ao recente Regimento Interno restringiram os usos da terra, provocando mudanças nas condições dos rebanhos e afetando sua produtividade. O aumento da população, desde a época do projeto até os dias atuais, também resultou em alterações notáveis. Na época do curraleiro, não havia cercas ao longo das trilhas, e muitas delas eram pastagens. Hoje, a maior parte dessa terra está ocupada e cercada. Essa situação é vista como uma questão a ser enfrentada por muitos criadores, que sentem que a paisagem mudou devido à expansão da agricultura e ao uso de cercas²⁰⁶.

Essa abordagem vinculada à ideia de que "no Kalunga não se pode mexer", apesar de refletir a conscientização sobre a sustentabilidade e a conservação dos recursos naturais, tem sido um motor do êxodo dos mais jovens e de uma nova especialização da produção de gado. Os moradores compreendem que, devido às restrições geográficas e ecológicas da região, é fundamental adotar práticas agrícolas e pecuárias que mantenham o equilíbrio entre a produção e a preservação do ambiente e isso tem promovido a individualização da produção.

Reinterpretar o passado como uma época de fartura e união pode funcionar como um lembrete e um incentivo para que os membros da comunidade valorizem as suas tradições e o território. Ao atribuir um significado positivo ao "tempo do curraleiro", os Kalungas podem reforçar a importância de preservar suas práticas e conhecimentos tradicionais, com o intuito de recuperar o que percebem como um estado mais próspero do passado. Essa resignificação da memória coletiva não apenas lhes permite enfrentar os desafios atuais do período das onças, mas também fortalece seu senso de identidade e conexão com a terra e a cultura²⁰⁷.

Se por um lado, as situações de crise têm raízes na agudização consciente de valores tradicionais²⁰⁸, por outro, elas estão intrinsecamente relacionadas à interação entre os jovens e o ambiente rural. Embora seja amplamente reconhecida na comunidade a urgência de preservar as tradições locais, são poucos os moradores que desejam seguir os trabalhos agrícolas no

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ Ibidem.

²⁰⁷ SANTOS, 2012.

²⁰⁸ WOORTMANN, 1990.

modelo de seus pais, fato que evoca novamente a dualidade entre quantidade (modelo dos mais velhos) e qualidade (modelo dos mais novos). O futuro é, portanto, delineado pela valorização da educação como uma forma de preparar os jovens para ocupações urbanas ou em áreas rurais com menos restrições, o que implica deixar a terra de lado²⁰⁹.

Entretanto, para os mais velhos, a visão de um futuro significativo está intrinsecamente ligada à permanência dos jovens na terra e à continuidade do processo de trabalho camponês. O dilema emerge quando se considera que nem a vida rural nem as profissões urbanas podem garantir aos jovens uma vida considerada satisfatória. Além disso, o baixo nível de escolaridade encontrado na comunidade reflete o desafio de encontrar um caminho de sucesso que respeite a relação entre o ser humano e o ambiente²¹⁰.

O dilema entre influenciar os filhos a buscar oportunidades na cidade, afastando-se da terra e das tradições, ou incentivá-los a manter um estilo de vida tradicional, é um dos problemas amplamente reconhecido pela comunidade. Muitos culpam a entrada de pessoas de fora pela desestabilização das tradições locais, seja por meio de casamentos exogâmicos, pelo turismo ou pela venda de terras para forasteiros.

A influência dos núcleos urbanos próximos, em particular a introdução de costumes não tradicionais, foi amplificada pelo início do turismo na região, sobretudo nos anos mais recentes. Esse rápido crescimento do turismo ao redor da comunidade da Prata resultou na invasão de terras e na introdução de novos valores e modos de vida, que muitas vezes estão em desacordo com a tradição da comunidade. Tanto é que na Prata é comum ouvir que as pessoas não gostam de turistas e pregam peças sempre que podem²¹¹, ensinando caminhos errados, por exemplo. Essa frente de expansão, característica da zona rural da cidade de Cavalcante, influenciou várias pessoas a buscar fontes de renda que não envolvem o trabalho com a terra, impactando decisivamente a relação entre os habitantes e o ambiente natural, bem como enfraquecendo a coesão da comunidade.

2.7. Conclusão

Se adaptar nada mais é do que considerar as imposições da natureza ressaltando seus efeitos positivos e tentando minimizar os negativos.

(Maurice Godelier, no texto “L'idéal et le matériel”)

²⁰⁹ SANTOS, 2012.

²¹⁰ Ibidem.

²¹¹ O que aconteceu comigo e foi rapidamente remediado pela companheira de viagem.

Nos últimos anos a criação de gado na região da Prata passou por mudanças significativas. Antigamente, era um esforço coletivo, mas agora os criadores se especializam em diferentes fases da criação. Diferentes tipos de gado são criados, cada um com características específicas. Alguns, como o nelore/anelorado, tabanel e tabapuã, são escolhidos pela qualidade de sua carne ou leite, enquanto o gado crioulo/comum é mais comum e preferido por sua adaptabilidade e quantidade. Essa distinção entre qualidade e quantidade reflete a diversidade de objetivos dos criadores na região. Entre aqueles que ainda se dedicam ao trabalho no território, houve uma especialização nas diversas etapas do processo agrícola e do próprio gado. Antigamente, o envolvimento da família era essencial em todas as fases, desde o nascimento dos animais até o abate. Hoje em dia, alguns se dedicam exclusivamente a uma fase específica desse processo: o que antes era um esforço coletivo tornou-se mais individualizado. Assim, o "período das onças" representa uma fase de transformações na relação entre os Kalunga e suas criações, onde antigas tradições se adaptam aos desafios da modernidade.

Há uma nostalgia em relação ao passado, quando o clima era mais previsível, a natureza mais generosa e as famílias mais unidas. A cooperação era a chave para o sucesso. Hoje em dia, o clima mudou substancialmente, e muitos relatam que não há mais a mesma união entre as pessoas. O processo de cercamento e definição clara dos retiros de cada criador parece ser uma expressão desse movimento. Além disso, afirmam que o custo de vida aumentou. A ideia é de que antigamente vivia-se bem com pouco. São essas mudanças internas na estrutura familiar e de vizinhança que têm contribuído para a sensação de fragilidade do povoado em relação à sociedade circundante. Especialmente quando o presente é comparado com um passado em que a unidade familiar era a base da produção, reforçando o valor da terra como patrimônio. Não é raro que os Kalunga recordem esse passado como um período de fartura, onde tudo era abundante. A criação de gado desempenha um papel significativo nesse processo, sendo vista como uma importante ferramenta de preservação da tradição local. É o elo que liga o passado ao presente, oferecendo novas perspectivas para o futuro da comunidade.

Uma possível resposta à situação atual, defendida pelos mais velhos, é a valorização de sua identidade como quilombola e o reconhecimento dos serviços ambientais que a comunidade presta. Essa identidade situacional emerge como uma resposta diante de conflitos com grupos econômicos e agências governamentais, especialmente no contexto da busca pela reintrodução do curreleiro e da retomada de terras apropriadas ilegalmente por fazendeiros. No entanto, para a maioria da nova geração, a identificação como quilombola e a busca pela demarcação

definitiva de seu território não são suficientes para reforçar a necessidade de trabalhar na terra de seus pais. A busca por outras fontes de renda já se consolidou como uma realidade e há uma ideia difundida de que "no Kalunga não se pode mexer". Eles percebem que os benefícios desse processo muitas vezes se voltam mais para seus pais do que para eles próprios, uma vez que a maioria de suas aspirações não envolve o trabalho no campo.

Apesar disso, a discussão em torno da emergência da identidade quilombola tem exercido uma influência significativa na ampliação das perspectivas da comunidade em relação à regularização de seu território e à valorização do que é tradicional. Os Kalunga estão enfatizando que a titulação de suas terras pode ser uma forma de preservar a comunidade e o meio ambiente, facilitando a continuação de sua cultura, seja no que se refere à criação de animais, ao uso do solo, às festas tradicionais ou à estrutura familiar que eles valorizam. A autoestima dos moradores, juntamente com a identificação positiva com a noção de quilombola, é um dos aspectos mais visíveis desse esforço em direção à demarcação territorial²¹². No entanto, é importante destacar que esse é apenas o primeiro passo em direção à defesa dos direitos dessa comunidade como um todo.

Neste capítulo procurei analisar a relação dos Kalunga com a fauna doméstica, ao longo de seu processo histórico, que está contido na memória coletiva. Isso não apenas lança luz sobre um período considerado como de fartura, mas também sobre aspectos sociais fundamentais para a consolidação do modo de vida característico daquela comunidade rural. Esses aspectos, transmitidos pela história oral dos moradores, apontam para a importância da terra, do trabalho e da família como elementos centrais para a própria reprodução do grupo como coletividade. Sua estabilidade depende não apenas da permanência do produtor na terra, mas também da preservação do conhecimento tradicional. Parcela desse conhecimento, especialmente no que diz respeito à fauna selvagem, foi compartilhado comigo e está sistematizado no próximo capítulo, onde vou apresentar os riscos ao qual o gado da Prata está exposto.

²¹² SANTOS, 2012.

Capítulo 3 - Os desafios do Período das Onças

Todo ser que se atribui um ponto de vista será então um sujeito.
(Viveiros de Castro, no texto “A inconstância da alma selvagem”)

Atendendo a uma provocação dos colegas que me acompanharam nesta jornada e mesmo dos professores que participaram da banca de qualificação, este capítulo é uma ode aos bichos do Cerrado. Ao longo das próximas páginas, mergulho nos conflitos, nas curiosidades e nas complexas relações entre os Kalunga e a fauna selvagem, especialmente os grandes carnívoros locais. Explorei, a partir de um estudo etnográfico e amparado nos estudos humano-animal, as dinâmicas dessa coexistência, destacando como as histórias e experiências compartilhadas entre humanos e não humanos estão refletidas no modo de vida da comunidade.

3.1. Introdução

Cê quer saber de onça? Eh, eh, elas morrem com uma raiva, tão falando o que a gente não fala...
(Guimarães Rosa, no conto “Meu tio o Iauaretê”)

A evolução humana está intrinsecamente ligada às interações com a fauna selvagem. A nossa habilidade de sobreviver em competição com outras espécies foi um fator crucial em nossa ascensão como "superpredadores". Os primeiros hominídeos desenvolveram estratégias para evitar predadores, como vigilância eficiente, formação de grupos sociais para proteção e, ao longo do tempo, aprimoraram tecnologias, como armas, para reduzir ameaças de predadores. Conforme as primeiras populações humanas se expandiram, grandes mudanças ocorreram na abundância de grandes vertebrados. Há evidências sugerindo que os humanos contribuíram para a extinção de grandes mamíferos, particularmente no final do período glacial do pleistoceno. O

impacto das mudanças climáticas versus a caça humana na extinção da megafauna é um tema em debate contínuo²¹³.

Desde registros históricos mais antigos, como pinturas rupestres que mostram interações entre seres humanos e a vida selvagem, até os esforços para proteger colheitas e resolver conflitos com a vida selvagem nas civilizações antigas, como no Egito, Vale do Rio Indo, China, Grécia e na Bíblia Cristã, a convivência entre humanos e a fauna silvestre tem sido uma preocupação constante. Técnicas para proteger colheitas, repelir animais selvagens e reduzir danos surgiram com a disseminação da agricultura. Leis e políticas governamentais foram estabelecidas para abordar conflitos com a vida selvagem, algumas datando de tão cedo quanto 1424, na Escócia, para controlar danos causados por aves. Nos EUA, leis apoiaram a erradicação de predadores, como lobos, raposas e aves nas colônias iniciais, devido ao risco que representavam²¹⁴.

Em tempos mais recentes, houve apoio governamental à erradicação de predadores, muitas vezes devido ao perigo que representavam para os seres humanos. Espécies inteiras foram prejudicadas devido a conflitos com humanos, incluindo a erradicação quase completa dos tigres na China após dois milênios de conflito. A hostilidade em relação aos grandes carnívoros persistiu ao longo da história devido a impactos na saúde humana e nos meios de subsistência. Tais conflitos resultaram na erradicação de lobos na Europa e nos EUA e quase levaram à extinção de várias espécies de felinos²¹⁵. Mas nem tudo está perdido. A coexistência entre humanos e animais selvagens têm evoluído nas últimas décadas devido a um aumento na conscientização sobre a importância da biodiversidade, melhores informações, ferramentas, leis e instituições. Atualmente, valoriza-se mais a conservação da vida selvagem, o que resultou em uma mudança de paradigma de erradicação para coexistência e manejo sustentável²¹⁶.

Numerosos fatores sociais e ecológicos exercem influência sobre o risco de conflito entre humanos e a vida selvagem em várias escalas. Alguns dos fatores mais significativos subjacentes a esses conflitos envolvem o crescimento da população humana e o subsequente aumento da agricultura, uso da terra, exploração de recursos, avanços tecnológicos, sistemas de transporte e produção de energia. Normalmente, os conflitos entre humanos e a vida selvagem geralmente não ocorrem aleatoriamente, mas são influenciados por padrões específicos²¹⁷. No entanto, identificar esses padrões pode ser desafiador, devido à complexidade inerente ao

²¹³ NYHUS, 2016.

²¹⁴ Ibidem.

²¹⁵ Ibidem.

²¹⁶ Ibidem.

²¹⁷ Ibidem.

comportamento e à ecologia da vida selvagem, à variabilidade no comportamento humano, às mudanças sazonais, à prática de agricultura e pecuária, e à disponibilidade de recursos, elementos apresentados no capítulo anterior.

No núcleo populacional da Prata, onde estávamos, a atividade que predomina é a criação de gado de corte, uma das principais fontes de renda na região. Na equipe de campo, composta por mim e pelo guia, um morador local e futuro técnico agrícola, filho de um dos criadores entrevistados e neto de um caçador de onças, tínhamos objetivos de pesquisa que incluíam a descrição das interações com a fauna local, como parte do Programa de Conservação dos Mamíferos na Chapada dos Veadeiros. A interação predatória entre as onças e o gado era um tema de interesse compartilhado entre nós, o Programa e os criadores locais.

A predação por felinos em rebanhos domésticos não é uma novidade²¹⁸. Foi documentada na Venezuela²¹⁹ e também ocorreram casos de predação de rebanhos domésticos por onças no Chile²²⁰, Argentina²²¹ e em Belize²²². No Brasil, a predação de rebanhos domésticos por onças tem sido relatada em várias regiões²²³. Registros de ataques a rebanhos domésticos por onças-pardas e onças-pintadas remontam a décadas atrás²²⁴. Estudos mais recentes também documentaram esses conflitos em diferentes ecossistemas do Brasil, incluindo o Pantanal²²⁵, o Cerrado²²⁶, a Floresta Amazônica²²⁷ e a Mata Atlântica²²⁸. Esse tema está associado a discussões mais amplas relacionadas ao movimento ambientalista e à relação entre as práticas tradicionais e contemporâneas na criação de gado.

²¹⁸ PALMEIRA, F. B. L., & BARRELLA, W. (2007). Conflitos causados pela predação de rebanhos domésticos por grandes felinos em comunidades quilombolas na Mata Atlântica. *Biota Neotropica*, 7(1).

²¹⁹ POLISAR, J., MATIX, I., SCOGNAMILLO, D., FARRELL, L., SUNQUIST, M. E., & EISENBERG, J. F. (2003). Jaguars, pumas, their prey base, and cattle ranching: ecological interpretations of a management problem. *Biological Conservation*, 109, 297-310.

²²⁰ RAU, J. R., & JIMÉNEZ, J. E. (2002). Diet of puma (*Puma concolor*, Carnivore: Felidae) in coastal and Andean ranges of South Chile. *Studies on Neotropical Fauna and Environment*, 37, 201-205.

²²¹ PEROVIC, P. G., & HERRÁN, M. (1998). Distribución del jaguar *Panthera onca* en las Provincias de Jujuy y Salta, Noroeste de Argentina. *Mastozoología Neotropical*, 5(1), 47-52.

²²² RABINOWITZ, A. R. (1986). Jaguar predation on domestic livestock in Belize. *Wildlife Society Bulletin*, 14, 170-174.

²²³ PALMEIRA & BARRELLA, 2007.

²²⁴ VILLAS-BÔAS, C., & VILLAS-BÔAS, O. (1995). *A Marcha para o Oeste*. Editora Globo, São Paulo.

²²⁵ ZIMMERMANN, A., WALPOLE, M. J., & LEADER-WILLIAMS, N. (2005). Cattle ranchers' attitudes to conflicts with jaguar *Panthera onca* in the Pantanal of Brazil. *Oryx*, 39(4), 406-412.

²²⁶ PALMEIRA, F. B. L. (2004). Predação de bovinos por onças em propriedades rurais no Norte do Estado de Goiás. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP), Piracicaba.

²²⁷ MICHALSKI, F., BOULHOSA, R. L. P., FARIA, A., & PERES, C. A. (2006). Human-wildlife conflicts in a fragmented Amazonian forest landscape: determinants of large felid depredation on livestock. *Animal Conservation*, 9(2), 179-188.

²²⁸ CONFORTI, V. L., & AZEVEDO, F. C. C. (2003). Local perceptions of jaguars (*Panthera onca*) and pumas (*Puma concolor*) in the Iguazu National Park area, south Brazil. *Biological Conservation*, 111, 215-221.

As populações de animais de criação possuem uma influência ecológica e econômica de grande importância em todo o mundo, desempenhando um papel dominante no cenário global. O crescimento contínuo da produção de gado é um dos principais motores dos conflitos entre seres humanos e a vida selvagem em várias regiões. Os sistemas de criação de animais ocupam aproximadamente 30% da superfície terrestre não coberta por gelo, oferecem emprego direto para cerca de 1,3 bilhão de pessoas e sustentam os meios de subsistência de mais de 600 milhões de pequenos agricultores em todo o mundo, principalmente em países em desenvolvimento. Além disso, a pecuária é um dos subsetores agrícolas que mais tem crescido nos países em desenvolvimento. Esse crescimento, entretanto, está associado à perda e degradação de habitats, bem como a medidas retaliativas contra a predação de gado. Estes fatores desempenham um papel fundamental na diminuição das populações de predadores em várias regiões²²⁹.

É neste contexto que observei a Prata. Estávamos no final do período de seca, percorrendo uma estrada que cruzava a paisagem coberta por pequizeiros, cagaiteiras, baruzeiros, pés de cajú e diversas outras árvores, em uma área caracterizada por campos e serras cobertos com vegetação rasteira, entremeados por formações isoladas de floresta. O tempo de viagem entre as sedes variava de 10 minutos a uma hora, com algumas paradas para abrir os colchetes e apanhar cajuzinhos. Nas conversas, os animais mais citados foram: a onça-pintada (*Panthera onca*), a sussuarana (*Puma concolor*), o veado-campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*), o porco-espinho (*Coendou prehensilis*), o queixada (*Tayassu pecari*), o caítiu (*Pecari tajacu*), o macaco-prego (*Sapajus libidinosus*), o tatu-canastra (*Priodontes maximus*) e uma diversidade de aves que não vou me lembrar do nome porque elas sempre eram citadas quando já não estava gravando.

A espécie *Panthera onca* é a única representante viva do gênero *Panthera* encontrada no Novo Mundo. Era originalmente distribuída em 19 países da América, sendo que em dois deles, El Salvador e Uruguai, encontra-se extinta. Atualmente é encontrada em cinco dos seis biomas brasileiros existentes, à exceção do Pampa, onde foi extinta. Sua adaptabilidade a diferentes ambientes permite que ocupe desde regiões áridas até áreas pantanosas, moldando sua ecologia e comportamento conforme as variedades ambientais físicas e biológicas, predando as espécies localmente mais abundantes. Por ser uma espécie com alta exigência ecológica, que ocupa grandes áreas e é territorial, a *Panthera onca* se torna muito mais vulnerável à extinção do que outras espécies de animais. Predadores de topo, como a onça-

²²⁹ NYHUS, 2016.

pintada, agem como elementos-chave nas comunidades ecológicas e sua perda pode levar a mudanças dramáticas no funcionamento do ecossistema. Como ocorre em cada bioma, há diferentes tipos e níveis de ameaças à sua sobrevivência. No Cerrado, as principais ameaças incluem o desenvolvimento residencial e comercial, a agropecuária e modificações nos sistemas naturais, como desmatamentos e represamento da água²³⁰.

A onça-parda (*Puma concolor*) é um felino nativo das Américas conhecido por sua incrível adaptabilidade, sendo encontrado em uma ampla variedade de habitats no continente. Essa espécie tem a maior distribuição natural entre os mamíferos do hemisfério ocidental, estendendo-se desde o oeste do Canadá e Alasca até o extremo sul das Américas. No Brasil, está presente em todos os estados, mas sua abundância diminuiu devido à destruição de habitats naturais. A onça-parda, também chamada de suçuarana, puma, onça-parda, onça-vermelha e outros nomes, é o segundo maior felino do Novo Mundo, ficando atrás apenas da onça-pintada. Embora seu tamanho seja considerável, não é comumente classificada entre os "grandes gatos" devido à ausência de rugidos (esturros), uma característica do gênero *Panthera*. Esse felino tem hábitos solitários e é territorial, preferindo áreas com baixa densidade populacional. Seu território individual varia dependendo do ambiente e da disponibilidade de presas, sendo conhecida por sua habilidade predatória. Sua dieta inclui principalmente ungulados, como cervos, carneiros e porcos selvagens, gado doméstico, cavalos e ovelhas, além de aves, roedores e lagartos. É classificada como ameaçada de extinção, principalmente devido à perda de habitat causada pelo avanço da agropecuária. Essa degradação ambiental representa a principal ameaça a sua conservação, apesar de sua capacidade de adaptação. Além disso, a caça, tanto das presas naturais quanto da própria espécie, contribui para os riscos enfrentados por esses animais²³¹.

O veado-campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*) é uma espécie que a ciência descreveu pela primeira vez em 1758, quando suas populações eram muito mais extensas e ocupavam vastas áreas no território brasileiro e sul-americano. Registros desses animais fazem parte das anotações pioneiras de naturalistas, bem como os espécimes depositados em museus. Originalmente, o veado-campeiro habitava cerrados e outros ecossistemas abertos no Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina. No entanto, hoje em dia, suas populações estão restritas a áreas menores de sua distribuição original, e muitas delas estão isoladas geograficamente. Estudos apontam uma drástica diminuição de 98% em sua área de distribuição. Essa espécie tem preferência por habitats abertos, como os cerrados e os campos. Em um passado não muito

²³⁰ FRANCO, 2016.

²³¹ ((O))ECO. (2013). Onde menos se espera, Suçuarana. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/27667-onde-menos-se-espera-sucuarana/>. Publicado em 11 de outubro de 2013.

distante, o veado-campeiro habitava vastas áreas do Cerrado em todo o Brasil, bem como o Pantanal e os Campos Sulinos, com populações estimadas em dezenas de milhões de indivíduos em toda a sua região de ocorrência. Contudo, hoje em dia, estima-se que a população da espécie não ultrapasse 100 mil indivíduos. O veado-campeiro encontra-se ameaçado em todos os países onde é encontrado: Brasil, Uruguai, Bolívia, Argentina e Paraguai. As principais ameaças à sua sobrevivência incluem o avanço do desmatamento, a caça ilegal e a propagação de doenças transmitidas por animais domésticos. A conservação da espécie depende da criação de unidades de conservação, tanto públicas quanto privadas, de pesquisas científicas mais aprofundadas, de programas de ecoturismo ou turismo rural em propriedades privadas onde a espécie ocorre, bem como de ações para coibir a presença de animais domésticos dentro das áreas de conservação e para combater a caça ilegal, entre outras iniciativas²³².

O porco-espinho é uma das criaturas mais notáveis entre os roedores, reconhecido por seu corpo coberto de espinhos. Apesar de sua semelhança superficial com ouriços e equídnas, não possui parentesco com esses grupos. As diversas espécies de porco-espinho têm uma distribuição que abrange partes da Europa, África, Índia e América. Podem ser encontrados em diversos ambientes, desde as pradarias, desertos até as florestas, onde alguns são terrestres, enquanto outros são especialistas em viver nas copas de árvores, se locomovendo habilmente entre cipós e galhos. Entretanto, quando se discute a situação dos porcos-espinhos, é inegável que um quadro preocupante se desenha, especialmente em relação à espécie *Coendou prehensilis*. No passado, essa espécie era amplamente reconhecida em todo o território brasileiro, mas estudos recentes indicam que sua presença tem se limitado bastante. Essa constatação acende um sinal de alerta quanto à possível ameaça de extinção dessa espécie. As causas desse risco de extinção abrangem dois fatores principais. Primeiramente, a perda de habitat devida ao desmatamento é um problema crítico que precisa ser enfrentado com urgência para reduzir a ameaça de extinção. Em segundo lugar, a caça ainda é um desafio significativo, pois esses animais são frequentemente alvo de caçadores em busca de sua carne²³³.

O *Pecari tajacu*, conhecido popularmente como caititu ou cateto, caracterizado por sua capacidade de adaptação, prospera em uma ampla variedade de habitats, desde florestas úmidas até regiões semiáridas. Sua dieta diversificada, bem como suas adaptações fisiológicas e comportamentais, tornam-no resiliente e capaz de sobreviver em diversas condições. Embora

²³² LACERDA, A.C.R. (2008). Ecologia e estrutura social do veado-campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*) no Pantanal. Tese de Doutorado em Biologia Animal, Universidade de Brasília, Brasília.

²³³ MENEZES, F. H.; FEIJÓ, A.; FERNANDES-FERREIRA, H.; DA COSTA, I. R.; CORDEIRO-ESTRELA, P. (2021). Integrative systematics of Neotropical porcupines of *Coendou prehensilis* complex (Rodentia: Erethizontidae). *Journal of Zoological Systematics and Evolutionary Research*, p. 1-30.

esteja sujeito a ameaças em algumas regiões devido à perda de habitat, seu estado de conservação é considerado mais estável, exceto na Mata Atlântica, onde é classificado como "Quase Ameaçado". Nos demais biomas brasileiros, o *P. tajacu* é categorizado como "Menos Preocupante". Por outro lado, o *Tayassu pecari*, popularmente conhecido como queixada, frequentemente denominado o "arquiteto dos ecossistemas", desempenha um papel vital na estruturação de comunidades vegetais, principalmente por meio da dispersão de sementes. Apesar de apresentar semelhanças notáveis com o cateto, o queixada enfrenta desafios significativos quando se trata de sua sobrevivência e preservação. Essa espécie está atualmente classificada como criticamente ameaçada na Mata Atlântica e como ameaçada no bioma do Cerrado²³⁴.

Os queixadas, com seus hábitos diurnos e terrestres, vivem em grupos que podem atingir até 300 indivíduos. São sociais, demonstrando uma notável coesão grupal. Esses animais têm uma capacidade singular de se defenderem quando ameaçados, sendo capazes de afugentar predadores que se aproximam. A territorialidade é marcante nos queixadas, com grupos que podem ocupar áreas de vida impressionantes, abrangendo até 7 mil hectares. No entanto, são altamente sensíveis a alterações no ambiente. Os queixadas se destacam por uma série de vocalizações distintas, incluindo batidas de mandíbulas, e fazem uso de secreções produzidas por glândulas para manter a coesão do grupo e demarcar territórios. Uma peculiaridade desses animais é seu gosto por revolcar-se na lama, um comportamento que desempenha um papel importante em seu modo de vida²³⁵.

A situação de conservação do queixada é classificada como "vulnerável", tanto na lista nacional do ICMBio quanto na da IUCN. No entanto, em alguns biomas, a situação se torna mais crítica. Nas regiões da Mata Atlântica e do Cerrado, a espécie é classificada como "criticamente ameaçada" e "em perigo", respectivamente. A principal ameaça que paira sobre esses animais inclui a caça e a perda de habitat. Dada a natureza de viverem em grupos extensos, os queixadas requerem vastas áreas para obter recursos, tornando a fragmentação do habitat uma das maiores preocupações para sua preservação²³⁶.

O *Sapajus libidinosus*, popularmente conhecido como macaco-prego-amarelo, é uma espécie peculiar de primata que habita as regiões do Brasil. Esses animais, que vivem em grupos

²³⁴ SILVEIRA, A. L.; PACHECO, S. A. (2018). Ocorrência de queixada (*Tayassu pecari*), caititu (*Pecari tajacu*) e javaporco (*Sus scrofa*) (Mammalia, Cetartiodactyla) em João Pinheiro, Cerrado de Minas Gerais, Brasil. Revista Brasileira de Zoociências, v. 19, n. 1.

²³⁵ Equipe Onçafari. Queixada (*Tayassu pecari*). Nossa Fauna. Disponível em: https://oncafari.org/especie_fauna/queixada/. Acesso em: 9 de setembro de 2023.

²³⁶ Ibidem.

de cerca de dez indivíduos, mas já foram observados em grupos de até 50, destacam-se por sua capacidade de adaptação e habilidades notáveis. Embora sejam primatas arborícolas, não é raro vê-los explorando o solo das florestas. Uma característica notável desse gênero de macacos é o uso de ferramentas, uma estratégia incomum entre os primatas neotropicais. Essas ferramentas permitem-lhes acessar uma variedade de alimentos, como frutos com cascas rígidas, por exemplo, coco, e crustáceos, que estão fora do alcance de muitos outros primatas. Sua dieta é incrivelmente diversificada, abrangendo flores, folhas, sementes, brotos, frutos, ovos de aves, insetos e até pequenos vertebrados, como roedores e lagartos. O *Sapajus libidinosus* é endêmico do Brasil, sendo encontrado em uma variedade de estados, como Ceará, Bahia, Alagoas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Tocantins, Paraíba, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e o Distrito Federal. Sua área de ocorrência abrange cerca de 20.000 km², com uma ampla faixa de uso que excede 2.000 km². Esses macacos são versáteis em termos de habitat, ocupando ambientes que vão desde florestas ribeirinhas a formações arbóreas e arbustivas. Eles também podem ser encontrados em manguezais, não se limitando apenas a florestas primárias. No que diz respeito ao seu status de conservação, a IUCN classifica essa espécie como "Pouco Preocupante". No entanto, eles enfrentam ameaças significativas, como incêndios, expansão agrícola, urbanização, pecuária, desmatamento, fragmentação de habitat, caça e epidemias, entre outros. A degradação das áreas dos biomas Caatinga e Cerrado, que representam cerca de 50% do habitat desses primatas, é particularmente preocupante. Além disso, o tráfico ilegal é uma ameaça crescente, com um grande número de espécimes apreendidos nos centros de triagem de animais silvestres²³⁷.

O tatu-canastra, a maior espécie de tatu do mundo, é uma criatura notável, que pode atingir impressionantes 1,5 metros de comprimento e pesar até 60 quilos, sendo os machos visivelmente maiores e mais pesados que as fêmeas. No entanto, esses gigantes permanecem em grande parte invisíveis, devido ao seu comportamento solitário e hábitos noturnos. A dieta do tatu-canastra consiste principalmente de cupins e formigas, e é notável a sua capacidade de destruir cupinzeiros durante a alimentação, desempenhando assim um papel vital no controle das populações desses insetos. Lamentavelmente, nos últimos 24 anos, estima-se que pelo menos 30% da população desses animais tenha sido perdida, devido à caça e à destruição dos

²³⁷ Museu do Cerrado. (2021). *Sapajus libidinosus*, (Spix, 1823). Disponível em: <https://museucerrado.com.br/sapajus-libidinosus-macaco-prego-amarelo/>. Acesso em: 9 de setembro de 2023.

biomas brasileiros. No Cerrado, que sofre particularmente com a devastação, o tatu-canastra enfrenta uma de suas maiores ameaças²³⁸.

3.2. Alguns pontos de conflito

Na região da Prata, as plantações são predominantemente de milho, embora a mandioca seja bastante comum devido à sua resistência à seca. Essas plantações geralmente são destinadas ao consumo doméstico. Além disso, a criação de galinhas é comum e serve principalmente para suprir as necessidades das famílias locais em termos de ovos e carne de frango, além de manter a área livre de insetos peçonhentos. A criação de porcos não é rara e o abate de um porco é um evento significativo que reúne famílias vizinhas. Durante essa ocasião, as partes do porco são negociadas e compartilhadas, fortalecendo os laços de reciprocidade entre os moradores da região.

De acordo com os relatos dos mais jovens, criar porcos pode ser uma opção vantajosa em comparação com o gado por algumas razões. Primeiro, os porcos geralmente exigem menos espaço e recursos para alimentação do que o gado, o que pode resultar em menores custos operacionais. Além disso, os porcos tendem a crescer e atingir o ponto de abate mais rapidamente do que o gado, o que significa que é possível obter lucro mais rapidamente. São mais fáceis de manejar, pois a criação é sempre fechada em espaços relativamente próximos às residências, mas nem isso consegue evitar totalmente a predação.

Nas plantações da região, os maiores problemas enfrentados pelos agricultores são causados principalmente por pássaros, mas caititus e macacos também são considerados um incômodo. Relatos locais indicam que os bandos de caititus podem ser extremamente grandes, chegando a ter mais de 50 indivíduos. É um animal que quando cresce fica mais ou menos do tamanho de um cachorro grande. Ele tem um focinho comprido, pernas curtas e pelagem cinza com manchas pretas e um colar de pelos brancos ao redor do pescoço. Parece um pouco com um porco, mas é menor. Quando fica nervoso, ele bate os dentes assim como o queixada. Os caititus têm uma carne gostosa, parecida com a de porco, com menos gordura. É uma carne apreciada por muitas pessoas por ser macia e saborosa. Problemas relacionados a queixadas e veados destruindo plantações são menos frequentes.

²³⁸ AMDA - Associação mineira de defesa do ambiente. Em 15 anos, tatu-canastra pode desaparecer do Cerrado no Mato Grosso do Sul. 31 de Março de 2021. Disponível em: <https://www.amda.org.br/index.php/comunicacao/noticias/6213-em-15-anos-tatu-canastra-pode-desaparecer-do-cerrado-no-mato-grosso-do-sul>. Acesso em: 9 de setembro de 2023.

Já os macacos da região não são muito maiores que um gato doméstico. Eles têm uma pelagem que geralmente é amarela ou bege, mas os membros e o topete na cabeça são escuros, quase pretos. Normalmente, eles andam em grupos com cerca de 10 macacos. São geralmente tímidos e preferem manter distância das pessoas. Os prejuízos nas plantações da região podem ter um impacto considerável, embora sua avaliação seja complexa devido à natureza particular da roça. Nessa parte do sertão, o cultivo de alimentos como mandioca, milho e outros produtos agrícolas é voltado principalmente para o consumo local e a subsistência das famílias. Isso significa que as perdas não são necessariamente traduzidas em termos monetários, como ocorre com a criação de gado, que é mais diretamente associada ao mercado.

Figura 06 - Ilustração das pegadas orientada pelos interlocutores



Fonte: do autor

Na representação acima, ilustro, com base nos relatos e gestos feitos por alguns interlocutores, as pegadas de alguns animais que têm sido fonte de conflitos na comunidade. A frequência de conflitos entre a vida selvagem e as atividades humanas muitas vezes varia consideravelmente entre indivíduos ou grupos. Alguns animais ou grupos podem raramente ou nunca se envolver em conflitos, enquanto outros ocasionalmente ou frequentemente participam de tais interações. Diferentes estágios de vida dos animais também podem influenciar a probabilidade de conflito. Animais mais velhos, feridos ou doentes podem ser mais propensos a se envolver em depredação de gado, invasão de colheitas ou outros comportamentos arriscados. Isso pode ocorrer porque esses animais não conseguem competir eficazmente por

presas selvagens ou foram deslocados para habitats menos ideais por competidores mais jovens. No entanto, a extensão desse fenômeno ainda é objeto de debate²³⁹.

O sexo dos animais também é um fator relevante. Elefantes machos asiáticos e elefantes africanos machos estão desproporcionalmente envolvidos em comportamentos invasivos em plantações. No caso de felinos, os machos têm maior probabilidade de matar gado do que as fêmeas. Ursos machos subadultos frequentemente invadem áreas habitadas por seres humanos. Há evidências de que a aprendizagem social desempenha um papel significativo na aquisição de comportamentos de ataque em algumas espécies. Por exemplo, em certas populações de elefantes, um subconjunto de animais é responsável por uma parcela significativa dos ataques a colheitas. Isso sugere que os elefantes jovens podem ser influenciados por membros mais velhos do grupo que demonstram comportamento invasivo²⁴⁰.

Além disso, fatores ecológicos, como a disponibilidade de alimentos e água, também desempenham um papel importante na distribuição e na abundância dos conflitos. A disponibilidade de presas selvagens pode afetar o potencial de conflito; por exemplo, ataques de felinos a gado e humanos são mais comuns quando há menor disponibilidade de presas. No entanto, conflitos também podem ocorrer em áreas com alta densidade de presas, dependendo do comportamento do predador. A distribuição espacial de humanos e vida selvagem também influencia os padrões de conflito. A proximidade de áreas protegidas muitas vezes é um preditor de conflitos, e a distância entre habitats naturais adequados para predadores e áreas habitadas por humanos desempenha um papel crucial na taxa de predação²⁴¹.

Em resumo, a cada parada surgiam histórias envolvendo a fauna local que revelavam um pouco mais dos fatores biológicos, ecológicos, sociais e culturais vinculados à interação humano-animal, como caçadas de antas, plantações danificadas por caititis e queixadas, cachorros que haviam sido feridos por porco-espinho, ou que eram bons caçadores de tatus, criatórios de abelhas destruídos por tatus, além de diversos outros relatos. No entanto, nenhuma dessas histórias era tão frequentemente narrada e tão impactante quanto aquelas envolvendo as onças. Em cada parada, eram compartilhadas experiências de perdas, desde bezerros até touros, galinhas e burros. Isso porque os ataques desses felinos tornaram-se cada vez mais intensos e frequentes nos últimos anos, o “Período das Onças”.

Os rastros deixados pelas onças foram descritos minuciosamente, incluindo as diferenças entre os tipos de pegadas, a maneira como cobriam ou não a presa, o período e a área

²³⁹ NYHUS, 2016.

²⁴⁰ Ibidem.

²⁴¹ Ibidem.

de caça mais comum, a ousadia da onça lombo preto, a majestuosidade da onça pintada e a beleza aterradora da onça preta. As narrações das caçadas durante o período do curraleiro eram particularmente instigantes, envolvendo incursões de dias pela mata em busca das onças, uma espécie de ritual que separava os meninos dos homens. Matar uma onça era uma tarefa árdua, geralmente os cachorros eram os primeiros a chegar, e, se era onça velha - atributo associado à astúcia -, os cachorros acabavam mortos. As caçadas eram extenuantes e exigiam resistência, havia peões que não conseguiam aguentar e, em alguns casos, tiveram que ser resgatados por exaustão ou medo.

Um interlocutor destacou que a caçada ocorria somente quando a onça ultrapassava certos limites, a exemplo de quando matou oito animais na mesma noite. No entanto, hoje em dia, as grandes caçadas já não ocorrem mais e não existem mais caçadores tão habilidosos como antigamente, características que marcam o período das onças. Além disso, afirmou um interlocutor, as onças tornaram-se mais espertas, algumas delas conseguem até mesmo detectar se a carcaça contém veneno, ou se estão sendo observadas por humanos.

A onça é um dos maiores e mais emblemáticos felinos do hemisfério ocidental. Sua presença na América Central e do Sul tem profundas raízes culturais e simbólicas ao longo da história. Este majestoso felino frequentemente serviu como um ícone de realeza e poder, representando uma força protetora contra outras influências malévolas. No entanto, a relação entre os seres humanos e as onças também envolveu medo e caça, não só no Kalunga, mas em todo continente. Embora fosse vista como um ser místico e simbólico, a onça viva sempre foi temida devido à sua natureza como predador perigoso. Sua reputação como caçadora eficaz e seu estatuto no topo da cadeia alimentar inspiram tanto admiração quanto cautela nas comunidades que compartilham seu habitat²⁴².

O Programa de Conservação, coordenado pelo historiador José Luiz Andrade Franco e pelo biólogo André Cunha, ambos da Universidade de Brasília, está focado na pesquisa dos mamíferos da Chapada dos Veadeiros. Os objetivos da pesquisa incluem ampliar o conhecimento sobre as interações entre seres humanos e o meio ambiente, bem como desenvolver planos de desenvolvimento territorial com uma abordagem conservacionista. Uma das questões críticas abordadas pelo programa é a análise da dinâmica da comunidade Kalunga em relação à paisagem, especialmente em relação à fauna selvagem e, conseqüentemente, o impacto da predação de onças nos rebanhos de gado.

²⁴² WOODROFFE et al, 2005.

Não é possível ignorar que até poucas décadas atrás o comércio de peles era atividade econômica importante na região da Chapada dos Veadeiros. No entanto, a partir da década de 1970 - que coincide com o período da inserção de novas variedades de gado na região e o *boom* da pecuária em Goiás - convenções comerciais internacionais sobre peles de gatos malhados foram adotadas e a caça às onças se tornou ilegal na maioria dos países onde elas são encontradas. Embora isso tenha reduzido a matança de onças-pintadas, especialmente por motivos lucrativos, a ilegalidade da caça exacerbou o conflito entre as onças e o gado, uma vez que as pessoas agora sentiam que não tinham nenhum recurso legal para lidar com as incursões desses felinos²⁴³.

Atualmente, os ataques de onças ao gado são a principal razão para a perseguição e eliminação desses felinos por criadores. Essa prática, retaliatória à predação de gado, é considerada uma das principais ameaças à conservação das onças, tanto a pintada como a parda. Nas áreas rurais, o desenvolvimento da atividade pecuária tem sido associado ao aumento de conflitos, especialmente devido aos modelos de criação e gestão de gado. Mudanças sazonais na pecuária, como os períodos de reprodução do gado ou o deslocamento para áreas vulneráveis, como o agreste, frequentemente aumentam o risco de conflitos. Em síntese, à medida que o contato entre as onças e o gado aumenta, o problema da predação também cresce. Por outro lado, os picos diários na atividade humana podem diminuir o risco de conflitos, uma vez que a presença humana constante pode dissuadir a vida selvagem de se aproximar de áreas vulneráveis²⁴⁴.

Já tendo discutido os métodos de criação de gado no capítulo anterior, vale ressaltar o impacto da comunicação via *WhatsApp* no manejo do gado, especialmente no que diz respeito aos ataques das onças. A notícia de um bezerro morto hoje pode se espalhar por toda a comunidade em questão de horas, o que pode ser um dos fatores que contribuem para a afirmação de que os últimos anos foram marcados por um aumento nos ataques de onças. O *WhatsApp* também é usado para disseminar histórias, que diversos interlocutores dizem não poder confirmar a sua veracidade. Um exemplo disso é a suposta soltura de quatro onças "mansas" na região "pelo pessoal do parque". Até o momento, não existe um sistema de monitoramento consolidado para além dos grupos no aplicativo de mensagem, embora a sua criação possa ser um dos possíveis resultados do Programa, a fim de quantificar as perdas e diferenciar a predação por onças de outras causas de morte, entre outros aspectos.

²⁴³ Ibidem.

²⁴⁴ NYHUS, 2016.

O que existe é um sistema de classificação e identificação oral das principais características dos riscos aos quais o gado está exposto. Pelos relatos, esses riscos podem ser divididos em diferentes níveis de intensidade. Os mais graves incluem o roubo de animais, que ocorre com maior frequência e intensidade, representando uma ameaça significativa para os criadores. Além disso, a presença de onças na região também representa um risco mais elevado para o gado. Em um nível intermediário de risco, encontram-se as frutas do Cerrado, a flor de pequi e algumas ervas que podem ser tóxicas para o gado. No entanto, esses riscos podem ser mitigados por meio de um manejo adequado das pastagens e da alimentação do rebanho. Por fim, em um nível de menor intensidade, mas ainda importantes, estão os riscos relacionados a cobras venenosas e acidentes, que podem ocorrer. São citadas cobras venenosas, como a cascavel e a jararaca, que embora representem um risco, são entendidas como uma ameaça menor em comparação com outros perigos mencionados anteriormente. As pessoas costumam dizer que essas cobras não atacam por necessidade de se alimentar, mas sim por "maldade", usando a expressão "ofendido de cobra" para se referir ao ataque.

Tabela 3 - Sistema de classificação local dos riscos do gado

Risco alto	Risco médio	Risco baixo
Predação	Intoxicação	Ataque por cobras
Roubo		Acidentes

Fonte: do autor

Nos "boqueirões de erva", uma situação peculiar foi narrada: se um grupo de 30 animais entra na área, todos os animais acabam morrendo. Esse fenômeno é atribuído ao fato de que o gado fica "empanzinado" (cheio de comida pouco nutritiva) quando se alimenta dessa vegetação específica. Devido a esse comportamento, é necessário isolar o boqueirão para evitar que os animais acessem essa área. Curiosamente, é descrito que a erva tem um aroma semelhante ao mentol, o que atrai o gado, mesmo que a consequência seja fatal. Nos relatos, a "erva" compreende uma série de plantas diferentes: uma "pequena roxa", de odor forte (que pode ser referência à planta conhecida como margaridinha ou mesmo a maria-preta); um "arbusto que lembra quebra-pedra" (provavelmente tamboril/orelha-de-macaco); e uma árvore (talvez barbatimão).

A margaridinha, quando consumida pelo gado, pode causar intoxicações. Os sintomas incluem apatia, anorexia, icterícia, fezes moles com sangue, inchaço na face e membros, urina escura, lacrimejamento, salivação excessiva e fotossensibilização. Outra planta tóxica é a maria-preta. Ela pode causar sintomas como apatia, anorexia, narinas secas, pelos arrepiados, ranger de dentes, entre outros. Os animais também podem se intoxicar ao ingerir a fava da orelha-de-macaco durante a seca. Os sintomas incluem diminuição do apetite, diarreia, sede intensa e desidratação. O barbatimão também representa um risco para o gado devido à presença de taninos na casca da árvore e saponinas nos frutos. As intoxicações geralmente ocorrem entre junho e setembro, afetando animais famintos que consomem as favas caídas no chão. Os sinais de intoxicação incluem apatia, anorexia, desidratação, tremores musculares, erosões na mucosa bucal e outros sintomas. No entanto, é importante ressaltar que, com o manejo adequado, esses riscos relativos à flora podem ser minimizados. Por exemplo, a adoção de práticas de monitoramento constante do rebanho e o cercamento dos boqueirões ajudam a evitar que o gado consuma plantas venenosas. Os criadores de gado na região da Prata estão familiarizados com eles e trabalham ativamente para mitigar essas ameaças.

O roubo de gado também é um problema significativo na região e, muitas vezes, o desaparecimento de animais é atribuído à presença da onça. A dinâmica dos roubos de gado na região apresenta vários aspectos, como o conhecimento dos ladrões pelos moradores locais. Isso cria uma situação desafiadora, pois a confiança nas autoridades é baixa. Os roubos são realizados de maneira discreta, geralmente focando em levar um animal de cada vez. Essa abordagem furtiva dificulta a detecção imediata dos roubos, principalmente no caso da criação solta, o que permite que os ladrões continuem suas atividades por períodos prolongados. Outro ponto notável é que os animais na região estão acostumados à presença humana. Isso pode torná-los alvos mais suscetíveis, já que não costumam reagir de maneira agressiva ou suspeita à presença de estranhos. Outros animais, como burros e cavalos, também são alvos de roubo na região.

Os ladrões parecem empregar diferentes estratégias de roubo, incluindo o roubo de bezerros para secar o leite das vacas e adquirir animais a preços mais baixos. Finalmente, quando os ladrões são descobertos, parece haver uma tendência para que eles devolvam o que foi roubado e ofereçam alguma forma de compensação, reatando os laços de reciprocidade. Isso pode ser uma estratégia para evitar confrontos diretos e manter relações relativamente pacíficas na comunidade. Essa complexidade na dinâmica dos roubos tem ainda outra camada: muitos criadores relatam que os ladrões são vizinhos ou mesmo familiares. O desaparecimento

contínuo e a ausência de investigação, comum na maioria dos casos, contribui para a perpetuação da onça como a principal causadora de conflitos, enquanto roubos muitas vezes passam despercebidos ou não são devidamente denunciados.

É interessante notar que essa dinâmica de roubo, particularmente quando cometido por vizinhos, conhecidos ou até mesmo parentes, está intrinsecamente ligada às redes de reciprocidade e solidariedade que permeiam a comunidade. Afinal, o roubo não deixa de ser uma forma de redistribuição da produção. Essas relações são evidenciadas na maneira como a comunidade lida com aqueles que cometeram o delito. Isso me faz lembrar da história apresentada no capítulo 1, sobre o pai que se transformava em onça e matava o gado do filho. Ela pode oferecer percepções sobre como certos problemas na comunidade são solucionados sem recorrer necessariamente a processos públicos ou questões jurídicas. Muitas vezes, a resolução de conflitos envolvendo prejuízos causados por pessoas do próprio núcleo familiar ou por aqueles próximos à comunidade não ultrapassa os limites do território e dos acordos locais. Quando o guia mencionou, em tom satírico, que “tem muito ladrão virando onça”, ele destacava como a onça se torna uma forma de proteção e, em alguns casos, uma válvula de escape para questões sociais mais complexas, que seriam mais difíceis de abordar de outras maneiras.

3.3. O desafio

Onça é bicho doido para caminhar, e que anda só de noite, campeando o que sangrar (...)
(Guimarães Rosa, no conto “O burrinho pedrês”)

Por fim, o risco das onças. Segundo relatos na Prata, há uma variedade de tipos de onça, incluindo a onça pintada, a lombo preto, a sussuarana/parda/vermelha e a onça preta. A sussuarana e a lombo preto são mais comuns na área, sendo a sussuarana a mais propensa a caçar bezerros e animais domésticos de pequeno porte. A caça de onças não é mais tão comum como costumava ser e os caçadores profissionais são difíceis de encontrar devido aos altos custos envolvidos. As onças parecem ter se adaptado à presença humana, demonstrando uma capacidade de perceber quando estão sendo observadas. Os encontros e ataques são chamados de "desafio".

Alguns moradores afirmam que certas onças podem estar agindo de maneira incomum, como se tivessem sido "mandadas". Há uma percepção de que desenvolveram um gosto por interações com humanos, preferindo caçar em áreas mais próximas às atividades humanas.

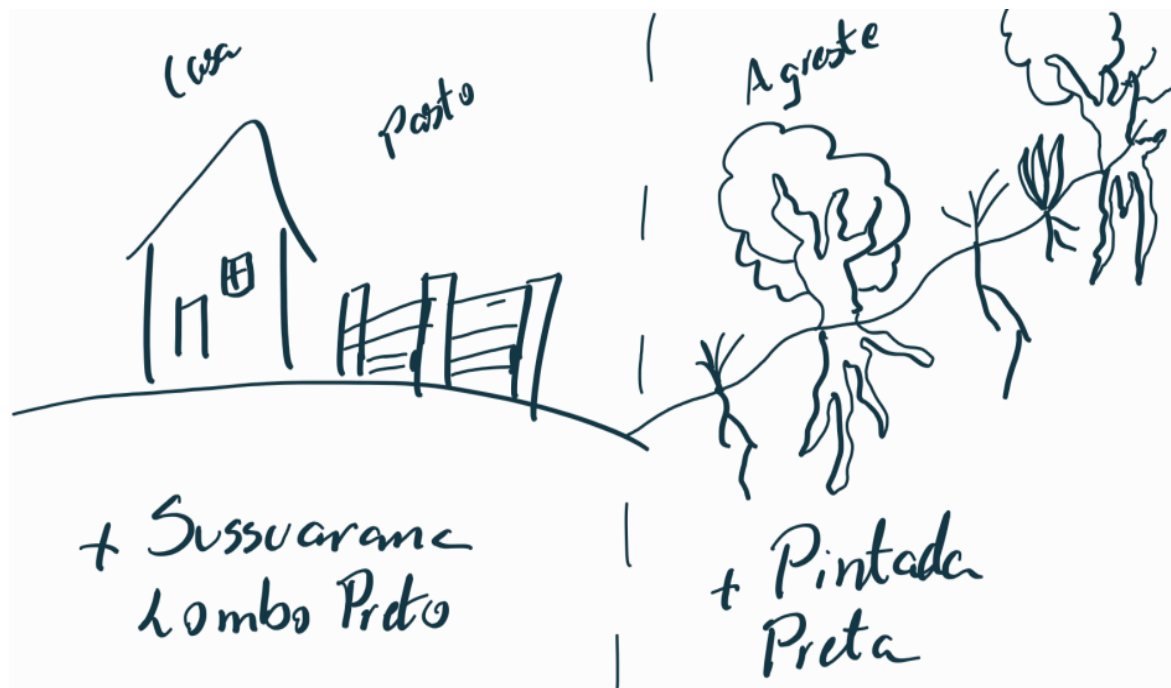
Além disso, as sussuaranas na região parecem ter uma familiaridade com os habitantes, levando a situações em que esses animais se aproximam das pessoas em busca de comida. Isso cria um cenário desafiador, especialmente quando se trata da predação de cachorros.

A onça-pintada, apesar de "ser mais tímida", evitando a presença humana e aparecendo nos arredores das fazendas com menos frequência, causa conflitos atacando rebanhos domésticos no agreste. Sua pelagem varia de amarelo-claro a dourado e apresenta manchas pretas em forma de rosetas, que ajudam a diferenciar cada indivíduo. É descrita como muito inteligente e tende a atacar somente na madrugada. Existem variações melânicas, conhecidas como onças pretas, que têm uma coloração de fundo preto, mas também exibem as rosetas. Moradores da região relatam diferenças no rastro das onças pintadas e pretas. Segundo eles, o rastro da onça preta é descrito como mais redondo em comparação com o da onça pintada, que é "uma flor perfeita".²⁴⁵ Além disso, afirmam que esses felinos têm uma grande área de deslocamento, sugerindo que uma onça que é vista em um local pode percorrer até 60 km ou mais em busca de comida ou território. Uma peculiaridade narrada é que, quando uma onça mata uma presa, geralmente não consome as tripas, deixando-as para trás.

As onças têm uma preferência por bezerros novos como presas, mas também são capazes de abater animais maiores se estiverem com fome. Em algumas situações, as onças podem entrar no pasto e matar o gado sem a intenção de consumi-lo, deixando a carcaça para trás. Os moradores atribuem isso à educação dos filhotes. É importante notar que as onças podem representar uma ameaça especialmente se as vacas dão à luz na serra/no agreste, onde são mais ativas. À medida que os bezerros crescem e se tornam mais ágeis, eles se tornam menos vulneráveis aos ataques das onças. Portanto, evitar que as vacas tenham os filhotes na serra é uma medida preventiva para proteger o gado contra esses predadores.

Figura 07 - Ilustração das áreas de maior incidência

²⁴⁵ Trata-se de percepção que não é confirmada pelos especialistas da academia, posto que se trata da mesma espécie e que os indivíduos melânicos não apresentam variação em termos de estrutura morfológica.



Fonte: do autor

Nesta outra ilustração, demonstro as áreas de maior incidência de ataques com base nos diferentes tipos de onças descritos pelos moradores. À esquerda, observamos a região de predomínio da sussuarana e da lombo preto, que coabitam áreas mais próximas das casas e dos pastos. À direita, no agreste, está o domínio da pintada e da preta, que têm a tendência de evitar proximidade com as residências e as pessoas.

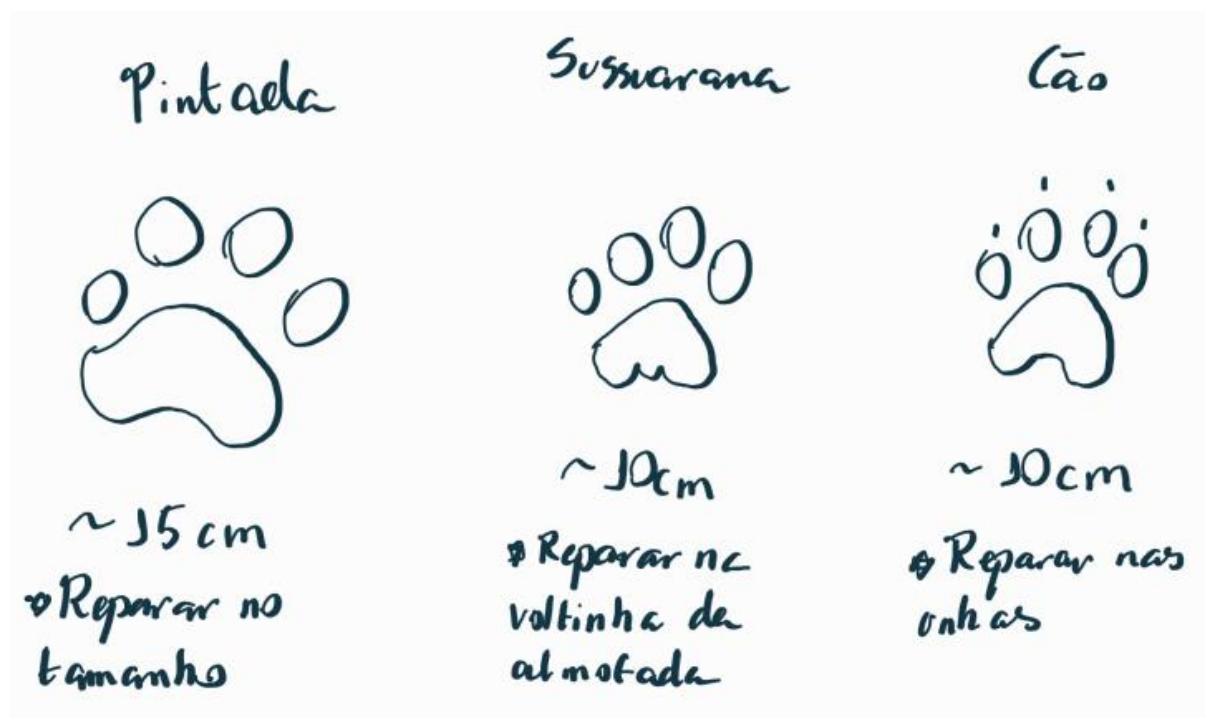
Ao abater uma presa, normalmente a onça-pintada a arrasta para uma gruta e cobre com folhas e galhos, deixando um rastro de sangue. Segundo os moradores, se ela cobrir a presa, ela volta, diferente da sussuarana que "não tem compromisso". É destemida e "brinca" com os que tentam caçá-la, matando os cachorros que normalmente acompanham o caçador. Segundo relatos dos moradores, no passado, a caça às onças era uma atividade realizada por grupos armados, muitas vezes acompanhados por cães treinados. No entanto, abater uma onça era algo raro, e o objetivo principal era afugentá-la para garantir alguns dias de tranquilidade. Quanto aos cães da região, os moradores relatam que predominam raças como o americano, vira-lata e pitbull, enquanto outras raças são menos comuns. O cão americano é considerado um dos mais adequados para caça.

A sussuarana é descrita como "lerda" e "acostumada com gente". Possui um corpo alongado, cabeça pequena, pescoço e cauda longa, pernas muito fortes, orelhas pequenas e curtas, e é altamente ágil, podendo saltar vários metros. Os interlocutores relataram que a sussuarana "estrala" a orelha, produzindo um som bastante específico, que denuncia sua

presença. Essas criaturas podem caçar a qualquer hora do dia, mas preferem o crepúsculo. A lombo preto é descrita como uma sussuarana com uma faixa preta que segue ao longo de sua coluna. É menos vista que a sussuarana comum, mas é mais "atentada". Segundo os moradores, "desafia" na frente de casa, no galinheiro ou no chiqueiro. Isso quando não abate os cachorros que "tentam ser valentes". Há relatos de que são capazes de identificar carcaças envenenadas. Cobrem as presas com folhas e terra e "não tem compromisso" de voltar a comer de uma presa coberta²⁴⁶. Além da carcaça coberta, deixam rastros como pegadas e fezes.

As pegadas da onça-pintada são grandes e fáceis de reconhecer, com exceção de uma onça-pintada chamada de mão-torta, que esconde os rastros girando a pata no caminhar, segundo relatos. A pegada da frente é maior, medindo de um palmo, enquanto a pegada de trás é um pouco menor. Elas têm uma almofada grande e arredondada na parte de baixo, e os dedos são redondos, sem marcas das unhas. A carcaça fica bastante destruída pela força do bicho. É comum encontrar buracos na cabeça e no cupim. A sussuarana normalmente morde o pescoço. Urubus ajudam bastante a encontrar os animais mortos.

Figura 08 - Ilustração das pegadas orientada pelos interlocutores



Fonte: do autor

²⁴⁶ Novamente, uma percepção que não é confirmada pelos especialistas da academia. Não é comum que a sussuarana cubra a presa abatida.

Na ilustração acima, apresento as pegadas dos diferentes tipos de onça juntamente com a pegada de um cão ao lado. Essa representação é baseada nos gestos e explicações feitas pelos interlocutores, que destacaram que a pata da pintada é notavelmente maior e tem uma curvatura para dentro, como evidenciado à esquerda. Na suçuarana, que está no centro, a curvatura é para fora, uma característica útil para evitar confusão com as pegadas de animais domésticos, como o cão que aparece à direita. Mesmo que o tamanho da pegada do cão seja semelhante ao da sussuarana, a curvatura para dentro e as garras são características distintivas, conforme observado pelos moradores.

Segundo relatos, os ataques de onça têm picos, e estavam mais intensos há cerca de três meses (entrevista de setembro de 2023). Normalmente, quando retorna, abate várias reses por noite, preferindo bezerras, e come apenas uma parte de cada um (“às vezes arranca só a língua, de outro bebe só o sangue”). É amplamente aceito que mais de um indivíduo de onça habita a região, com rastros de onças grandes e ao menos dois filhotes sendo observados. Em caso de encontro com uma onça, as orientações incluem nunca virar as costas, desviar do caminho ou correr. Subir em uma árvore com galhos finos pode ser uma boa opção, pois “onça só sobe em pau grosso”. Gritar pode ser uma forma de espantar a fera. Reagir “só se estiver armado e tiver coragem de puxar o gatilho”²⁴⁷. As pessoas concordam que os ataques de onças eram menos frequentes no passado, no tempo do curraleiro. Atualmente, os relatos possibilitam concluir que ocorre um ataque de onça a cada 60 dias por propriedade. Com um cálculo simples, isso significa que na região da Prata, se perde uma rês a cada 5 dias, ou seja, 73 ao ano²⁴⁸.

Pelas entrevistas realizadas com os moradores da região, foi possível identificar distintas categorias que descrevem os desafios da onça. A primeira categoria, denominada "visto", refere-se a situações em que alguém relata ter efetivamente visto a onça rondando as proximidades das propriedades. Este tipo de encontro muitas vezes gera grande apreensão entre os moradores, uma vez que a presença física do felino próximo às áreas de criação de gado pode ser vista como um sinal de possível ataque iminente. A segunda categoria, conhecida como "carça", descreve cenários em que os moradores encontram os restos mortais de animais com marcas de ataque de onça. Esta evidência direta da predação da onça é um indicador claro de sua atividade na região e é o que gera mais indignação. Por fim, a terceira categoria é denominada "não visto". Nesses casos, o gado simplesmente desaparece e não são encontrados vestígios da carça ou sinais claros de ataque. Essas situações podem ser particularmente

²⁴⁷ Há também histórias de uma suposta soltura de quatro onças mansas na área que aparecem de diversas formas nos relatos, como já comentei anteriormente.

²⁴⁸ Como não há um sistema de registro físico, esses dados são pouco precisos.

misteriosas e desconcertantes, deixando os moradores com incertezas sobre o destino de seu gado. A ausência de evidências visíveis torna difícil determinar se o gado foi realmente vítima da onça ou se outros fatores podem ter contribuído para seu desaparecimento.

Tabela 4 - Categorias de desafio das onças

Categoria	Descrição
Visto	Moradores relatam ter visualizado a onça rondando as proximidades das propriedades, gerando apreensão devido à possível ameaça iminente à criação de gado.
Carcaça	Moradores encontram os restos mortais de animais com marcas de ataque de onça. Esta evidência direta da predação da onça é um indicador claro de sua atividade na região, gerando indignação entre os moradores.
Não visto	O gado simplesmente desaparece, sem vestígios da carcaça ou sinais claros de ataque. Essas situações são misteriosas e desconcertantes, deixando os moradores com incertezas sobre o destino de seu gado. A ausência de evidências visíveis dificulta a determinação da causa.

Fonte: do autor

Dessa forma, cada morte é considerada mais que uma perda na produção daquele ano, é uma interrupção nas escolhas do produtor. Um bezerro morto poderia ter sido negociado com um produtor maior, enviado para engorda em outra fazenda e, no ano seguinte, seria abatido em um frigorífico em Paranã ou Cavalcante, onde a carne seria comercializada, ou seria abatido durante alguma celebração local e compartilhado para fortalecer os laços de reciprocidade.

O ataque de onças agrava essa percepção, pois o sujeito que retirou a escolha é identificado, assumindo um caráter pessoal, como a ideia de "desafio" deixa evidente. As histórias sobre as onças frequentemente refletem essa percepção, como se a onça estivesse questionando a autoridade do criador sobre o gado, principalmente quando "mata por maldade" (oposto a matar para comer), ou seja, não consome a presa. De certa forma, o ato de comer a presa ameniza o desafio e parece ser um preço pago pela morada na região. Tanto que é comum ouvir relatos em que alguns interlocutores afirmam: "Um ou dois tudo bem, mas em fulano pegou quatro em uma única noite, e nem comeu metade. De um deles só bebeu sangue e do outro arrancou apenas a língua". No entanto, continua o interlocutor:

A associação proibiu a caça de onças. Matar uma onça hoje é punido mais severamente do que cometer outros crimes, chegando a resultar em prisão. Em algumas situações, as onças podem ser mais protegidas do que as próprias pessoas. Recentemente, houve uma tentativa de trazer um caçador de fora, do Pará, que era famoso por matar onças, mas ele cobrava 3 mil reais por dia, além de 5 mil reais por cada cachorro que a onça matasse. Quem poderia pagar por isso? Quando procuramos as autoridades ambientais, eles

dizem que não podem fazer nada. Se houver pelo menos a possibilidade de ser compensado por parte das perdas causadas pelas onças, isso ajuda a amenizar a situação, pois tem sido difícil. Digo isso não apenas por mim, mas também pelos pequenos criadores. Se uma onça atacar quatro animais de um criador que possui apenas 20, isso equivale à renda de todo o ano. Hoje, com o *WhatsApp*, a situação é melhor porque qualquer incidente pode ser comunicado rapidamente, o que ajuda a proteger o gado. No entanto, exige a capacidade de cercar e vigiar, e isso tem um custo. Além disso, a onça ataca com frequência, muitas vezes durante a madrugada. Ela parece saber quando há pessoas vigiando e quando não há. Já passei três dias seguidos vigiando o gado, mas quando voltei para casa, a onça atacou na noite seguinte. Parece que elas que mandam, certo!? É a época delas.

Está aí a definição do período das onças. É uma época em que as onças “pegaram gosto pelo gado”, passaram a ser protegidas e a cadeia produtiva do gado enfrenta grandes transformações. A relação entre gente, onça e gado é exemplificada aqui, com raízes no adensamento populacional, na introdução maciça de gado branco e no aumento do número de cabeças de gado, conforme detalhado no capítulo anterior. Alguns interlocutores acreditam que hoje em dia as onças têm mais facilidade em atacar com o gado fechado, fato documentado em outros estudos²⁴⁹. Segundo relatos, as onças mudaram suas preferências alimentares ao longo do tempo, passando a preferir o gado em vez de animais selvagens: "O gado está pronto para elas, no pasto, sem ter para onde correr". Elas ainda atacam no agreste, principalmente animais recém-nascidos. A criação solta também expõe o gado a diversas outras causas de mortalidade, por isso é provável que a predação seja menor, embora as perdas gerais possam ser maiores. O fato de o gado pastar em áreas naturais expõe os animais a predadores, mas também os torna suscetíveis a outras ameaças, como roubo, doenças, escassez de alimentos e condições climáticas adversas, não tão comuns no caso do gado criado fechado²⁵⁰.

Na ecologia, as onças desempenham um papel regulatório, controlando as populações de suas presas, e esse tipo de controle é considerado benéfico para o ecossistema, pois mantendo o equilíbrio entre as espécies, a ação predatória das onças é vista como uma forma de manejo da vida selvagem, fundamental para a saúde do ecossistema. Portanto, o sacrifício individual é importante para a manutenção do equilíbrio ecológico, regulando a população das presas e preservando a biodiversidade do ambiente. A definição das relações muda quando se trata da predação da onça sobre o gado bovino. Nesse caso, a referência conceitual passa a ser centrada no ser humano e todos os elementos discutidos no capítulo anterior. A onça passa a ser sinônimo de prejuízo. Em ambos os casos, o foco são as relações de predação, ou seja, as interações entre

²⁴⁹ SÜSSEKIND, F. (2012). A onça-pintada e o gado branco. *Anuário Antropológico*, v. 37, n. 2.

²⁵⁰ WOODROFFE et al, 2005.

seres que estão no mesmo nível da cadeia trófica com os animais que servem de alimento. Isso implica competição entre humanos e onças²⁵¹.

As onças são vistas como concorrentes e a conservação parece estar gerando mais prejuízos do que benefícios monetários, especialmente em um modelo de conservação que se baseia em alianças para o desenvolvimento do turismo, algo que ainda é uma realidade distante na Prata. As entrevistas deixam evidente que os criadores buscam fortalecer a pecuária. Eles veem a pecuária como uma atividade econômica fundamental e desejam apoio para continuar com suas práticas. Em contraste, operadores turísticos e ambientalistas (universitários e ONGs, nós) acreditam que outras alternativas, como a limitação do uso do solo e o desenvolvimento do ecoturismo, poderiam ser usadas de forma mais benéfica para a região. Além disso, os criadores afirmam que as populações de onças estão estáveis, ou até mesmo aumentando. No entanto, profissionais do turismo e o “pessoal do meio ambiente” argumentam que o número de onças ainda não foi mensurado e provavelmente está diminuindo. Ao mesmo tempo, nos distanciando do embate local, a pecuária é considerada um dos usos da terra mais compatíveis com a conservação. Ou seja, a pecuária, quando bem gerida, pode coexistir com a preservação da fauna e da flora. Sob essa tese, o desenvolvimento do ecoturismo como forma de minimizar os conflitos entre criadores e carnívoros pode não ser a solução mais adequada para esse núcleo populacional²⁵².

Há evidências de que várias formas de criação de gado podem conviver com grandes carnívoros. Embora as abordagens modernas, como as vedações elétricas e a vigilância a distância, pareçam úteis na América do Norte e na Europa, são dispendiosas e podem ser inadequadas para utilização em áreas com pouca infraestrutura. Em contrapartida, em fazendas comerciais na África Oriental, a criação de gado semelhante à praticada durante gerações pelos pastores Masai locais foi muito eficaz na redução do conflito entre predadores e criadores de gado, sem implicar em aumento da degradação ambiental²⁵³. Curiosamente, os métodos empregados pela comunidade da Prata na redução dos conflitos não diferem em essência das práticas dos Masai. Talvez seja então uma questão de escala.

3.4. Métodos locais de redução de conflitos

²⁵¹ SÜSSEKIND, 2012.

²⁵² WOODROFFE et al, 2005.

²⁵³ WOODROFFE, R. et al. (2006). Livestock husbandry as a tool for carnivore conservation in Africa's community rangelands: a case-control study. *Biodiversity and Conservation*.

[As aves] Sabem da gente, de uma distância, e dão esse grito:
Evém aí! evém aí! Os bichos todos aprendem, e fogem logo, por compreender.
(Guimarães Rosa, no conto “Entremeio com o vaqueiro Mariano”)

Lembro-me de um depoimento que ouvi durante meus estudos de graduação. Uma quilombola do Tocantins, localizada nos territórios vizinhos ao Kalunga de Goiás, expressou seu desejo de se mudar para a Prata com seus dois filhos pequenos. No entanto, a liderança que estava conosco na época explicou que a Prata já tinha muitos moradores, mas havia uma fazenda desocupada mais ao sul, e ela poderia se mudar para lá. A mulher respondeu que jamais se mudaria para uma área "sem ninguém e cheia de onças". Apesar de todos os interlocutores afirmarem categoricamente que nunca houve ataques às pessoas, o medo de ataques às crianças é bastante comum e parece justificar uma desintração de animais das áreas que virão a receber novas famílias.

A percepção do risco desempenha um papel significativo nos conflitos com a vida selvagem, e frequentemente ocorre uma diferença entre a percepção do risco, o risco real e a resposta apropriada ao risco. Várias influências afetam a percepção do risco, incluindo valores culturais, histórias, ideologias, o tamanho e a visibilidade da espécie envolvida e a novidade do risco. Espécies grandes e potencialmente perigosas, como onças pintadas, muitas vezes geram preocupações desproporcionais, mesmo que o roubo ou espécies menores causem danos mais significativos não necessariamente monetizados. Isso pode ser resultado de fatores psicológicos e culturais que ampliam o risco percebido²⁵⁴.

Estudos sobre comportamentos de tigres em locais como Sundarbans mostram que a matança retaliatória em resposta a ataques a humanos ou gado é menos influente do que diversos fatores sociopsicológicos, incluindo percepções de risco, crenças, atitudes, desconfiança nas autoridades locais e fatores contextuais, como a gravidade e a localização dos incidentes envolvendo tigres²⁵⁵. A forma como os conflitos são registrados e compartilhados com os pares pode moldar a opinião da comunidade e influenciar a percepção do risco. A educação e a fiscalização, para além do compromisso via Regimento Interno, podem ser estratégias eficazes, mas a sua implementação é um desafio a ser enfrentado e elas exigem um compromisso contínuo. Assim, muitos moradores argumentam de forma velada a favor do abate de onças, quando julgam que esses animais ultrapassam os limites aceitáveis pela comunidade.

²⁵⁴ NYHUS, 2016.

²⁵⁵ Ibidem.

Ao longo da história, o controle letal tem sido um método comum, embora controverso, para gerir danos causados por animais. Isso inclui, em alguns casos extremos, a estratégia de erradicar populações inteiras ou mesmo espécies inteiras. Programas de controle letal, como recompensas pela eliminação de predadores, já foram amplamente utilizados para reduzir e, em alguns casos, eliminar populações de predadores. Por exemplo, no século XX, programas de controle de predadores levaram à quase erradicação de lobos e pumas no oeste dos Estados Unidos. Atualmente, o controle letal é mais frequentemente empregado para controlar espécies abundantes, como os javalis, ou para remover seletivamente animais agressivos que tenham sido claramente identificados como uma ameaça direta à vida humana²⁵⁶.

É importante ressaltar que a legislação de caça no Brasil existe desde 1967, quando foi proibida a caça de qualquer espécie de fauna silvestre. Essa legislação foi modificada pela última vez em 1998, pela Lei nº 9.605, que estabelece penalidades para quem matar, perseguir, caçar, apanhar ou utilizar espécimes da fauna silvestre nativa ou em rota migratória, sem a devida permissão ou licença das autoridades competentes. No entanto, a legislação é ambígua uma vez que um artigo dessa mesma lei afirma que não é crime abater um animal quando necessário para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais, desde que seja caracterizado como nocivo pelo órgão competente (artigo 37)²⁵⁷. Além disso, a lei estadual que reconhece o território reserva aos quilombolas o direito de caçar dentro dos limites estabelecidos (artigo 7). No entanto, o Regimento Interno proíbe a caça predatória (artigo 29).

Os interlocutores demonstraram uma real preocupação com a legislação ambiental e o regimento do território, demonstrando ajustes sociais e culturais característicos do período das onças, por meio de abordagens não letais de manejo da vida silvestre, assim como no caso das ervas que “empazina” o gado. Existem numerosas abordagens locais não letais para reduzir conflitos com a vida selvagem. Essas abordagens englobam métodos para deslocar a vida selvagem (fogos de artifício e rojões), separar os animais selvagens das pessoas e do gado (pastoreio e manejo), bem como a utilização de guardas (principalmente humanos ou cães), ferramentas mecânicas (cercas) e produtos químicos para dissuadir a vida selvagem (um dos interlocutores afirmou que há uma erva roxa que se esfregada na carcaça de um animal abatido afasta a onça)²⁵⁸.

²⁵⁶ Ibidem.

²⁵⁷ SÜSSEKIND, 2012.

²⁵⁸ NYHUS, 2016.

Tabela 5 - Métodos locais de redução de conflitos

Métodos letais	Métodos não letais
Químico (envenenamento)	Manejo e proteção (localização)
Físico (tiro, armadilhas)	Vigilância (pessoas, animais)
	Dissuasores (fogos de artifício, rojões)
	Barreiras (cercas)
	Acordos (Regimento Interno)
	Redes de pesquisa

Fonte: do autor

Um dos métodos mais antigos e bem-sucedidos para reduzir conflitos entre a vida selvagem e as atividades humanas é que as pessoas vigiem seu gado e suas colheitas. No entanto, esta abordagem apresenta desafios, principalmente devido aos custos de trabalho e à necessidade de vigilância constante. Alguns animais, como onças pintadas e queixadas, podem não ser facilmente dissuadidos pelas pessoas, especialmente à noite ou quando as pessoas entram em habitats de carnívoros para cuidar de animais domésticos ou colheitas²⁵⁹. Lembrome de uma história sobre um bando de queixadas que perseguira um senhor até que ele subiu em uma árvore e urinou nos animais abaixo. Algo na urina fez com que o bando dispersasse.

Na comunidade alvo deste estudo é bastante comum encontrar cães que auxiliam no manejo, sinalizando a presença de animais silvestres. O uso de cães de guarda como uma estratégia para reduzir conflitos com a vida selvagem apresenta desafios que incluem a necessidade de um treinamento extensivo para os cães, o controle de problemas comportamentais, como desatenção, e a prevenção de mortes prematuras, como picadas de cobra. Além disso, os cães de guarda podem, por vezes, desencadear conflitos. Por exemplo, a matança de cães de caça treinados por carnívoros selvagens pode provocar retaliação e ressentimento por parte da comunidade²⁶⁰.

Uma das estratégias é o deslocamento de áreas onde o conflito está ocorrendo ou é provável de ocorrer. E há aqui um movimento de mão dupla: ao mesmo tempo em que se leva o gado para áreas onde há menos risco, alguns interlocutores afirmaram também que nos casos de ataque visto, é comum se unirem a vizinhos para “correr” com a onça. Entretanto, a taxa de sucesso dessas translocações tem sido geralmente baixa e frequentemente dispendiosa. Os

²⁵⁹ Ibidem.

²⁶⁰ Ibidem.

problemas associados às translocações incluem a morte de animais, o retorno desses animais ao local original ou a continuação de comportamentos conflituosos em novos locais²⁶¹.

Do ponto de vista das práticas conservacionistas, o conflito envolve discussões sobre a eficácia dos métodos para minimizar a predação, a compensação financeira dos criadores de gado pela presença de onças em suas terras e a regulamentação da caça. No Kalunga a lei e a fiscalização são bastante escassas. Isso se torna evidente ao se falar sobre o roubo. A preservação da onça inevitavelmente passa pelas pessoas. É necessário atribuir valor à onça, avaliar o prejuízo que causa e quanto é preciso investir para sua conservação²⁶².

Os programas de compensação são uma estratégia frequentemente utilizada para lidar com conflitos entre a vida selvagem e as comunidades. Esses programas geralmente envolvem o reembolso em dinheiro ou em espécie para pessoas que sofreram danos causados pela vida selvagem em suas plantações, gado ou que tenham sofrido ferimentos pessoais ou ameaças por parte da vida selvagem. O objetivo desses pagamentos é aumentar a tolerância das comunidades em relação à vida selvagem²⁶³. No entanto, existem desafios comuns associados a esses esquemas de compensação. Alguns desses desafios incluem:

Tabela 6 - Desafios associados a esquemas de compensação

Categoria	Descrição
Verificação de causa de dano	É muitas vezes difícil verificar a causa do dano, como identificar se o gado foi morto por carnívoros ou outras razões.
Pagamento lento ou complicado	Os processos de pagamento de compensação podem ser lentos, complexos ou insuficientes, o que pode causar frustração para os afetados.
Risco moral	Alguns agricultores podem ter pouco incentivo para proteger o gado se souberem que podem obter compensação econômica pela depredação, o que pode levar a um aumento do conflito ²⁶⁴ .
Altos custos de transação	A administração dos programas de compensação pode ser dispendiosa devido a custos administrativos e burocráticos.
Problemas de confiança	Problemas relacionados à confiança e à transparência podem surgir, como em casos em que os agricultores não têm certeza se receberão compensação justa.
Perdas indiretas	Os carnívoros também podem causar perdas indiretas, como o ganho de peso insuficiente do gado devido ao estresse, afetando a saúde e a reprodução dos animais. Avaliar adequadamente esses tipos de danos é desafiador.

²⁶¹ Ibidem.

²⁶² SÜSSEKIND, 2012.

²⁶³ NYHUS, 2016.

²⁶⁴ Para abordar a crítica de que a compensação pode reduzir os incentivos das partes envolvidas em tomar medidas preventivas para evitar conflitos, muitos programas exigem evidências de melhorias na gestão pecuária como condição para receber pagamentos de compensação.

Estudos nos campos africanos apontam que práticas de pastoreio constante e a construção de bomas²⁶⁵ podem reduzir substancialmente as probabilidades de predação do gado. Ter um cão doméstico acompanhando um rebanho reduz o risco de ataque em 63%. Cada portão na boma aumenta a probabilidade de ataque em 40%. Essas conclusões são valiosas, pois permitem aos criadores e gestores de conservação tomarem decisões informadas sobre a configuração ideal das estruturas de proteção. Embora um muro de boma mais denso proporcione uma proteção mais eficaz ao gado, resultando em menos predação por carnívoros selvagens, a construção dessas estruturas requer mais mão de obra e implica maior colheita de árvores nativas de crescimento lento. Cães domésticos desempenhem um papel vital na redução da predação de gado, mas também carregam consigo riscos, como a transmissão de doenças que podem impactar negativamente as populações de carnívoros selvagens²⁶⁶.

No geral, animais que são pastoreados de perto durante o dia e mantidos à noite em bomas, protegidos por cães de guarda e uma atividade humana constante, apresentam menor probabilidade de serem alvo de predadores selvagens. Uma gestão eficaz pode ter um duplo impacto: reduzir as perdas imediatas de gado e, a longo prazo, evitar que os predadores adquiram o hábito de atacar o gado. O abandono das tradições de pastoreio pode levar a conflitos significativos entre pessoas e predadores, especialmente em áreas próximas a zonas de conservação e regiões onde os predadores se recuperaram após serem localmente extintos. Além disso, em regiões onde o desemprego é comum e a criação de gado é uma tradição contínua, há uma reserva de mão de obra disponível a baixos custos, disposta a trabalhar como pastores. É importante ressaltar que os predadores mencionados neste contexto estão sujeitos a diferentes níveis de proteção legal. No entanto, venenos eficazes estão amplamente disponíveis e a população local poderia erradicar a maioria dos grandes carnívoros, constatações válidas também para a comunidade quilombola. As práticas de manejo pecuário que demonstraram eficácia na limitação da predação em fazendas comerciais, como pastoreio intensivo de gado e

²⁶⁵ Uma "boma" é um tipo de cercado utilizado principalmente em partes da região dos Grandes Lagos Africanos, bem como na África Central e do Sul. Ela pode servir como barreira para o gado, uma área de convivência da comunidade, um reduto fortificado, um curral, um pequeno forte ou um escritório governamental distrital. O termo "boma" tem raízes nas línguas africanas e persas, e foi incorporado em várias línguas africanas e variedades coloniais de inglês, francês e alemão. Como cercado para o gado, a "boma" é o equivalente de um "kraal" e a escolha entre esses termos muitas vezes depende da influência linguística local. A "boma" é geralmente usada em áreas influenciadas pelo idioma suaíli, enquanto "kraal" é empregado em áreas influenciadas pelo afrikaans.

²⁶⁶ WOODROFFE et al, 2006.

bomas com alta atividade, apresentam semelhanças notáveis com as tradições de pastoreio dos locais Masai e Samburu²⁶⁷.

Em suma, melhorias relativamente simples nas práticas pecuárias podem desempenhar um papel significativo na redução da predação de gado por carnívoros selvagens. Essas práticas não apenas minimizam os impactos dos predadores nos meios de subsistência das comunidades locais, mas também reduzem a necessidade de controle letal dessas espécies, beneficiando a conservação da vida selvagem, tanto localmente quanto globalmente. Evidente que a adoção dessas abordagens em outras regiões dependerá de diversos fatores, incluindo tradições locais de pastoreio, disponibilidade de recursos para construção de bomas e oportunidades alternativas de emprego e renda associadas à conservação de predadores. A conservação bem-sucedida dessas espécies também requer o fornecimento de presas selvagens alternativas para garantir sua sobrevivência²⁶⁸.

Estes estudos são particularmente relevantes ao considerar a realidade Kalunga, pois na comunidade da Prata já é comum a presença de cães domésticos e o hábito de fechar os animais à noite, seja para proteger a criação solta que retorna para lamber sal, ou para proteger os animais que são criados fechados. A intenção aqui não é simplificar a situação, mas apontar para uma alternativa, mais viável do que cercas elétricas ou emprego de drones, a ser explorada, especialmente com a retomada de um pastoreio mais constante, que é incentivado pela tendência de individualização, refletida na política de estabelecimento de retiros para cada família que cria gado. Manter um pastor acompanhando o gado no seu retiro específico pode ser benéfico, reduzindo a incidência de predação e também protegendo contra roubo. Além disso, os cercados podem ser adaptados para se tornarem estruturas mais robustas, semelhantes às bomas africanas. A adaptação dos animais a esse novo espaço pode ser relativamente simples, envolvendo apenas a mudança de localização de onde o sal é colocado, seguindo um processo semelhante ao já adotado com o costume de retornar para lamber sal próximo da sede na fazenda. No entanto, é importante reconhecer as limitações dessa abordagem, que inclui preocupações com os problemas que os cães podem causar à fauna silvestre devido à predação e os custos associados à manutenção de um pastoreio constante e a construção de novas estruturas para abrigar o gado. E qualquer tentativa de conciliar as relações humano-animal neste caso necessitará de um método de registro e contabilização das perdas, onde o Programa de Conservação dos Mamíferos da Chapada dos Veadeiros pode contribuir.

²⁶⁷ OGADA, M. O. et al. (2003). Limiting depredation by African carnivores: the role of livestock husbandry. *Conservation Biology*, 17, 1521-1530.

²⁶⁸ WOODROFFE et al, 2006.

3.5. Conclusão

Onça, elas também sabem de muita coisa. Tem coisas que ela vê, e a gente vê não, não pode. Ih! tanta coisa...
(Guimarães Rosa, no conto “Meu tio o Iauaretê”)

O período das onças apresenta duas perspectivas distintas sobre a ideia de preservação. No primeiro caso, o predador é identificado como uma força externa que desestabiliza o ambiente, uma fonte de prejuízo para a unidade produtiva da fazenda. Por outro lado, do ponto de vista da conservação, a ação humana é considerada uma força externa que perturba as relações ecológicas e ameaça o equilíbrio ambiental²⁶⁹. Na comunidade da Prata, a análise mostra como essas perspectivas estão interconectadas em uma rede complexa. A relação entre criadores e onças envolve aspectos multifacetados, criando laços de diplomacia entre entes humanos e não humanos e conectando diferentes entidades interessadas na conservação e no desenvolvimento local. Dito isso, a ênfase nas relações humano-animal como conflito pode ser momentaneamente abandonada, abrindo caminho para outras abordagens possíveis.

A pesquisa de Fernanda Nora²⁷⁰ revelou um crescimento significativo no conhecimento sobre as onças-pintadas ao longo das últimas quatro décadas. Esse conhecimento, especialmente relacionado aos aspectos ecológicos da espécie, impulsionou a identificação de áreas prioritárias para sua conservação, utilizando modernos métodos de monitoramento e modelos preditivos de distribuição. Esse enfoque permitiu uma abordagem estratégica nas ações de conservação, integrando-as às prioridades do Plano de Ação Nacional para os Grandes Felinos. Inicialmente focada principalmente em aspectos ecológicos, a pesquisa sobre conflitos entre humanos e onças evoluiu para um campo independente de investigação. Questões relacionadas à interação entre pessoas e onças surgiram, destacando a complexidade desses conflitos e a necessidade de abordagens interdisciplinares. À medida que esses estudos avançaram, ficou claro que fatores culturais, psicológicos e sociais desempenham um papel crucial no comportamento humano em relação às onças. Essa evolução na pesquisa embasou estratégias de conservação mais atuais, que abordam tanto mecanismos anti-predação quanto formas de engajamento comunitário para promover mudanças de percepção e ampliar o

²⁶⁹ SÜSSEKIND, 2012.

²⁷⁰ NORA, F. (2022). A conservação da *Panthera onca* no Brasil: ciência e conflitos sociais. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Brasília, DF.

conhecimento sobre a espécie. A construção de confiança e o estabelecimento de incentivos, tanto econômicos quanto morais, são essenciais para promover mudanças duradouras na relação entre as comunidades locais e as onças.

Além disso, os estudos na área da biologia da conservação enfatizam cada vez mais que as áreas de preservação estrita não são, por si só, suficientes para garantir a conservação. Portanto, é imperativo integrar essas áreas com aquelas onde proprietários fazem escolhas conscientes pela conservação, como ocorre no SHPCK, nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) e nas Áreas de Preservação Permanente (APPs), estas últimas por imposição legal. Daí surge a necessidade de uma abordagem conjunta na governança dessas áreas. A ideia central é promover a integração de áreas *core* (núcleo) e corredores, permitindo o fluxo de animais e, em última análise, assegurando sua sobrevivência. O que permite reconhecer a eficácia do sistema é a presença dos grandes carnívoros²⁷¹. E, ao observar áreas com potencial de conservação como o SHPCK, destaca-se a importância crítica da coexistência e da elaboração de estratégias para garantir a convivência entre seres humanos e grandes carnívoros.

Ainda pensando a partir da biologia da conservação, o reconhecimento da insuficiência de abordagem centrada exclusivamente em áreas protegidas de uso indireto, tem conduzido a uma mudança no enfoque das estratégias políticas de ação²⁷². Antes, o foco estava em preservar áreas selvagens com suas paisagens incríveis e animais carismáticos. Agora, se volta para algo maior: a conservação da biodiversidade. Não se trata mais de uma espécie, um ponto ou um polígono, mas de uma teia de relações em um mosaico fundiário. Essa mudança trouxe um foco mais científico, lidando com questões do "mundo real" – onde gestão da natureza selvagem é um desafio –, especialmente aquelas relacionadas aos interesses humanos. Se reconhece que o

²⁷¹ SOULÉ, M., NOSS, R. (1998). Rewilding and Biodiversity: Complementary Goals for Continental Conservation. *Wild Earth* 8: 19-28.

Em síntese, os princípios fundamentais do rewilding, expressos pelos "C's" - Núcleos, Corredores e Carnívoros - encapsulam em grande parte a lógica subjacente à conservação em muitos esforços de rewilding em larga escala. O principal objetivo dessas iniciativas é promover a biodiversidade, reverter as tendências de extinção de diversas espécies e revitalizar a maquinaria ecológica para mitigar as mudanças climáticas. Essa abordagem engloba a identificação e demarcação de uma extensa região central, considerada inviolável para intervenções humanas, que necessita de restauração ecológica para permitir a regeneração de ecossistemas degradados e desequilibrados. Para possibilitar o movimento livre de animais, especialmente grandes carnívoros, e promover o fluxo genético entre populações animais, é essencial garantir uma conectividade saudável entre essas áreas centrais e outras regiões selvagens. Os corredores de vida selvagem, que conectam dois ou mais núcleos, requerem esforços de restauração em colaboração com as comunidades locais, além de medidas para preservação e proteção. Os carnívoros desempenham um papel central como predadores principais nos ecossistemas, e sua presença e reintrodução em uma paisagem são fundamentais para revitalizar o ecossistema como um todo.

²⁷² FRANCO, J. L. A. (2013). O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade. In: Dossiê: Meio Ambiente, Museus e Patrimônio, História, 32(2), Dezembro de 2013.

sucesso da conservação está intrinsecamente ligado à participação e colaboração das populações locais em projetos de conservação. Para obter a cooperação das comunidades, os incentivos devem ir além de recompensas puramente econômicas, incorporando valores morais. No caso da comunidade alvo deste estudo, os valores parecem presentes e se traduzem na ideia de que “no Kalunga não se pode mexer”. No entanto, não há ainda as “recompensas puramente econômicas”.

Diante da insuficiência das ações políticas e pressões políticas para proteger a vida selvagem, essa outra abordagem proposta acompanha e reforça a sobreposição da pauta ambiental com a pauta territorial de que falei no capítulo 1 e defende a adoção de medidas pragmáticas e estratégias de gerenciamento de recursos inovadoras²⁷³. Isso significa que a conservação da vida selvagem é fundamentada em aspectos cosmológicos que transcendem as considerações puramente científicas. De acordo com essa visão, valores éticos, estéticos, religiosos etc. desempenham um papel crítico na sustentação dos esforços de conservação²⁷⁴.

A ética da terra, como originalmente concebida por Leopold²⁷⁵, marcou um ponto crucial no desenvolvimento dos movimentos de conservação, notadamente na articulação entre ecologia e manejo da vida selvagem, que se tornaram disciplinas científicas de destaque nos Estados Unidos. Leopold fez convergir as estratégias voltadas para a preservação mais estrita da "natureza selvagem" ou "*wilderness*" com uma ação mais incisiva no sentido do manejo da fauna selvagem (*wildlife*). Essa perspectiva reflete sobre o papel da ação humana, para o “bem” ou para o “mal”, na conformação do mundo natural. Se é a partir da ação humana, da cultura, que a natureza é devastada, é também a partir da ação humana que ela pode ser conservada ou até mesmo restaurada²⁷⁶.

O desenvolvimento da ecologia, em sua faceta mais cativante e progressista, direciona-se para um campo relacional no qual os seres humanos desempenham um papel essencial, substituindo a noção tipicamente moderna de uma natureza separada da humanidade. A atribuição de valor intrínseco aos seres da natureza, sejam eles animais, plantas ou ecossistemas, e o compromisso de preservar a integridade, a estabilidade e a beleza das comunidades bióticas, estabelecidos nas raízes da ética ambiental, lançam as bases para um novo paradigma²⁷⁷.

²⁷³ Isso inclui encontrar maneiras de oferecer incentivos econômicos às comunidades que compartilham território com grandes predadores.

²⁷⁴ SOULÉ, & NOSS, 1998.

²⁷⁵ LEOPOLD, 1949.

²⁷⁶ FRANCO, 2015.

²⁷⁷ LEOPOLD, 1949. FRANCO, 2015.

Então a dualidade do período das onças sai do campo do embate entre o cultural e o ambiental e vai para o horizonte de expectativa como uma oportunidade única: um período em aberto, no qual podemos trabalhar para transformar os grandes carnívoros de motores de prejuízo para agentes de ganhos. Durante as entrevistas, a comunidade demonstrou grande receptividade a alternativas voltadas para a coexistência com as onças. Isso apontou mais para a possibilidade de pagamento por serviços ambientais e aprimoramento da pecuária do que para a criação de uma nova indústria turística²⁷⁸.

A evidência mostra que é mais provável que os criadores tomem medidas benéficas para a vida selvagem quando recebem informações e assistência de maneira pessoal e contínua, em vez de uma comunicação à distância. Isso realça a importância de estabelecer e manter um contato próximo e direto com criadores afetados por conflitos com a vida selvagem. O sucesso futuro na abordagem ou resolução de conflitos específicos entre carnívoros e gado dependerá da capacidade de permanecer no campo e trabalhar lado a lado com indivíduos e grupos de criadores. Monitorar as mudanças reais no conflito, assim como a percepção dos fazendeiros sobre o conflito, será fundamental. É essencial que todas as ações sejam adaptadas a circunstâncias ecológicas, sociais e econômicas específicas, já que cada situação pode ser única²⁷⁹. Com algum esforço, em um futuro não muito distante poderemos estar discutindo a Prata como exemplo de comunidade híbrida, como pensada por Lestel²⁸⁰, ou seja, uma associação de humanos e animais fundada em interesses recíprocos e trocas mútuas.

²⁷⁸ Caminhos que só me parecem possíveis dentro dessa abordagem da biologia da conservação e do novo paradigma da ecologia.

²⁷⁹ WOODROFFE et al, 2005.

²⁸⁰ LESTEL, D. (2010). *L'Animal est l'avenir de l'homme*. Paris: Fayard.

Discussão e considerações finais

O meio ambiente é uma referência concreta de atuação das sociedades ao longo da história, que inventam e reelaboram suas concepções de natureza.

(Marcos de Carvalho, no livro “O que é natureza?”)

Até hoje, mesmo após ter lido bastante material etnográfico, ainda não sei exatamente como se conclui uma etnografia. A ideia aqui foi que cada um dos capítulos desse conta de um período específico da história recente da Prata, e acredito que isso foi cumprido. Espero que a dissertação ocupe o espaço de uma etnografia em um campo multidisciplinar, tornando-se inteligível e fornecendo dados relevantes tanto nas ciências humanas quanto nas exatas, proporcionando, enfim, mais um passo nessa grande área transdisciplinar das ciências ambientais²⁸¹.

Em termos de conclusões gerais, destaco a abordagem de pesquisa que respeita e interage ativamente para compreender o conhecimento acumulado pela comunidade. A descrição detalhada do tipo de gado, suas fases de vida, métodos e estratégias específicas é algo particularmente interessante. A interação com famílias criadoras de gado, a associação ao mercado local e como elas percebem o que é um bom ou mau negócio são aspectos fundamentais desse conhecimento acumulado²⁸². Essas informações são cruciais para a tomada de decisões sobre conservação e desenvolvimento na área e podem servir de inspiração para trabalhos em outras regiões²⁸³.

Acredito que as inovações foram apresentadas ao longo dos capítulos e estão fortemente embasadas na perspectiva simétrica de diálogo com os interlocutores. No entanto, alguns pontos merecem destaque. Por exemplo, dividir o texto em três períodos distintos de construção de memória revelou-se crucial para compreender a forma como as informações são organizadas pelos interlocutores. O "Período do Curraleiro" abrange as memórias e histórias que remontam à infância dos entrevistados ou às narrativas transmitidas por gerações passadas, abrangendo o início do século XX até meados da década de 1960. O "Período do Projeto" coincide com o reconhecimento da comunidade como quilombola e o acesso a políticas públicas, estendendo-se da década de 1980 até meados dos anos 2000. Este momento marca uma fase de transformação, visibilidade da comunidade e inserção de novas raças de gado. Por fim, o

²⁸¹ WALDMAN, 2006.

²⁸² WOORTMANN, 1997.

²⁸³ MORAN, 2011.

"Período das Onças", que compreende o intervalo de 2010 até os dias atuais, destaca-se pelo aumento dos conflitos com o meio ambiente, a expansão do turismo na área da Prata e a especialização na criação de rebanhos maiores. A compreensão desses períodos distintos auxiliou a amarrar a análise sobre a evolução das relações humanas com o ambiente, ajustes sociais e culturais, bem como os desafios enfrentados ao longo do tempo, enriquecendo significativamente a formulação de um *ethos* da comunidade.

Dito isso, resta discutir sobre as questões articuladas e alguns desafios encontrados ao longo dessa trajetória. No capítulo 1, foi possível abordar a ideia de disputa pelo conceito de quilombo, além de explorar um pouco da dimensão política que tem ganhado relevância com a sobreposição das pautas ambientais e territoriais, apoiada em uma série de estudos²⁸⁴ que têm indicado que povos e comunidades tradicionais têm auxiliado nas estratégias de conservação em nível nacional. Isso já havia sido afirmado em diversos trabalhos sobre a comunidade Kalunga²⁸⁵, mas foram raras as iniciativas para explorar mais a fundo esse tema a partir de uma perspectiva etnográfica e que considerassem a conservação como uma escolha consciente.

Alguns trabalhos recentes têm feito uma boa discussão de temas importantes para a questão ambiental associada aos povos e comunidades tradicionais, debatendo a própria ideia de “tradicional” e suas dinâmicas particulares e a ideia de “comunidade” e a forma como ela tem sido associada a essa parcela da população²⁸⁶, já com legado de décadas nos nichos jurídico e legislativo. Acredito que essa terminologia de PCTs tende a não mudar, mas seguir em disputa, como o termo “quilombo” permanece em disputa. Além disso, a bandeira de povos e comunidades tradicionais carrega uma série de ideias importantes para a luta política das organizações que encabeçam os movimentos de base territorial e ambiental. Dito isso, acredito que os dados expostos neste trabalho auxiliam a debater a dicotomia moderno e tradicional sobre outras bases que não as que estão lançadas hoje na discussão, como se o tradicional fosse estático e de alguma forma desvinculado do moderno. As adaptações registradas em núcleo populacional quilombola, provocadas pela demanda por carne a nível mundial na segunda metade do século XX, fornecem contribuições empíricas para esse debate mais amplo. Não há isolamento ou inércia. Há um processo de diplomacia, com benefícios e prejuízos, onde formas de conviver são recriadas para cobrir uma determinada lacuna.

Ao considerar os trabalhos produzidos especificamente sobre a comunidade Kalunga, abrangendo diversas áreas e profissionais com *expertises* diferentes, noto aqui um avanço

²⁸⁴ CUNHA et al, 2021.

²⁸⁵ SILVA, 2019.

²⁸⁶ MARINHO, 2008.

significativo na descrição mais específica da fauna. A crítica recorrente feita a esses estudos diz respeito à abordagem romântica da interação da comunidade com o meio ambiente, sem explorar adequadamente a participação dos elementos não humanos nessa história. Neste trabalho, tentei trazer uma descrição detalhada desses elementos que senti falta nos trabalhos anteriores de temas correlatos. No entanto, reconheço que essa abordagem demanda um esforço de pesquisa considerável, com custos elevados relacionados à estadia do pesquisador, guias e combustível, com o qual fui privilegiado.

Ainda sobre os trabalhos produzidos e seu romantismo, analisando o TQ Kalunga e as áreas de conservação ao seu redor, percebe-se que o território Kalunga serve como um exemplo de uso sustentável e não é raro que isso seja atribuído ao turismo. No entanto, é importante destacar que o turismo não é uma solução universal. Embora tenha sido crucial para a manutenção das formas de governança, especialmente após a experiência do Engenho II²⁸⁷, este estudo entende que o turismo pode criar disputas locais graves, e nós pesquisadores devemos assumir uma parcela de culpa nesta venda do “bilhete premiado”. No capítulo 1 destaco a necessidade de um esforço adicional para identificar as potencialidades locais alinhadas aos desejos específicos de cada comunidade. É crucial abandonar soluções mágicas para todas as comunidades, pois essa abordagem não é sustentável a longo prazo e já mostra sinais claros de saturação, a exemplo do desgosto pelos turistas registrado na Prata.

A partir da consideração de que o turismo não é tão crucial para o Prata como é para outras regiões, é possível explorar as atividades produtivas da comunidade e como essas atividades moldam uma abordagem sistemática em relação ao meio ambiente, tema do segundo capítulo. Ao analisar a criação de gado como um elo fundamental que orienta a interação dos membros humanos da comunidade com os não humanos foi possível abordar o acúmulo de conhecimento da comunidade sobre os animais, em especial o gado, ao longo de várias gerações. E, nesse contexto, surgiram questões centrais para a própria coesão local, como os anseios da juventude, que se encontra perdida entre diferentes momentos históricos: o primeiro, marcado pela conquista de direitos, principalmente pelos pais e avôs da nova geração, e o segundo, caracterizado pelo compromisso da comunidade com o uso sustentável da terra, refletido no Regimento Interno e no Estatuto Social.

Adicionalmente, o segundo capítulo amplia as referências sobre a transmissão de conhecimento e a formação de um *ethos* distintivo em uma comunidade quilombola. Ao afastar-se da abstração que muitas vezes permeia as discussões sobre o vínculo entre povos e

²⁸⁷ ALMEIDA, 2015.

comunidades tradicionais e seus territórios²⁸⁸, o capítulo se aprofunda em expressões materiais desse vínculo. Vale ressaltar que a singularidade das práticas observadas no território Kalunga torna difícil replicar esses elementos em outros espaços. A forma como organizam o pensamento, compartilham o espaço e desenvolvem estratégias de convivência entre vizinhos humanos e não-humanos está intrinsecamente ligada às especificidades do território Kalunga. Dessa maneira, o capítulo ilustra como esse vínculo se manifesta nas atividades cotidianas da comunidade.

Já no capítulo 3, tentei ir além do conflito, abordando o período das onças não apenas como uma fonte de prejuízo, mas também como uma oportunidade para a geração de renda a partir da conservação²⁸⁹. A discussão sobre o pagamento pelos animais perdidos puxada pelos próprios interlocutores e a busca por limites de convivência revela a complexidade das relações entre a comunidade e a conservação. O capítulo pode orientar o Programa de Conservação dos Mamíferos na Chapada dos Veadeiros em uma oportunidade para explorar novas abordagens de conservação associadas ao pagamento por serviços ambientais.

Após essa apresentação abrangente das conclusões e das questões articuladas, que variam desde o desinteresse pelo turismo até as formas de geração de renda associadas à conservação do território, algumas questões sensíveis emergem. Uma delas está relacionada à permanência das pessoas naquele espaço, especialmente os mais jovens. Estes, que ainda que demonstrem respeito pelas regras locais e pela identidade quilombola, ao mesmo tempo buscam realizar seus sonhos fora do território, muitas vezes adotando métodos de criação mais convencionais e impactantes. Como tornar a conservação e a geração de renda a partir dela uma opção de vida positiva para esses jovens é uma questão crucial e sensível que merece debate e está associada à dinâmica dos territórios quilombolas. Deve-se manter o mesmo tamanho, aumentar ou diminuir? Com o acúmulo de direitos, benefícios como acesso à energia elétrica, internet, melhores condições de saúde e educação, há um aumento populacional significativo nessas áreas. Isso leva ao primeiro êxodo, relacionado à falta de absorção de algumas pessoas pelo serviço disponível. Posteriormente, com a expansão das oportunidades de trabalho em outras áreas e o ingresso no ensino superior, ocorre um êxodo mais amplo. Nesse contexto, como identificar e lidar com uma possível saturação do território torna-se uma questão urgente.

É importante também abordar as dificuldades e limitações enfrentadas ao longo desta trajetória de pesquisa com uma comunidade tradicional. Como já foi amplamente documentado

²⁸⁸ OLIVEIRA, 2016.

²⁸⁹ NYHUS, 2016.

e discutido por inúmeros antropólogos, a construção de confiança é um desafio significativo. Ao conviver por alguns anos nesse espaço e, especialmente, ao realizar trabalhos sobre grilagem de terras, um tema extremamente sensível e que impacta diretamente a vida das pessoas, consegui conquistar um grau de confiança bastante relevante. No entanto, essa confiança conquistada ainda não me permitiu acessar todos os temas. A discussão sobre caça, pesca clandestina e roubo de gado permanece limitada. Esses temas são, de certa forma, polêmicos, e não sei quanto mais tempo de vivência de campo seria necessário para acessá-los com profundidade. Apesar de ter sido provocado por alguns leitores a discutir como essas práticas estão associadas ou representam uma forma de revolta com as regras locais, não consegui explorar esses temas com a mesma profundidade, principalmente no que diz respeito ao Regimento Interno e ao Estatuto da Associação. Além disso, é possível que isso esteja mais relacionado à dinâmica geracional do que a uma contestação direta das decisões coletivas da comunidade. A comunidade escolheu manter um determinado estilo de vida e o Estatuto, que positiva essas práticas, reflete e detalha esse modelo de vida específico. Então não se trata de uma imposição, mas sim da positivação de normas vigentes nas últimas décadas. Portanto, esses documentos internos podem ser vistos como uma etnografia desse estilo de vida e a atenção cuidadosa a eles gerou informações valiosas para o trabalho como um todo.

A abordagem apresentada demonstra sua provável limitação a contextos rurais específicos, nos quais a partilha de um mesmo território se destaca. No entanto, a problemática ambiental incorpora dimensões históricas e culturais em um dinamismo contínuo, que reforça a necessidade de uma perspectiva interdisciplinar que transcenda a esfera exclusiva dos antropólogos engajados na questão ambiental²⁹⁰. Ou seja, o fato de se limitar a um determinado contexto não deverá interferir em abstrações mais genéricas relacionadas com o tema de PCTs e meio ambiente. Relembrando as discussões da introdução deste trabalho, surge a urgência de direcionar nossa energia e disposição para estabelecer pontes entre diversas disciplinas, identificando os vínculos intrínsecos que a crise ambiental mantém com o padrão civilizatório que a desencadeia.

Dito isso, sinto a necessidade de uma descrição mais detalhada da fauna e das diversas formas de interação com ela para além das elaboradas aqui. Embora tenha iniciado a documentação da relação com grandes carnívoros, especialmente as onças, percebo que isso é apenas um aspecto dos conflitos enfrentados pela comunidade. Eles relataram conflitos com várias outras espécies, que não foram totalmente aprofundados no discurso. Isso indica que o

²⁹⁰ WALDMAN, 2006.

tema das onças é urgente, mas não exclui as interações com outras espécies. Também não consegui avançar na história ambiental dos animais dentro da abordagem proposta. Por mais instigante que a tradição cultural brasileira, marcada pelo predomínio de uma relação de imprevidência com o meio ambiente, fundamentada na ideia de "berço esplêndido" e no antropocentrismo em relação ao mundo natural²⁹¹ fosse, precisei abrir mão desse debate para me aprofundar nas categorias próprias dos interlocutores. Nada impede um trabalho futuro.

Os caminhos seguidos aqui não pretendem limitar outras abordagens. Buscam avançar no debate sobre a consolidação da interface ambiental em populações tradicionais, com destaque para a população quilombola. A participação em esferas de discussão sociais e ambientais diversas, a inclusão de perspectivas cosmogônicas nas discussões contemporâneas sobre meio ambiente e a consideração das dinâmicas de mercado específicas de núcleos populacionais quilombolas são outros objetivos alcançados. Porém, é preciso reconhecer que sou apenas mais um entre os vários interessados na realidade observada, onde os principais implicados são os próprios interlocutores. O último desafio então é como converter este trabalho em benefícios para o núcleo populacional da Prata.

Acredito que o trabalho com esta dissertação está apenas começando. Como pesquisador engajado, é importante buscar benefícios tangíveis para a população envolvida. Isso pode resultar em uma agenda abrangente de trabalho e pesquisa de campo, indo além do papel de antropólogo e autor deste texto. Isso inclui a apresentação dos resultados da pesquisa na própria comunidade, promovendo compreensão, troca de ideias e refinamento dos conceitos. Além disso, há uma agenda para ampliar o alcance desse conhecimento para além do território, envolvendo debates acadêmicos mais aprofundados sobre a população Kalunga e outras comunidades quilombolas. Isso implica abandonar abordagens simplistas de desenvolvimento sustentável, promovendo a colaboração entre especialistas e membros da comunidade na discussão de questões ambientais mais amplas.

Considero possível colaborar com a Associação Quilombo Kalunga (AQK) para identificar e desenvolver projetos pilotos alinhados aos resultados da pesquisa. Essa iniciativa não é apenas uma pauta pessoal, mas também uma pauta do próprio Programa de Conservação dos Mamíferos da Chapada dos Veadeiros, que busca atuar em parceria com organizações de base para implementar iniciativas sustentáveis, fortalecendo práticas e programas locais já existentes. Em um panorama mais amplo, isso pode resultar em parcerias com entidades

²⁹¹ DUARTE, R. H. (2019). História dos animais no Brasil: tradições culturais, historiografia e transformação. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 16–44.

governamentais e do terceiro setor para apoiar iniciativas de desenvolvimento sustentável na região. O trabalho pode contribuir para a construção dessas parcerias, abordando temas ainda não contemplados por projetos e parcerias convencionais.

Dentro da agenda do Programa de Conservação dos Mamíferos e das tentativas de reintrodução do gado-curraleiro, é viável desenvolver oportunidades de mercado para produtos e serviços locais, valorizando a produção e os métodos de criação com menor impacto ambiental. Isso pode ser complementado por assistência técnica e treinamento, juntamente com a implementação de um sistema de monitoramento para avaliar não apenas a predação, mas o progresso dessas iniciativas ao longo do tempo. O foco central é permanecer comprometido com o território e suas necessidades específicas.

Referências

((O))ECO. (2013). Onde menos se espera, Suçuarana. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/27667-onde-menos-se-espera-sucuarana/>. Publicado em 11 de outubro de 2013.

ALMEIDA, A. W. B. de. (2002). Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV.

ALMEIDA, M. G. (2017). Território quilombola, etnodesenvolvimento e turismo no nordeste de Goiás. *Revista Ra'e Ga*, 40, 130-144.

ALMEIDA, M. G. de. (2010). Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás – Patrimônio e biodiversidade de sujeitos do cerrado. *Cerrado do nordeste goiano*, v.4, n.1, p.36-63, jan./fev. 2010.

ALMEIDA, M. G. de. (org.). (2015). O território e a comunidade Kalunga: quilombolas em diversos olhares. Goiânia: Gráfica UFG. 329 p.

ALVES, E. C. (2020). Geopoesia Kalunga: identidades territoriais da comunidade Quilombola do Mimoso - Tocantins. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

AMDA - Associação mineira de defesa do ambiente. (2021). Em 15 anos, tatu-canastra pode desaparecer do Cerrado no Mato Grosso do Sul. 31 de Março de 2021. Disponível em: <https://www.amda.org.br/index.php/comunicacao/noticias/6213-em-15-anos-tatu-canastra-pode-desaparecer-do-cerrado-no-mato-grosso-do-sul>. Acesso em: 9 de setembro de 2023.

ANDERSSON, K.; BENAVIDES, J. P.; LEÓN, R. (2014). Institutional diversity and local forest governance. *Environmental Science and Policy*, v. 36, p. 61-72.

Associação Quilombo Kalunga. (2019). Estatuto e Regimento Interno da Associação Quilombo Kalunga.

AURÉLIO NETO, O. (2011). A pecuária tradicional como forma de (re)existir no campo: o gado Curraleiro no Território Quilombola Kalunga, na região nordeste de Goiás. *Élisée - Revista de Geografia da UEG*, v. 5, n. 1, p. 57-77.

BAIOCCHI, M. N. (1990). Relatório Técnico Científico para Demarcação do Sítio Histórico Kalunga. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, setembro de 1990.

BAIOCCHI, M. N. (1999). Kalunga: povo da terra. Brasília: Ministério da Justiça.

BERTRAN, P. (2011). História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal. EDU - UNB.

BRAGA, L. (2022). Rebeldias Negras na Capitania de Goiás do Século XVIII. Revista Espaço Livre, [S. l.], v. 3, n. 05, p. 34–39.

BRANDÃO, C. R. (1977). Peões, pretos e congos: trabalho e identidade étnica em Goiás. Goiânia, ed. EUB.

BRASILEIRO, S. E SAMPAIO, J. A. (2002). Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba: uma comunidade negra rural no oeste bahiano. In: Quilombos: identidade étnica e territorialidade/Eliane Catarino O’Dwyer, organizadora. Rio de Janeiro: Editora FGV.

CAVALCANTI, L. B.; COELHO, P. A.; ESKINAZI-LEÇA, E. (1980). Condiciones ecológicas en el área de Suape (Pernambuco-Brasil). In: SEMINÁRIO SOBRE EL ESTUDIO CIENTÍFICO E IMPACTO HUMANO EN EL ECOSISTEMA DE MANGLOVES, Cali, Colômbia, UNESCO. Anais [...]. Cali, Colômbia. p. 243-256.

CHAUÍ, M. de S.. (1979). Os trabalhos da memória. In: Memória e sociedade, lembrança de velhos. Editora Universidade de São Paulo.

CONFORTI, V. L., & AZEVEDO, F. C. C. (2003). Local perceptions of jaguars (*Panthera onca*) and pumas (*Puma concolor*) in the Iguaçu National Park area, south Brazil. *Biological Conservation*, 111, 215-221.

CUNHA, M. C. da, MAGALHÃES, S. B. e ADAMS, C. (org.). (2021). Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças [recurso eletrônico]. São Paulo: SBPC. 132 p.

CUNHA, V. F. da. (2018). Soberania e Segurança Alimentar na perspectiva dos jovens Kalunga da Comunidade Vão de Almas. Dissertação de Mestrado (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais - MESPT)—Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2018.

DARIMONT, C. T., et al. (2015). The unique ecology of human predators. *Science*, 349, 858.

DESCOLA, P. (2016). Outras Naturezas, outras culturas. São Paulo: Editora 34.

DIAS, V. F. (2019). TERRA VERSUS TERRITÓRIO: uma análise jurídica dos conflitos agrários internos na comunidade quilombola kalunga de Goiás. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

DOBLAS, J., & OVIEDO, A. (2021). Efetividade dos territórios tradicionalmente ocupados na manutenção da cobertura vegetal natural no Brasil. In M. C. da Cunha, S. B. Magalhães, & C. Adams (Eds.), *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças*. São Paulo: SBPC.

DUARTE, R. H. (2019). História dos animais no Brasil: tradições culturais, historiografia e transformação. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 16–44. DOI: 10.32991/2237-2717.2019v9i2.p16-44. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/401>. Acesso em: 15 dic. 2023.

Equipe Onçafari. (s.d.). Queixada (*Tayassu pecari*). *Nossa Fauna*. Disponível em: https://oncafari.org/especie_fauna/queixada/. Acesso em: 9 de setembro de 2023.

FAGUNDES, G. M. (2019). Fogos gerais: transformações tecnopolíticas na conservação do Cerrado (Jalapão, TO). Tese (Doutorado em Antropologia)—Universidade de Brasília, Brasília.

FERREIRA, A. J., & FRANCO, R. N. (2015). Arranjos produtivos locais e propriedade intelectual: a possibilidade do uso da denominação de origem para o reconhecimento do gado curraleiro Kalunga. In Almeida, M. G. (Org.), *O território e a comunidade Kalunga: quilombolas em diversos olhares*. Goiânia: Gráfica UFG.

FIORAVANTI, M. C. S., SERENO, J. R. B., NEIVA, A. C. G. R., ABUD, L. J., LOBO, J. R., FRANCESCANTÔNIO, D. D., ... & MACHADO, J. D. L. (2008). Reintrodução do gado Curraleiro na comunidade quilombola Kalunga de Cavalcante, Goiás, Brasil: resultados parciais. *Simpósio Nacional do Cerrado*, 9.

FRANCO, J. L. A. (2013). O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade. In: *Dossiê: Meio Ambiente, Museus e Patrimônio, História*, 32(2), Dezembro de 2013.

FRANCO, J. L. de A. (2016). História da *Panthera onca* no Brasil: entre o terror e a admiração (séculos XVI-XXI). In: FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (orgs.). *História ambiental: territórios, fronteiras e biodiversidade*. Vol. 2. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, p. 393.

FRANCO, J. L. de A. (2015). Patrimônio cultural e natural, direitos humanos e direitos da natureza. In: SOARES, I. V. P. e CUREAU, S. (orgs.). *Bens Culturais e Direitos Humanos*. São Paulo: SESC, p. 155-184.

FRANCO, J. L. de A.; GANEM, R. S.; BARRETO, C. (2016). Devastação e Conservação no Bioma Cerrado: Duas Dinâmicas de Fronteira. *Expedições: Teoria da História & Historiografia*, Ano 7 – N. 2 – agosto-dezembro.

GARNETT, S. T.; BURGESS, N. D.; FA, J. E.; FERNÁNDEZ-LLAMAZARES, A.; MOLNÁR, Z.; ROBINSON, C. J.; WATSON, J. E. M.; ZANDER, K. K.; AUSTIN, B.; BRONDIZIO, E. S.; COLLIER, N. F.; DUNCAN, T.; ELLIS, E.; GEYLE, H.; JACKSON, M. V.; JONAS, H.; MALMER, P.; MCGOWAN, B.; SIVONGXAY, A.; LEIPER, I. (2018). A spatial overview of the global importance of indigenous lands for conservation. *Nature Sustainability*, v. 1, p. 369-374.

GOIÁS. (1989). Constituição do Estado de Goiás, de 5 de outubro de 1989.

GOMES, F. dos S. (2015). *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma.

Grupo de Estudos e Pesquisa em Dimensões Humanas da Natureza. (2021). *Dimensões Humanas e Saúde Única: quando pessoas, cães, gatos e animais silvestres interagem*. O Eco. Recuperado de <https://oeco.org.br/colunas/dimensoes-humanas-e-saude-unica-quando-pessoas-caes-gatos-e-animais-silvestres-interagem/>

INGOLD, T. (2019). *Evolução e vida social*. Tradução de Adail Sobral. Petrópolis: Vozes, 454p.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). (2021). *Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros*. Brasília, Outubro/2021.

JACCOUD, L. (2008). Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a Abolição*. Brasília: IPEA, p. 45-64.

JESUS, P. P. et al. (2019). *PERCEPÇÃO SOCIOECONÔMICA DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MUNICÍPIO DE BEQUIMÃO – MA, BRASIL*. COINTER - PVDAgro 2019.

KARASCH, M. (1996). Os quilombos do ouro na capitania de Goiás. In: REIS, J. J. & GOMES, F. (Orgs.). *Liberdade por um fio – História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

KERE, E. N.; CHOUMERT, J.; MOTEL, A.; COMBES, J. L.; SANTONI, O.; SCHWARTS, S. (2017). Addressing contextual and location biases in the assessment of

protected areas effectiveness on deforestation in the Brazilian Amazônia. *Ecological Economics*, v. 136, p. 148-158.

LACERDA, A.C.R. (2008). *Ecologia e estrutura social do veado-campeiro (Ozotoceros bezoarticus) no Pantanal*. Tese de Doutorado em Biologia Animal, Universidade de Brasília, Brasília.

LATOUR, B. (2004). *Políticas da natureza. Como fazer ciência na democracia*. Bauru, SP: Edusc, 411p.

LEITE, I. B. (2000). Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Revista Etnográfica*, v. IV (2).

LEOPOLD, A. ([1949] 2008). *Pensar como uma montanha. Águas Santas: Edições Sempre-em-Pé*.

LEOPOLD, A. (1949). *A Sand County Almanac: And Sketches Here and There*. Oxford: Oxford University Press.

LESTEL, D. (2010). *L'Animal est l'avenir de l'homme*. Paris: Fayard.

LIMA, I. B. de; KUMBLE, P. (2015). Intervenções etnoterritoriais e sociais: os avanços no desenvolvimento comunitário Kalunga com o (eco)turismo. In: ALMEIDA, M. G. de (org.). *O território e a comunidade Kalunga: quilombolas em diversos olhares*. Goiânia: Gráfica UFG.

MAESTRI, M. (2005). A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa no Brasil. In: *A questão agrária no Brasil/João Pedro Stedile, organizador*. São Paulo: Expressão Popular, v.2.

MARINHO, T. A. (2008). *Identidade e Territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque*. Tese de Doutorado.

MENEZES, F. H.; FEIJÓ, A.; FERNANDES-FERREIRA, H.; DA COSTA, I. R.; CORDEIRO-ESTRELA, P.. (2021). Integrative systematics of Neotropical porcupines of *Coendou prehensilis* complex (Rodentia: Erethizontidae). *Journal of Zoological Systematics and Evolutionary Research*, p. 1-30.

MICHALSKI, F., BOULHOSA, R. L. P., FARIA, A., & PERES, C. A. (2006). Human-wildlife conflicts in a fragmented Amazonian forest landscape: determinants of large felid depredation on livestock. *Animal Conservation*, 9(2), 179-188.

MIRADOR. (1980). *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Enciclopédia Britânica do Brasil/Companhia Melhoramentos de São Paulo.

MORAN, E. F. (1994). *Adaptabilidade Humana: Uma Introdução à Antropologia Ecológica*. São Paulo: EDUSP.

- MORAN, E. F. (2011). Meio ambiente e ciências sociais: interações homem-ambiente e sustentabilidade. São Paulo: Editora Senac São Paulo.
- MOURA, C. (1981). Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo: Brasiliense.
- MOURA, G. (Org.). (2010). Estórias Quilombolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- MUNANGA, K. (1996). Origem e histórico do Quilombo na África. In: Revista USP, n. 28, São Paulo.
- Museu do Cerrado. (2021). Sapajus libidinosus, (Spix, 1823). Disponível em: <https://museucerrado.com.br/sapajus-libidinosus-macaco-prego-amarelo/>. Acesso em: 9 de setembro de 2023.
- NEVES, W. A. (1996). Antropologia ecológica: um olhar materialista sobre as sociedades humanas. São Paulo: Cortez.
- NORA, F. (2022). A conservação da Panthera onca no Brasil: ciência e conflitos sociais. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Brasília, DF.
- NYHUS, P. J. (2016). Human–Wildlife Conflict and Coexistence. Annu. Rev. Environ. Resour., 41, 143–171.
- O'DWYER, E. C. (2002). Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: Quilombos: identidade étnica e territorialidade/Eliane Catarino O'Dwyer, organizadora. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- OGADA, M. O. et al. (2003). Limiting depredation by African carnivores: the role of livestock husbandry. Conservation Biology, 17, 1521-1530.
- OLIVEIRA, F. B.; D'ABADIA, M. I. V. (2015). A perspectiva historiográfica sobre os quilombolas de Goiás (séculos XVIII ao XXI). Revista Mosaico, v. 8, n. 1, p. 11-18, jan./jun.
- OLIVEIRA, J. H. F. de, MAGNABOSCO, C. de U., & BORGES, A. M. de S. M. (2002). Nelore: base genética e evolução seletiva no Brasil. Embrapa Cerrados. Documentos, 49, 54p. - ISSN 1517-5111. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados.
- OLIVEIRA, J. P. (2016). O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- OVIEDO, A. F. P.; BURSZTYN, M. (2016). The fortune of the commons: participatory evaluation of small-scale fisheries in the Brazilian Amazon. Environmental Management, 57, 1.009-1.023.

OVIEDO, A. F. P.; FUTADA, S. M.; AUGUSTO, C.; DOBLAS, J. (2019). Trajetórias de uso do solo nas áreas definidas na 1ª atualização das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na Amazônia. Plataforma Proteja, Instituto Socioambiental. Disponível em: <http://proteja.org/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

PALMEIRA, F. B. L. (2004). Predação de bovinos por onças em propriedades rurais no Norte do Estado de Goiás. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP), Piracicaba.

PALMEIRA, F. B. L., & Barrella, W. (2007). Conflitos causados pela predação de rebanhos domésticos por grandes felinos em comunidades quilombolas na Mata Atlântica. *Biota Neotropica*, 7(1).

PEIXOTO, M. G. C. D., et al. (2009). Programa Nacional de Melhoramento do Guzerá para Leite: resultados do Teste de Progênie, do Arquivo Zootécnico Nacional e do Núcleo Moet. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite.

PEROVIC, P. G., & HERRÁN, M. (1998). Distribución del jaguar *Panthera onca* en las Provincias de Jujuy y Salta, Noroeste de Argentina. *Mastozoología Neotropical*, 5(1), 47-52.

POLISAR, J., MATIX, I., SCOGNAMILLO, D., FARRELL, L., SUNQUIST, M. E., & EISENBERG, J. F. (2003). Jaguars, pumas, their prey base, and cattle ranching: ecological interpretations of a management problem. *Biological Conservation*, 109, 297-310.

PRADO JR, C.. (1976). História econômica do Brasil. São Paulo. Ed. Brasiliense. 26ª edição.

RABINOWITZ, A. R. (1986). Jaguar predation on domestic livestock in Belize. *Wildlife Society Bulletin*, 14, 170-174.

RAPPAPORT, R. A. (1990). Ecosystem, populations and people. In: Moran, E. F. (ed). *The Ecosystem Approach in Anthropology. From Concept to Practice*. Ann Arbor. The Univ. of Michigan Press, pp. 41-72.

RAU, J. R., & JIMÉNEZ, J. E. (2002). Diet of puma (*Puma concolor*, Carnivore: Felidae) in coastal and Andean ranges of South Chile. *Studies on Neotropical Fauna and Environment*, 37, 201-205.

REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (1996). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

RIBEIRO, L. de S. (2020). História do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: da sua criação à sua [re]ampliação em 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília. Orientação: José Luiz de Andrade Franco.

RORIZ, R. F. C. (2019). Comunidades tradicionais e o turismo de experiências criativas - alcances e desafios: Vila de São Jorge, Chapada dos Veadeiros (GO). Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

ROSA, A. do N.; SILVA, L. O. C. da; PORTO, J. C. A. (1992). Raças mochas: história e genética. Campo Grande: EMBRAPA-CNPQC. 64p. (EMBRAPA-CNPQC. Documentos, 50).

ROSA, J. G. (2012). Sagarana - [Ed. especial]. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

SALLES, G. (1992). Economia e Escravidão na Capitania de Goiás. Goiânia: CEGRAF/UFG.

SANTOS FRANCISCO, V. M. (2006). Direitos humanos para quilombolas: consciência e atitude. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Subsecretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos.

SANTOS, I. R. dos. (2012). Tá fazendo marmelada, compadre? Um seio sobre a cultura do marmelo em Mesquita, Goiás. In: 3º Prêmio Territórios Quilombolas/ Renata Leite, Isolda Dantas e Edmilton Cerqueira, organização. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

SCHLESINGER, S. (2010). ONDE PASTAR?: o gado bovino no Brasil. 1ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Fase.

SCHWARCZ, L. M. (2012). Nem Preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma.

SILVA, A. F. (2021). Concentração fundiária, quilombos e quilombolas: faces de uma abolição inacabada. Revista Katálysis, 24(3).

SILVA, M. J. da. (1974). Sombra dos Quilombos: introdução ao estudo do negro em Goiás. Goiânia: Cultura Goiana. 132p.

SILVA, M. T. G. da. (2019). O ofício do raizeiro: saberes e práticas integrativas em comunidades tradicionais quilombolas Kalunga. Dissertação de Mestrado em Performances Culturais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SILVEIRA, A. L.; PACHECO, S. A. (2018). Ocorrência de queixada (*Tayassu pecari*), caititu (*Pecari tajacu*) e javaporco (*Sus scrofa*) (Mammalia, Cetartiodactyla) em João Pinheiro, Cerrado de Minas Gerais, Brasil. Revista Brasileira de Zootecias, v. 19, n. 1.

SIMONSEN, R. (1937). História econômica do Brasil, vol. 1, 1500-1820. Editora Nacional.

SOARES, A. A. (1995). Kalunga: o direito de existir. Brasília: Fundação Cultural Palmares.

SOULÉ, M., NOSS, R. (1998). Rewilding and Biodiversity: Complementary Goals for Continental Conservation. *Wild Earth* 8: 19-28.

SOULÉ, M. E. (2014). *Collected Papers of Michael E. Soulé: Early Years in Modern Conservation Biology*. Washington, DC: Island Press.

SOUSA, F. O. B. de. (2022). *Se o grileiro vem, pedra vai : redes de solidariedade e suborno na Fazenda Bonito, território Kalunga. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) — Universidade de Brasília, Brasília.*

SÜSSEKIND, F. (2012). A onça-pintada e o gado branco. *Anuário Antropológico*, v. 37, n. 2.

SÜSSEKIND, F. (2014). *O rastro da onça: relações entre humanos e animais no Pantanal*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

SCHWARCZ, L. M. (2012). *Nem Preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. (1984). *Colonos do Vinho*. HUCITEC. São Paulo.

TEIXEIRA, C.; Castilho, S. (2020). *IPEA – etnografia de uma instituição: entre pessoas e documentos*. Brasília: ABA/AFIPEA.

TEIXEIRA, J. A. (1979). *Folclore goiano: cancionero, lendas, superstições* (3ª ed., *Brasiliana*; 306). São Paulo: Nacional; Brasília: INL.

Viertler, R. B. (1988). *Ecologia cultural: uma antropologia da mudança*. São Paulo: Editora Ática.

VILA NOVA, A.; SANTOS, E. A. dos. (2013). *Mulheres Negras: histórias de resistência, de coragem, de superação e sua difícil trajetória de vida na sociedade brasileira*. Duque de Caxias: Espaço Científico Livre Projetos Editoriais.

VILLAS-BÔAS, C., & VILLAS-BÔAS, O. (1995). *A Marcha para o Oeste*. São Paulo: Editora Globo.

WALDMAN, M. (1992). *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Contexto (Col. Caminhos da Geografia).

WALDMAN, M. (2006). *Meio Ambiente e Antropologia*. São Paulo: Ed Senac.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Ed.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Capítulo 1, p. 21-55.

WILSON, E. O. (2016). *Half-Earth: Our Planet's Fight for Life*. Liveright Publishing Corporation.

WOODROFFE, R. et al. (2006). Livestock husbandry as a tool for carnivore conservation in Africa's community rangelands: a case-control study. *Biodiversity and Conservation*.

WOODROFFE, R.; THIRGOOD, S.; RABINOWITZ, A. (Eds.). (2005). *People and Wildlife: Conflict or Coexistence?* The Zoological Society of London, Cambridge University Press.

WOORTMANN, E. (1997). *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Ellen Woortmann e Klaas Woortmann. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

WOORTMANN, K. (1990). *Com parente não se negocia. O campesinato como ordem moral*. Anuário Antropológico/87. Edições Tempo Brasileiro.

WORSTER, D. (1991). *Para fazer História Ambiental*. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 04, n. 08, p. 198-215.

ZIMMERMANN, A., WALPOLE, M. J., & LEADER-WILLIAMS, N. (2005). Cattle ranchers' attitudes to conflicts with jaguar *Panthera onca* in the Pantanal of Brazil. *Oryx*, 39(4), 406-412.